

PROJETO

POLÍTICO

PEDAGÓGICO

FEVEREIRO/2020

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

PROJETO

Refere-se a um documento escrito que registra, de maneira formal, objetivos, estratégias e métodos para a realização de determinadas ações. Dessa forma, escolas, creches, prefeituras e secretarias de educação devem estabelecer essas metas e propor meios de transformá-las em realidade, com o envolvimento de toda a comunidade escolar.

POLÍTICO

Esse termo é fundamental, porque traz a função social da escola e a insere em um processo democrático e de interações sociais. Notadamente, a escola também é uma instituição política, e seu ensino precisa ter essa característica como norte para formar cidadãos preocupados e responsáveis em relação ao mundo em que vivem.

PEDAGÓGICO

O termo “pedagógico” também serve para que a escola nunca se esqueça de que todos os seus objetivos, métodos, técnicas e estratégias devem ser voltados ao processo de ensino e aprendizagem, que decorre justamente do contato constante e cotidiano com os alunos da instituição.

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	06
META	06
APRESENTAÇÃO	07
JUSTIFICATIVA	10
HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	13
HISTÓRICO DA ESCOLA	15
DIAGNÓSTICO DA UNIDADE ESCOLAR	16
FINALIDADES E OBJETIVOS DA ESCOLA	30
MARCO REFERENCIAL	35
VISÃO DE MUNDO	35
PERSPECTIVA PEDAGÓGICO – FILOSÓFICA DA ESCOLA	36
SOCIEDADE QUE DESEJAMOS CONSTRUIR	36
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	37
CONCEPÇÃO DE ESCOLA	39
CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	40
CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM E ENSINO	41
CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO	42
CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	42
O ESTÍMULO E O APOIO À CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE VIDA	50
TECNOLOGIA DIGITAL: O ESTUDANTE COMO CONSUMIDOR E PRODUTOR DE TECNOLOGIA	51
ÁREAS DO CONHECIMENTO	52
MATRIZ CURRICULAR	82
CONCEPÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	82
PERFIL DO PROFESSOR	83
PERFIL DO GESTOR	83
PERFIL DO ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	83
PERFIL DO ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	84
PERFIL DO SERVENTE	84
SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVO	84

CONCEPÇÃO DE ESTUDANTE	84
PERFIL DO ESTUDANTE	85
PERFIL DO LÍDER DE CLASSE OU REPRESENTANTE DE TURMA	86
ATRIBUIÇÕES DO LÍDER DE CLASSE	86
NORMAS DE ORGANIZAÇÃO CONVIVÊNCIA DA COMUNIDADE ESCOLAR	86
ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	87
DA DIREÇÃO	87
COMPETE AO ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	90
COMPETE AO ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	91
COMPETE AO CORPO DOCENTE	93
COMPETE AO SERVENTE	93
CONCEPÇÃO DE COMUNIDADE ESCOLAR	94
CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO ESCOLAR	94
CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADE	95
COMO TRABALHAR NA ESCOLA	98
CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	99
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	112
CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO	113
APRENDIZAGENS/CONHECIMENTOS	113
ATITUDES/COMPORTAMENTO	113
CONSELHO DE CLASSE	115
CRITÉRIOS PARA O CONSELHO DE CLASSE	117
CLASSIFICAÇÃO	118
RECLASSIFICAÇÃO	119
ADAPTAÇÃO DE ESTUDOS	120
ALUNA GESTANTE	120
RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS	121
FREQUÊNCIA	121
GESTÃO DEMOCRÁTICA	122
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	123
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	124

ESTAGIÁRIOS	126
PATRIMÔNIO ESCOLAR	135
AMBIENTE ESCOLAR	135
GESTÃO FINANCEIRA	136
COTIDIANO ESCOLAR	136
REGIME DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA	137
MATRÍCULA	137
TRANSFERÊNCIA	138
ARQUIVO ESCOLAR	139
NORMAS PARA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	141
PRIMEIROS SOCORROS	141
CALENDÁRIO ESCOLAR	142
ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA	142
FAMÍLIA	143
INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA	144
REGIME DISCIPLINAR	145
NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESCOLAR 2020	149
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	154
ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM E PROJETOS	154
ORGANIZAÇÃO DO ENSINO	155
DIREITOS E DEVERES DO EDUCANDO	155
ESPAÇO FÍSICO DA UNIDADE ESCOLAR	156
EQUIPAMENTOS EM GERAL	157
CORPO DOCENTE E APOIO ADMINISTRATIVO	158
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES	160
CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR	160
GRÊMIO ESTUDANTIL	161
RECURSOS FINANCEIROS	161
ANEXOS	163



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome da Instituição: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

Município: Ipira – SC

Código: 759000511600

INEP: 42051169

Endereço: Rua Tiradentes, 192 – Centro – Ipira – Santa Catarina

CEP: 89.669-000

Email: diretor51160@sed.sc.gov.br

Diretora de Escola: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente Técnico-Pedagógico: Neide Nadir Korb

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Presidente Conselho Deliberativo: Gilson Luiz da Silva

2. META PARA 2020

Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos, ser uma escola acolhedora, com respeito a diversidade, que promova a igualdade, a participação da comunidade, dos órgãos colegiados, ações de melhoria do ambiente escolar, nos índices de avaliações internas e externas, com vistas a formação integral de sujeitos críticos, autônomos, éticos e solidários.

3. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola de Educação Básica “Carlos Fries”, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.304 de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

Este documento contempla as competências gerais discriminadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada em 20 de dezembro de 2017, bem como os currículos e as orientações curriculares das redes de ensino públicas e privadas

A importância do PPP da EEB “Carlos Fries” leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

A EEB Carlos Fries apresenta à comunidade escolar o seu Projeto Político Pedagógico. O documento traz o fundamento, o direcionamento, o registro dos objetivos, da missão e dos ideais desta instituição de ensino. É por meio do Projeto Político Pedagógico que a Unidade Escolar orienta a sua prática, certa de que a coerência das ações planejadas com as ações executadas é algo que pressupõe acima de tudo, a confiança no que está sendo construído. As propostas no meio educacional estão sempre em um processo de construção, embora, sem dúvida, devam ser orientadas por um planejamento, que é a principal ferramenta no direcionamento de qualquer ação. A Instituição é regida pelo seu ideal, por aquilo que ela acredita, mas no percurso em busca da realização de suas metas está a necessidade de avaliação constante do que foi planejado e do contexto em que deverão se desenvolver as ações. Este processo de avaliação contínua é o que permite o aprimoramento e o fortalecimento da Instituição, que, em muitas vezes, para não “perder o foco” precisa romper com algumas barreiras, fazer um trabalho paciente e reflexivo, e, em especial, ter prudência, disciplina e compromisso como principais aliados na busca pela superação dos obstáculos. Desde a concepção do Projeto Político Pedagógico, a intenção da EEB Carlos Fries nunca foi de transformá-lo apenas em um documento institucional. É

fundamental tê-lo em forma de registro para ser a referência, o elemento norteador da Instituição. Por este motivo, ao elaborá-lo ela tomou como base a sua própria realidade educacional, e, ao invés de transportar conceitos e métodos, fundamentou e organizou o seu próprio conjunto de intenções enquanto instituição de ensino que prima pela excelência vinculada à execução. O referido PPP está dividido em três partes, a 1ª parte encontra-se subdividida nas concepções filosófica e pedagógica do educandário, na concepção de desenvolvimento e aprendizagem, na concepção de avaliação, na filosofia da escola e no diagnóstico do educandário, sendo este em forma de questionário respondido pela comunidade escolar; a 2ª parte encontra-se o desenvolvimento que norteia o educandário, isto é, a organização escolar e a organização do ensino; na 3ª parte está desenvolvido o currículo desencadeado por nossa Instituição de Ensino. Para tanto, o desenvolvimento deste subsidiará a ação da escola como um todo, com o objetivo de construir um espaço de socialização, sistematização e construção de um novo saber, a partir da mediação do professor visando sempre a inclusão e a diminuição da evasão e repetência.

É necessário destacar a importância da colaboração dos segmentos da comunidade escolar na reelaboração do PPP da EEB “Carlos Fries”. Dessa maneira, investe-se na sinergia necessária para que essa Unidade Educacional se firme no cenário da educação catarinense como referência quanto à garantia do conjunto dessas aprendizagens essenciais aos estudantes, de seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais propostas para a Educação Básica e do apoio às escolhas dos jovens e adolescentes à concretização dos seus projetos de vida e à continuidade dos seus estudos.

Para a construção desse documento realizamos encontros coletivos com professores, alunos, Grêmio Estudantil, pais e funcionários, para dialogar sobre o Projeto. Levantamos metas e objetivos para serem alcançados de médio a longo prazo, a partir da Visão e Missão da Escola, posteriormente realizamos pesquisa com os alunos em sala de aula, em busca de dados relativos as famílias. Consideramos que em resposta ao compromisso das suas missões, a educação deve organizar-se, em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que ao longo da vida humana, serão pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a aprender, aprender a ser. Os pilares da educação podem ser compreendidos como: **Aprender a aprender:** Esta aprendizagem deve ser encarada como um meio e uma finalidade da vida humana, já que a educação deve ser

pensada e planejada para ocorrer em todas as fases da vida. É um meio, porque pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o cerca, pelo menos na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente. Finalidade, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir.

Aprender a fazer: Aprender a conhecer e aprender a fazer estão indissociáveis. No entanto, a segunda aprendizagem está estreitamente ligada à questão da formação profissional. Nas sociedades assalariadas que se desenvolvem a partir do modelo industrial ao longo do século XX, a substituição do trabalho humano pelas máquinas tornou cada vez mais imaterial e acentuou o caráter cognitivo das tarefas. Aprender a fazer conduz o ser humano a lidar com situações de emprego, trabalho em equipe, desenvolvimento corporativo e valores necessários para cada trabalho.

Aprender a viver: Essencial à vida humana, para a convivência em sociedade interativa. Aprender a compreender o próximo, desenvolver percepção, estar pronto para gerenciar crises, participar de projetos comuns. Descobrir que o outro é diferente e saber encarar essas diversidades.

Aprender a ser: Desenvolver pensamento crítico, autônomo, criatividade, conhecimentos, o sentido ético e estético perante a sociedade. Não negligenciar o potencial de cada indivíduo, contribuir para o desenvolvimento e formação de juízos e valores do ser autônomo, por que a diversidade de personalidades gera a inovação na sociedade.

4. JUSTIFICATIVA

“Projeto Político Pedagógico é a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.”

Vasconcellos (2006.p 169).

A EEB “Carlos Fries” busca o trabalho coletivo e participativo através da gestão democrática da participação na construção da Proposta Pedagógica que tem o objetivo de buscar um encaminhamento mais coerente para todo o processo educativo e pedagógico, do trabalho com os alunos do Ensino Médio. A prática educativa tem, nesse sentido, uma ação intencional com sentido explícito e compromisso definido coletivamente. A construção e elaboração da Proposta Pedagógica ocorrem através do planejamento participativo. Essa construção acontece a partir da comunidade interna e externa da escola, com propostas intencionadas e em favor da educação de qualidade. Consiste também em um espaço para ser preenchido pela discussão entre diferentes pontos de vista, com intenção de transformar a realidade das coisas: tornar as pessoas melhores e mais justas. A equipe Gestora e Pedagógica está tecendo continuamente no coletivo, a presente proposta que será o fio articulador para o trabalho de toda a escola, na direção que se pretende.

O planejamento dos conteúdos de cada professor é elaborado, a partir da construção participativa da Proposta Pedagógica, a fim de que os objetivos propostos sejam efetivamente construídos no dia-a-dia, superando o mero formalismo da entrega de planos de curso no início do ano e término do ano letivo, visando à continuidade da formação do aluno. A educação, fenômeno social e universal, é considerada atividade humana necessária ao exercício da cidadania. Isto implica que cada grupo da sociedade tem como obrigação cuidar da formação e do desenvolvimento do homem que dela participa, além de prepara-los para uma vida ativa, participativa, transformadora nas mais variadas instâncias sociais. É importante ressaltar que a prática educativa, além de ser uma exigência da vida social, também é elemento fundamental no provimento dos indivíduos, de conhecimento e cultura, que lhes permita uma atuação operante no meio em que vivem. Isto na busca de transformação, em função de necessidades sociais, políticas e econômicas. A forma como

isso acontece pode ser caracterizada pela influência que o meio exerce sobre o homem, que assimila e reconstrói os dados advindos desta interação, estabelecendo uma relação cada vez mais ativa e transformadora com o contexto onde vive.

Cabe aqui caracterizar o que entendemos por educação, e no caso, educação intencional, para determinarmos as ações que conduzirão aos objetivos pretendidos pela EEB “Carlos Fries” em sua Proposta Pedagógica. Conforme citação de Libâneo (1992), podemos afirmar que educação corresponde neste contexto a toda *“modalidade intencional de influência e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e caráter implicando uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológica, morais e políticas princípios de ação frente a situações reais de desafios da vida prática”*. Sendo assim, tomamos a educação em três dimensões que se completam: como Instituição Social, inserida num momento histórico político; como produto, que resulta da ação educativa a partir de objetivos sociais e políticos, e como processo, pela sua característica de dinamismo, de transformações sucessivas, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento do sujeito que sofre a ação, como de desenvolvimento histórico do contexto onde acontece a ação.

A partir deste prisma, podemos inserir a questão de ensino, que neste projeto tem a conotação de ações, meios e condições para realização do processo ensino aprendizagem. Esta por sua vez refere-se a formação intelectual, desenvolvimento das capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras através do domínio dos conhecimentos sistematizados. Assim o processo educativo que se desenvolve na escola possibilita a assimilação e acomodação de conhecimentos e experiências já acumulados por gerações anteriores durante os acontecimentos e tem sua continuidade nas transformações que ocorrem em diversos contextos sócio-político-econômicos existentes. Considerando que as finalidades educativas subordinam-se a escolha feita frente a determinados modos de encarar a vida, o homem, a educação e as relações sociais, *“requerem uma direção de sentido para a formação dos indivíduos e processos que assegurem a atividade prática que lhes correspondem”* (LIBÂNEO, 1992). Isto significa que para tornar efetivo o processo educativo, é preciso dar-lhe finalidade e meios conforme a opção que se faça no que diz respeito ao tipo de sociedade que pretendemos. Considerando assim, vemos, neste momento, a preparação dos educandos para a participação na vida social como sendo o objetivo mais imediato da escola. Para que isto aconteça são necessárias as condições

para apropriação e possibilidades para análise crítica desses conhecimentos frente ao contexto. A apropriação dos conhecimentos sistematizados, a formação de habilidades e práticas, permitirá ao aluno uma visão mais adequada do mundo em que vive com uma interpretação dos fenômenos sociais e científicos mais condizentes com o seu momento de vida. Permite, ainda, a ampliação da compreensão da natureza e da sociedade, a aquisição de atitudes e convicções que o levem a posicionar-se frente aos problemas e desafios da vida prática e, por último, a expressão elaborada dos acontecimentos que correspondem aos interesses da maioria da sociedade, inserindo-se ativamente nos movimentos de transformação. A escola que queremos é democrática, organizada e acessível a todos, facilitando aos seus usuários a aquisição de conhecimentos sistematizados já construídos no decorrer do tempo. A posse destes conhecimentos permitirá todos os benefícios sociais acumulados, sendo preciso que haja uma preocupação maior com o aumento da escolarização, possibilitando o acesso e permanência destes educandos na escola. Alguns fatores interferem nos baixos índices de acesso e permanência dos educandos associados à estrutura e funcionamento do sistema escolar, estando em constante revisão, de modo que os educadores possam propor novas práticas metodológicas, selecionar conteúdos adequados ao desenvolvimento integral dos educandos numa perspectiva de promovê-los como cidadãos, seja em relação a si mesmo, seja em relação à comunidade e à sociedade em geral, tornando-se assim a meta primordial deste projeto, além da revitalização da escola.

5. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Criação e evolução histórica: Os primeiros moradores foram Joaquim Pinto Matheus, Antunes de Sá, Manoel de Oliveira, chegando em 1909 vindos de Monte Negro – RS. Manoel de Oliveira instalou-se às margens do Rio Peixe, hoje Linha Oliveira. Joaquim Pinto Matheus fez residência em Linha dos Pintos, o qual também deu origem ao nome da localidade. Antunes de Sá instalou-se na cabeceira do Arroio Capela, hoje Capelinha. A região, a partir de então, denominou-se "Colônia do Rio do Peixe". As dificuldades no início eram enormes, principalmente para o abastecimento de mercadorias que eram adquiridas em Passo Fundo – RS, resultado em 15 dias de viagem a cavalo. A colonização de Ipira iniciou-se em 1913 quando Antônio M. KO Freitag adquiriu nesta região uma gleba de terras da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul. A partir de então várias famílias, na sua maioria de origem alemã, oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, se instalaram e iniciaram as primeiras atividades agrícolas da região como o plantio da mandioca, cana-de-açúcar, milho, arroz e feijão. Também construíram vários alambiques e tafonas. O nome de Ipira é de origem indígena e significa y = água; pira = peixe. **Formação Administrativa:** Distrito criado com a denominação de Ipira, pela Lei Municipal n.º 61, de 07-01-1925, subordinado ao município de Cruzeiro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Ipira figura no município de Cruzeiro. Pelo Decreto Estadual n.º 635, de 12-07-1934, transfere o distrito de Ipira do município de Cruzeiro. Para formar o novo município de Concórdia. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Ipira figura no município de Concórdia. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 941, de 31-12-1943, transfere o distrito de Ipira do município de Concórdia para o município de Campos Novos. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Ipira figura no município de Campos Novos. Pela Lei Estadual n.º 247, de 30-12-1948, o distrito de Ipira foi extinto, sendo seu território anexado ao município novo município de Piratuba. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de Ipira Figura no município de Piratuba. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Ipira, pela Lei Estadual n.º 888, de 14-06-1963, desmembrado de Piratuba. Sede no antigo distrito de Ipira. Constituído de distrito sede. Instalado em 15-08-1963. Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 14-V-2001. **Localização Geográfica:** O Município de Ipira situa-se na zona fisiográfica da Bacia

do Rio do Peixe. Faz parte da microrregião da AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense. Suas coordenadas geográficas são: 27°24'13'' de latitude sul e 51° 45' 23'' de longitude oeste. É a cidade localizada mais ao sul do Vale do rio do Peixe. O relevo do Município é composto de planalto arenítico basáltico, fortemente ondulado e montanhoso. A sede municipal está numa altitude de 409 metros acima do nível do mar. As condições climáticas de Ipira estão dentro das características do clima subtropical temperado, e de acordo com Koppen, classifica-se como mesotérmico úmido, sem estação seca, com verões quentes. A temperatura média anual situa-se em torno de 18,4 °C; quanto a pluviosidade, a mesma situa-se entre 1.600 a 1.700 mm anuais de chuva. **Limites Territoriais:** Os limites territoriais do Município de Ipira são os seguintes: Norte: Concórdia e Presidente Castelo Branco; Sul: Piratuba; Leste: Ouro e Capinzal; Oeste: Peritiba, Alto Bela Vista e Concórdia.

6. HISTÓRICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES



Em 1919 e 1920 com a chegada dos Alemães e Italianos foi construída a primeira Igreja, que ao mesmo tempo servia de escola, localizada onde hoje se encontra a Prefeitura Municipal de Ipira. Em 1934, foi criada a Escola Reunida Professora Maria da Anunciação Raffe Mafra e os primeiros professores foram Carlos Fries e Maria de Lurdes Antunes, localizada próxima a atual Unidade de Saúde. Em primeiro de março de 1961, a Escola Reunida Professora Maria da Anunciação Raffe Mafra mudou-se para um novo prédio, onde hoje se localiza a sede do Clube Nacional, no complexo esportivo Adão Wilibaldo Stein. Em 1980 foi criada, depois de muito tempo e espera, a Escola Básica “Carlos Fries”, substituindo a Escola Reunida Professora Maria da Anunciação Raffe Mafra. Carlos Fries nasceu em Nova Petrópolis RS, no município de São Sebastião do Caí RS em 29 de novembro de 1892, filho de Felipe e Juliana Fries. Lecionou de 1927 a 1938 em Ipira (sede) e em Linha Capelinha (interior) sendo esta uma escola particular. Faleceu em 07 de outubro de 1962 na cidade de Ipira SC. Em 1986 as atividades escolares começaram a funcionar no atual prédio que foi construído em parceria Estado e Município. Em 1993 sob a direção de Professora Marise Förster Benjamini, a Escola Básica Carlos Fries passa a chamar-se Colégio Estadual Carlos Fries atendendo alunos do 2º Grau. Em 2000 o Colégio Estadual Carlos Fries passa a ser Escola de Educação Básica Carlos Fries, atendendo alunos do Ensino Fundamental e Médio, sendo o Diretor o Professor Flávio Bittencourt Machado.

6.1. IDENTIFICAÇÃO

Escola de Educação Básica Carlos Fries, Código 759000511600, INEP 42051169, situada na Rua Tiradentes, 192 – Centro – Ipira – Santa Catarina – CEP: 89.669-000, é mantida pelo Governo do Estado e vinculada ao Sistema Estadual de Ensino. Para tanto, através da portaria E/137 de 22/04/1993 foi autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

6.2. DIAGNÓSTICO DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola de Educação Básica Carlos Fries é mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina e situa-se no Meio Oeste catarinense, no Município de Ipira, Estado de Santa Catarina, pertencente à microrregião da AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense), com atividades econômicas baseadas na agropecuária, comércio, prestação de serviços em agroindústrias, tendo destaque na produção da avicultura e gado leiteiro. A Unidade Escolar conta atualmente com 05 salas de aula, 01 sala (auditório), 01 sala de vídeo, 01 biblioteca, 01 sala de direção, 01 secretaria, 01 sala de professores, 01 sala do Assistente Técnico Pedagógico, 01 laboratório de informática, 01 sala de rádio escola, 02 cozinhas, 01 refeitório, 02 almoxarifados, banheiros, quadra de esportes e vestiários. A conservação do prédio é relativamente boa, necessitando de alguns reparos. Destacando-se: uma reforma nas calçadas dos corredores estão danificadas, há estragos no forro dos corredores, além de problemas na fiação elétrica e pintura externa.

Os recursos são oriundos de convênios com Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e promoções realizadas pela APP da escola. A merenda escolar é terceirizada, de quantidade suficiente o Ensino Médio. A Unidade Escolar conta atualmente com 178 alunos devidamente matriculados nas séries do Ensino Médio, que estão assim distribuídas: 11 turmas de 1ª a 3ª série do Ensino Médio: quatro terceiras, três segundas e quatro primeiras séries, sendo que a escola oferece o Ensino Médio de 1ª a 3ª série nos turnos matutino, vespertino e noturno. A Equipe Gestora é composta por: 01 Diretora, 01 Assessor de Direção, 01 Assistente de Educação e 01 Assistente Técnico Pedagógico, 02 professoras responsáveis pela biblioteca (uma em atribuição de exercício com 10 horas e outra readaptada com 10 horas). O Corpo Docente é assim constituído: 13 professores na escola, sendo que desse total, 10 professores são efetivos, 03 professores são admitidos em caráter temporário (ACTs). Os professores são, na sua maioria

habilitados e com especialização com alguns se habilitando na sua área de trabalho. A Escola possui também 03 Agentes de Serviços Gerais e 02 merendeiras terceirizadas.

No que diz respeito à vida familiar dos alunos, verificou-se, através de questionário, que 65,6% dos alunos residem com o pai e a mãe, 19,8% só com a mãe, 4,2% só com o pai e 0,0% com tios ou madrinha, 1,0 % com os avós e 9,4% com padrastos, madrastas, sozinho, com namorado e em repúblicas.

Com quem mora o aluno:

(A) Com o pai e a mãe

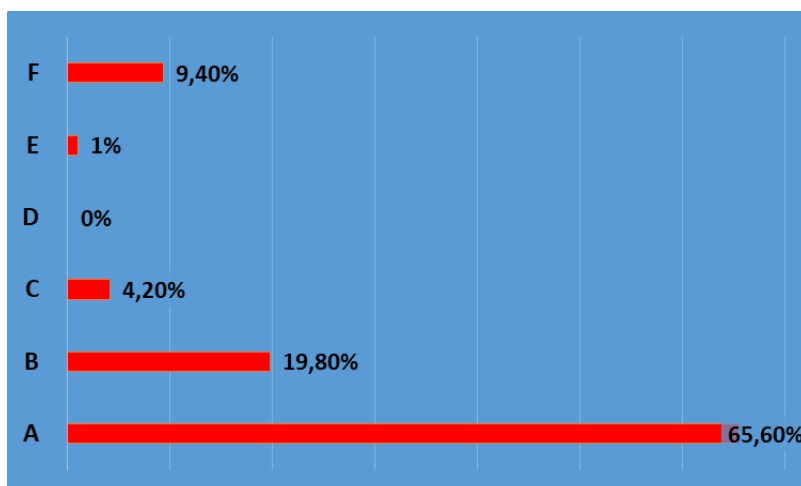
(B) Só com a mãe

(C) Só com o pai

(D) Com o tio ou madrinha

(E) Com os avós

(F) Outro. Qual?



32,8% sobrevivem com 01 salário mínimo, 52,0% com 02 a 03 salários mínimos, 11,2% com 04 a 05 salários mínimos, 2,0% com 06 a 07 salários mínimos e 2,0% com mais de 08 salários mínimos.

Qual a renda média das pessoas que vivem na sua casa?

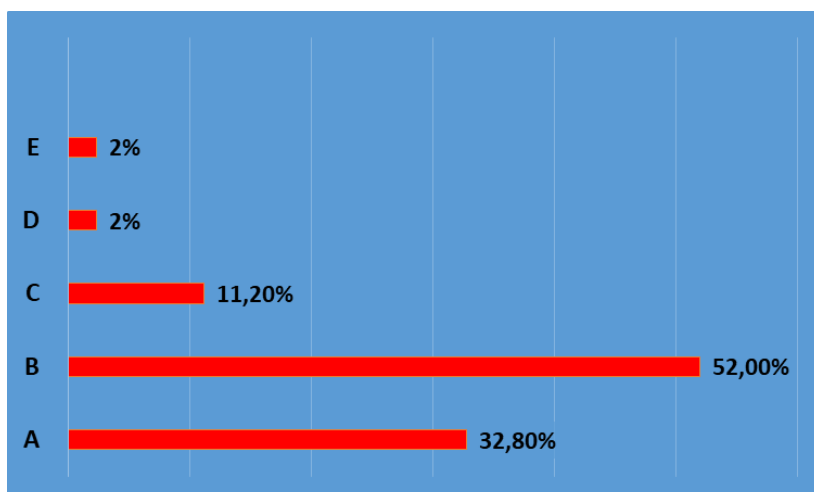
(A) 1 Salário mínimo

(B) 2 a 3 Salários mínimos

(C) 4 a 5 Salários mínimos

(D) 6 a 7 Salários mínimos

(E) 8 Salários mínimos ou mais.

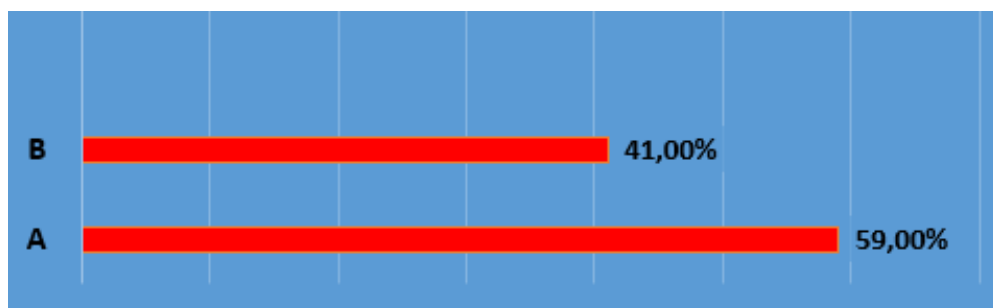


Dos discentes da nossa Unidade educacional 59% residem na área urbana e 41% na área rural, percebendo um crescimento nos últimos anos no êxodo rural.

Você reside na área:

(A) Urbana

(B) Rural



Apenas 2% das famílias são beneficiadas com o Programa “Bolsa família” do Governo Federal.

Sua família recebe Bolsa Família?

(A) Sim

(B) Não



Outro aspecto foi sobre o deslocamento, constatando-se que 9,4% vem para a escola de carro, 55% de transporte escolar municipal, 3,3% de bicicleta, 1,6% de transporte pago pela família e 32,9% deslocam-se até a escola a pé.

Como você vai à escola?

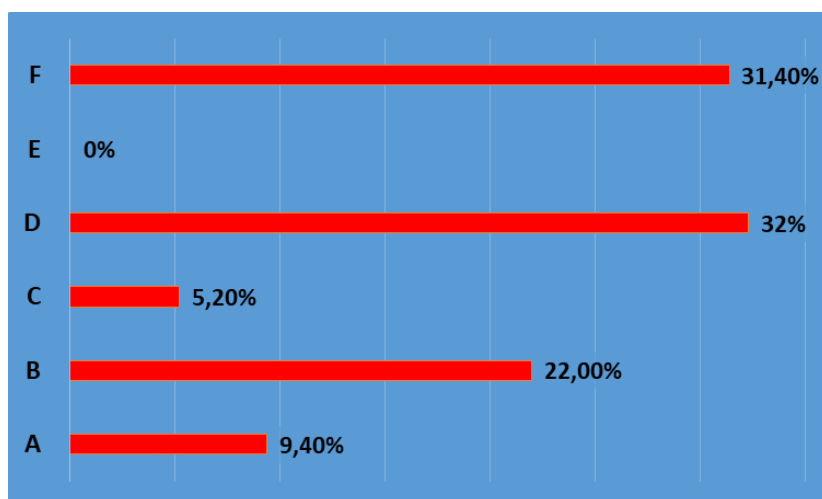
(A) Automóvel

(B) Bicicleta

(C) Transporte escolar municipal

(D) Transporte escolar pago pela família

(E) A pé



Sobre a moradia, 80,2% residem em casa própria, 15,7% casa alugada, 2,1% cedida e 2% outros.

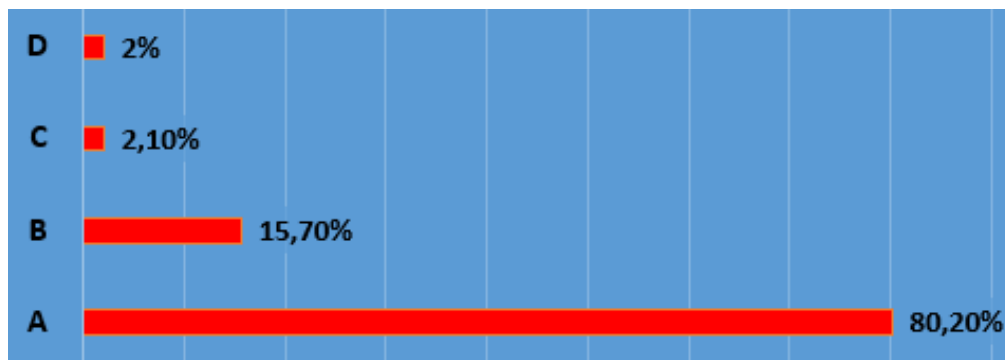
Sua residência é:

(A) Própria

(B) Alugada

(C) Cedida

(D) Outros



Quanto ao número de pessoas que residem na casa, 0% moram sozinhos, 22% em duas pessoas, 28% em 3 pessoas, 35% em 4 pessoas, 10,0% em 5 pessoas e 5,0% em 6 ou mais pessoas.

Incluindo você, quantas pessoas vivem em sua residência?

(A) Sozinho

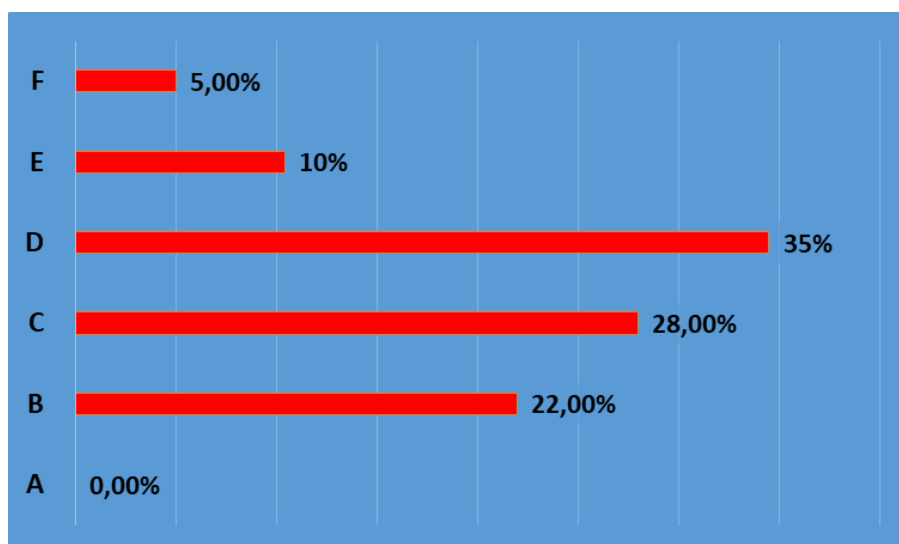
(B) Duas

(C) Três

(D) Quatro

(E) Cinco

(F) Seis pessoas ou mais.



Do distanciamento, 29,2% residem em até 1km de distância da escola, 22% de 1 a 2 km, 11,8% de 3 a 4 km, 7,0% de 5 a 6 km e 30% mais de 7 km.

Distância aproximada entre sua casa e escola:

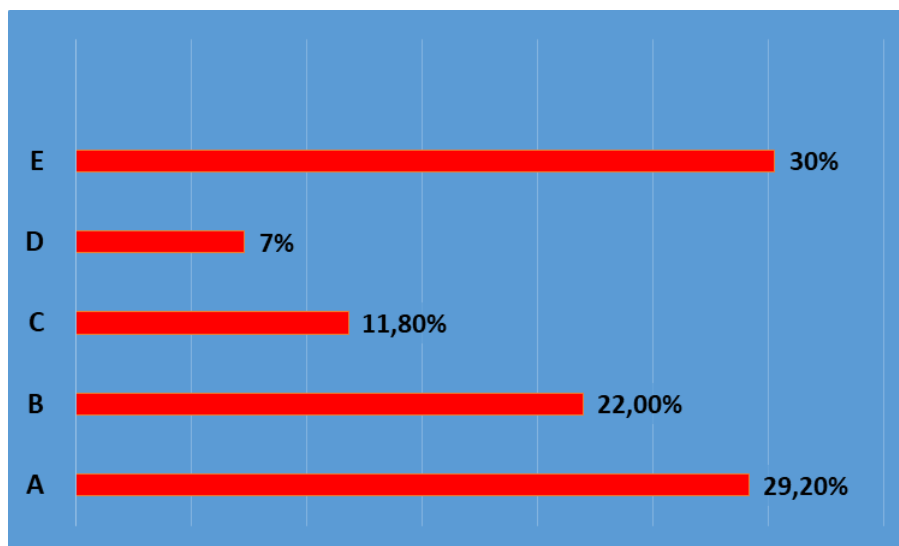
(A) Até 1km

(B) 1 a 2 km.

(C) 3 a 4km

(D) 5 a 6 km

(E) Mais de 7 km



Observou-se também, no questionário aplicado que 38% dos alunos apenas estudam, que 32% trabalham mas recebem outras ajudas financeiras, que 13% trabalham para seu próprio sustento, que 16% trabalham para seu próprio sustento e colaboram para o sustento da família e 1% trabalham e são responsáveis pelo sustento da família.

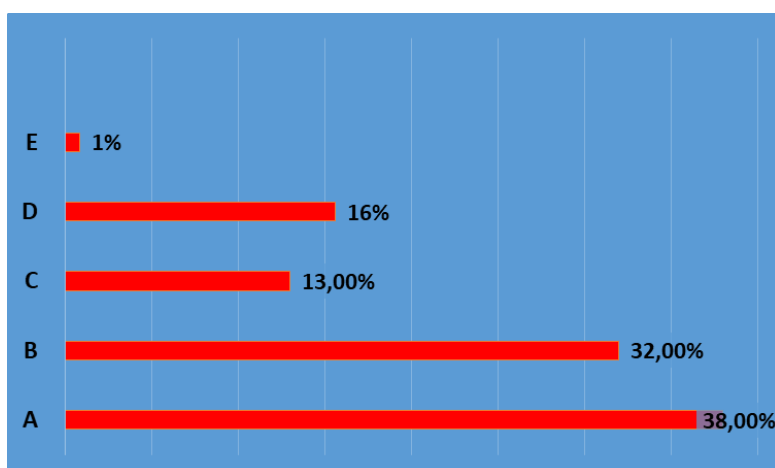
(A) Não trabalho, somente estudo.

(B) Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas.

(C) Trabalho (apenas) para o meu próprio sustento.

(D) Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento e contribuo parcialmente para o sustento da família.

(E) Trabalho e sou responsável pelo sustento da família.



No item de quem trabalha fora, 8,7% indicou que apenas o pai trabalha fora, 14,5% só a mãe, 33,7% a mãe e o pai, 10% os irmãos, 2% os avós, 19% ninguém e 12,1% outros.

Quem trabalha fora na sua casa?

(A) Só o pai

(B) Só a mãe

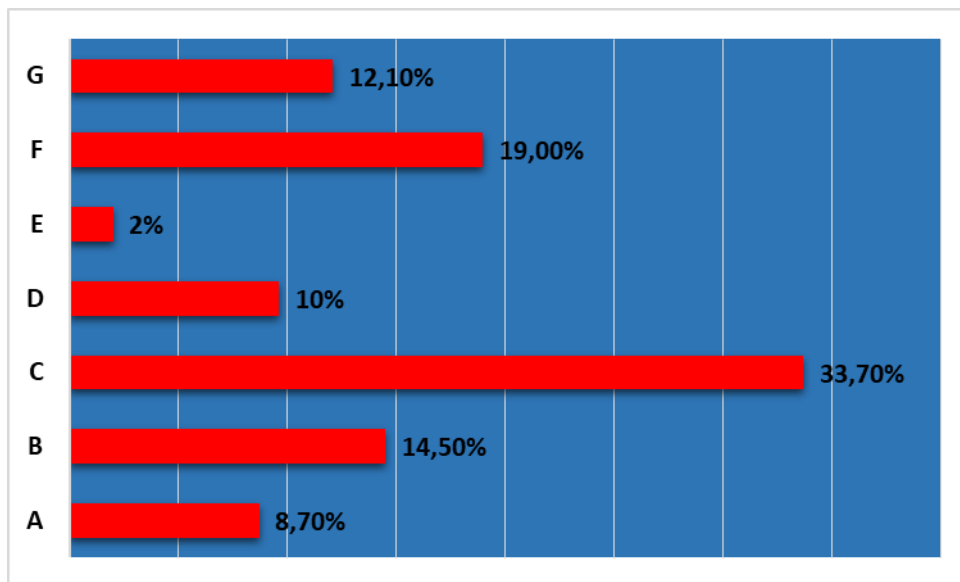
(C) A mãe e o pai

(D) Os irmãos

(E) Os avós

(F) Ninguém

(G) Outro. Qual?



Da religião 53% são Católicos, 22% Evangélicos Luteranos, 12% Episcopal, 3% Assembleia de Deus, 1% Evangélica Quadrangular, 1% Testemunha de Jeová, 0% Ministério Maanaim, 1 % Adventista do Sétimo Dia, 3% não tem Religião e 4% indicou como outra.

Qual é a religião dos membros da sua família?

(A) Católica

(B) Evangélica Luterana

(C) Evangélica Episcopal

(D) Assembleia de Deus

(E) Evangélica Quadrangular

(F) Testemunhas de Jeová

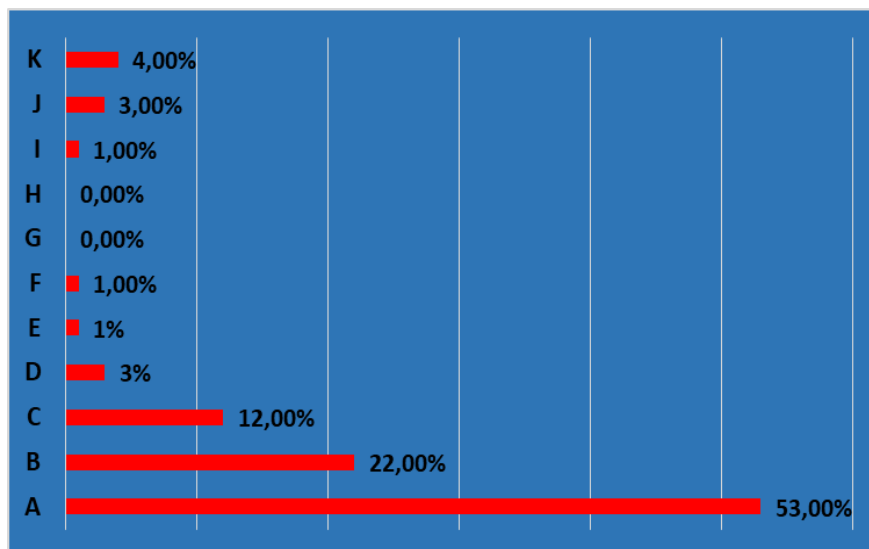
(G) Ministério Maanaim

(H) Evangélica Batista

(I) Adventista do Sétimo Dia

(J) Não tem religião

(K) Outro. Qual?



Sobre o estado civil dos pais, 11,5% são solteiros, 58% casados, 13,5% divorciados, 12% união estável e 5% viúvos.

Estado civil dos pais:

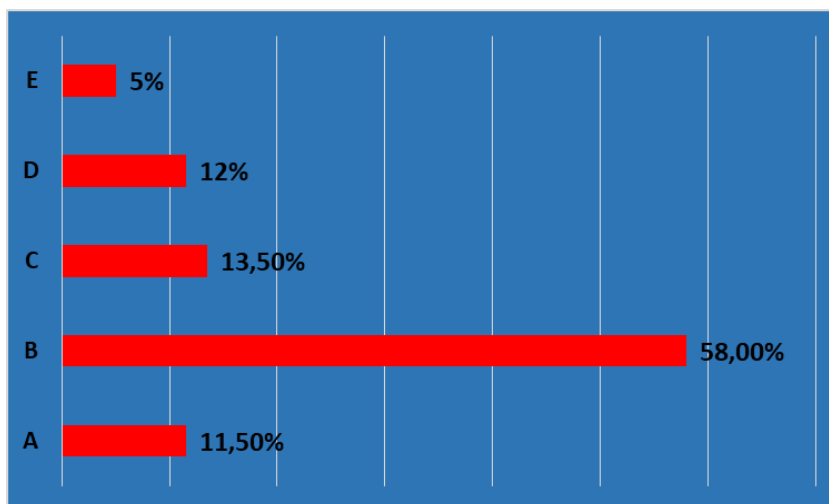
(A) Solteiro

(B) Casado

(C) Divorciado

(D) União estável

(E) Viúvo



Da escolaridade dos pais 2% não tem nenhuma instrução, 46% possuem ensino fundamental incompleto, 13% tem Ensino Fundamental completo, 3% tem Ensino Médio incompleto, 21% tem Ensino Médio Completo, 1% tem Ensino Superior incompleto, 7% tem ensino Superior Completo, 3% com especialização e 4% não sabe dizer.

(A) Nenhuma instrução

(B) Ensino Fundamental incompleto

(C) Ensino Fundamental completo

(D) Ensino Médio incompleto

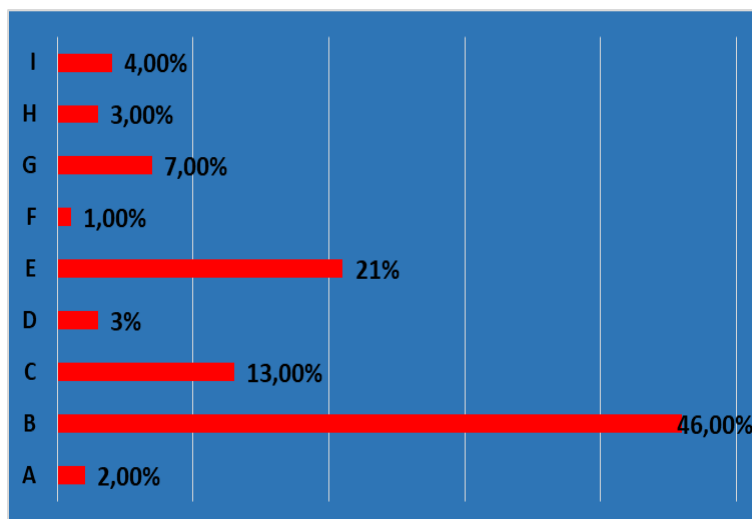
(E) Ensino Médio completo

(F) Ensino Superior incompleto

(G) Ensino Superior completo

(H) Pós-graduação

(I) Outros



Já as mães, 1% não tem nenhuma instrução, 35% Ensino Fundamental incompleto 12% Ensino Fundamental completo, 1% Ensino Superior incompleto, 9% Ensino Superior Completo, 12% Especialização e 2% outros.

(A) Nenhuma instrução

(B) Ensino Fundamental incompleto

(C) Ensino Fundamental completo

(D) Ensino Médio incompleto

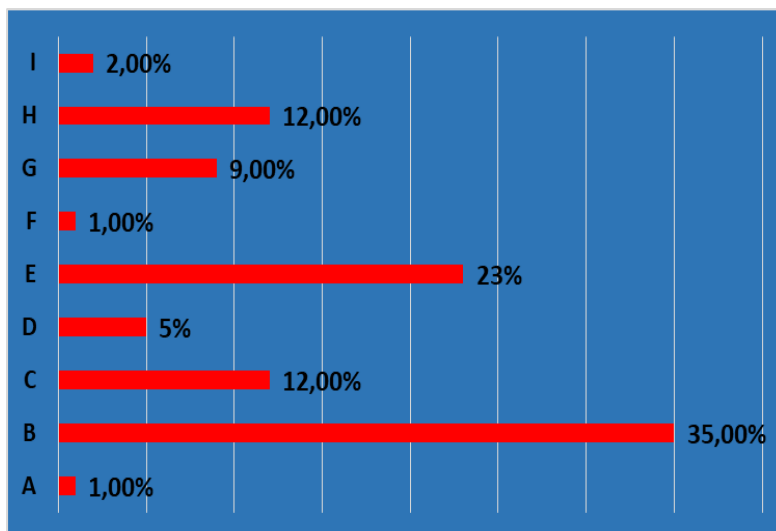
(E) Ensino Médio completo

(F) Ensino Superior incompleto

(G) Ensino Superior completo

(H) Pós-graduação

(I) Outros



Relacionando a profissão das mães 24% trabalham no setor primário da economia, 6% no setor secundário da economia, 31% no setor terciário, 35% trabalho informal e 4% aposentada.

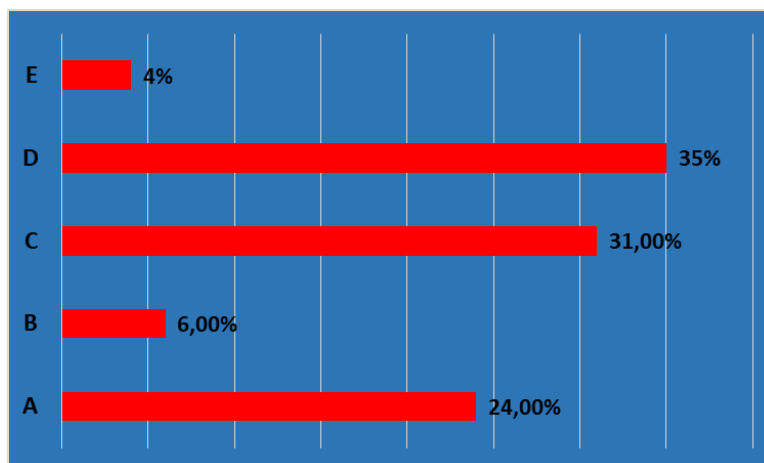
(A) Setor Primário da Economia

(B) Setor Secundário da Economia

(C) Setor Terciário da Economia

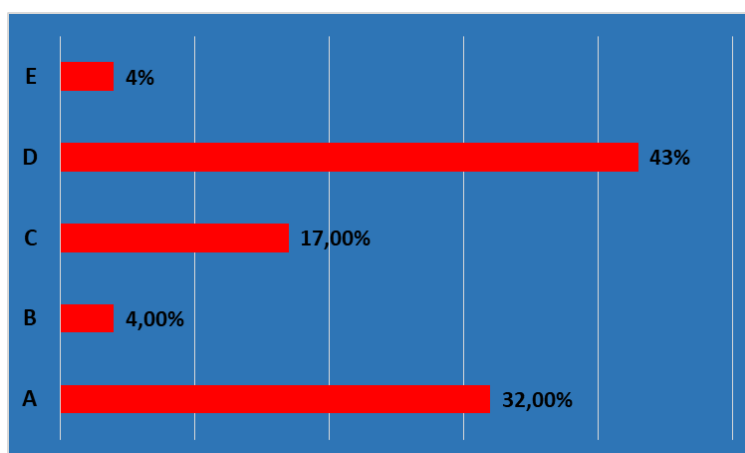
(D) Trabalho Informal

(E) Aposentada



Em relação a profissão dos pais 32% trabalham no setor primário da economia, 4% no setor secundário da economia, 17% no setor terciário, 43% trabalho informal e 4% aposentada.

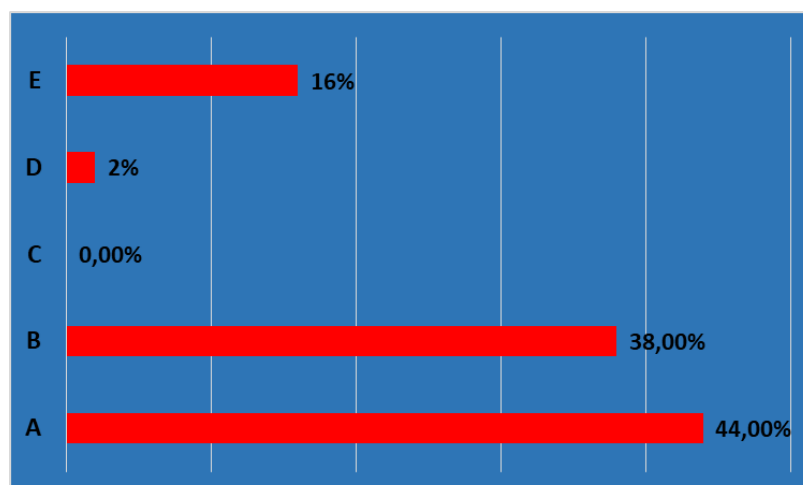
- (A) Setor Primário da Economia
- (B) Setor Secundário da Economia
- (C) Setor Terciário da Economia
- (D) Trabalho Informal
- (E) Aposentado



Em relação a etnia 43,4% são descendentes de alemães, 36% italianos, 5,4% índios, 3,7% afrodescendentes e 11,5% outros

Em relação a sua etnia, você é descendente de:

- (A) alemão
- (B) italiano
- (C) índio
- (D) afrodescendente
- (E) Outro



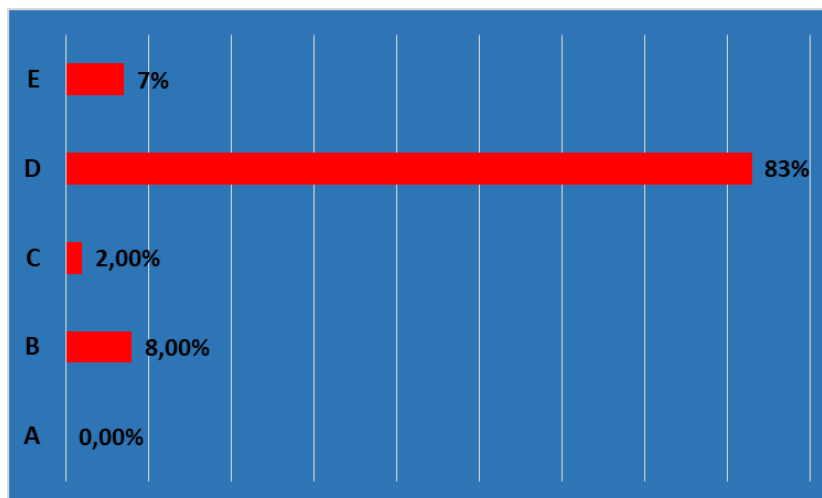
Quando questionado sobre os meios de comunicação que mais utilizam, 0% indicaram jornal escrito, 8% jornal falado (TV), 2% jornal falado (rádio), 83% internet e 7% as redes sociais.

Qual o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado?

- (A) Jornal escrito
- (B) Jornal falado (TV)
- (C) Jornal falado (rádio)

(D) Internet

(E) Redes sociais. Qual?



Você usa computador?

(A) Não

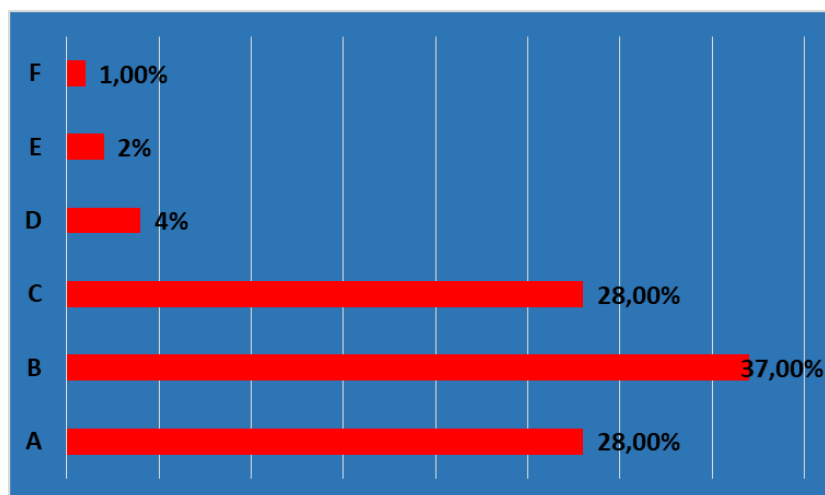
(B) Sim, de casa

(C) Sim, da escola

(D) Sim, do trabalho

(E) Sim, de amigos

(F) Sim, de outros locais

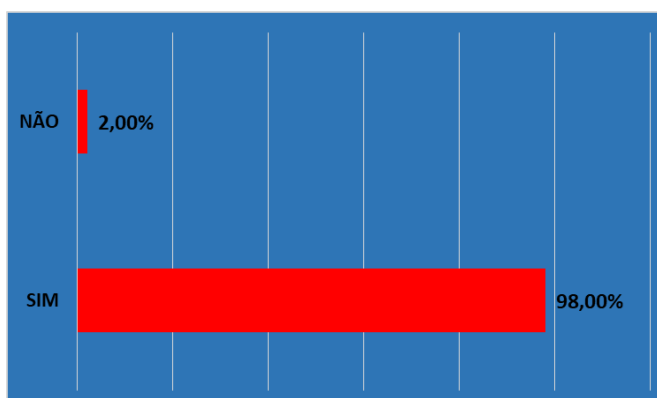


Sobre ter ou não celular, 98% dos alunos tem celular e 2% não.

Você possui celular?

(A) Sim

(B) Não



Do acesso à internet 24% tem acesso no computador em casa, 66% no aparelho celular, 7% no computador do trabalho, 2% indicaram outros meios e 1% não tem acesso à internet.

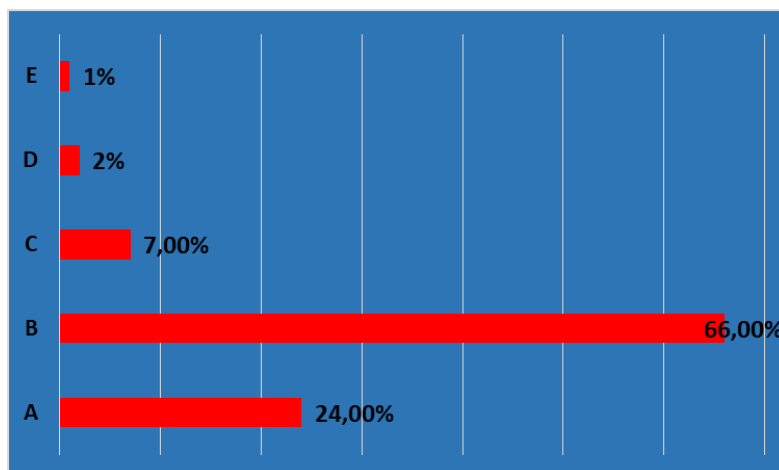
(A) Computador em casa

(B) Celular

(C) Computador no trabalho

(D) Outros

(E) Não tenho acesso à internet



Sobre a frequência do uso da rede, 88% a utilizam todos os dias, 10% o dia inteiro, 2% algumas vezes por semana, 0% só nos finais de semana.

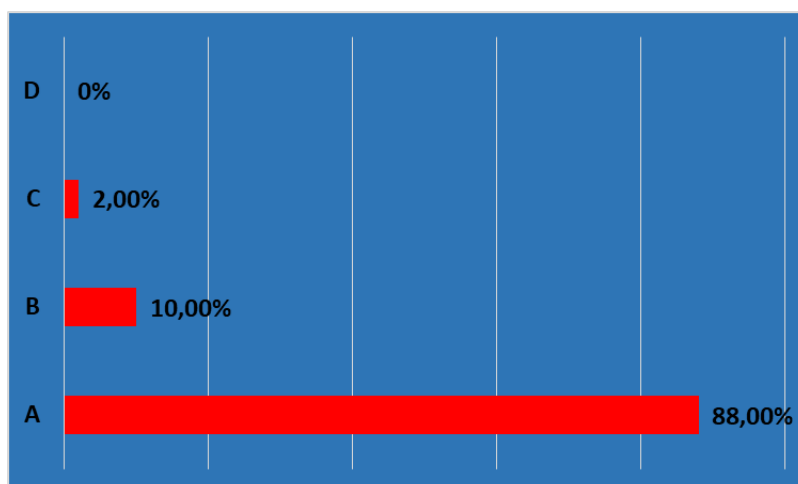
Com que frequência você utiliza a internet:

(A) Todos os dias

(B) O dia inteiro

(C) Algumas vezes por semana

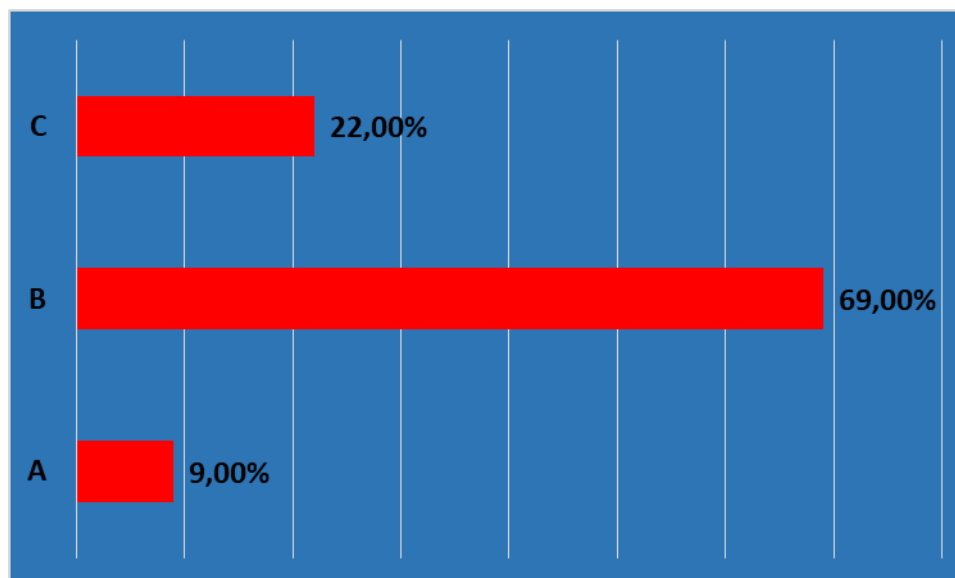
(D) Só nos fins de semana



A respeito do gosto pelos estudos, 9% dos alunos adora estudar, 69% gosta e 22% dos alunos estuda por obrigatoriedade.

Você vem para a escola por que:

(A) Adora estudar (B) Gosta (C) É obrigado



Sobre a diversão da família, 38% o faz assistindo TV, 46% passeando, 3% praticando esportes, 2% frequentando praças, 1% lendo e 10% indicaram outra forma de diversão.

Como sua família se diverte?

(A) Assistindo TV

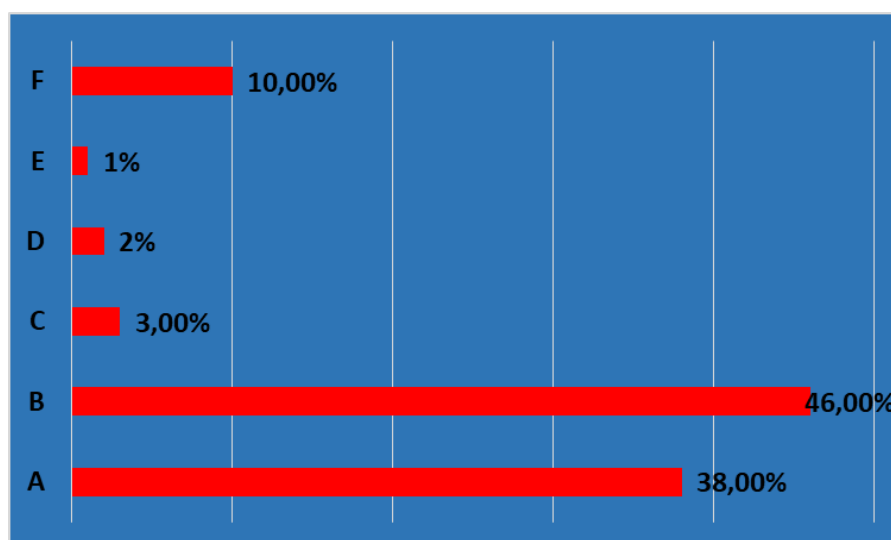
(B) Passeando

(C) Praticando esportes

(D) Frequentando praças

(E) Lendo

(F) Outro. Qual?



19% dos alunos julga a igreja ser de maior importância na comunidade, 11% o campo de futebol, 10% o centro Comunitário, 7% a quadra esportiva, 12% o posto de saúde, 5% área de lazer, 12% lanchonete, 20% a escola e 4% indicaram outros espaços.

Na sua comunidade, o que tem de mais importante para você?

(A) Igreja

(B) Campo de futebol

(C) Centro comunitário

(D) Quadra esportiva

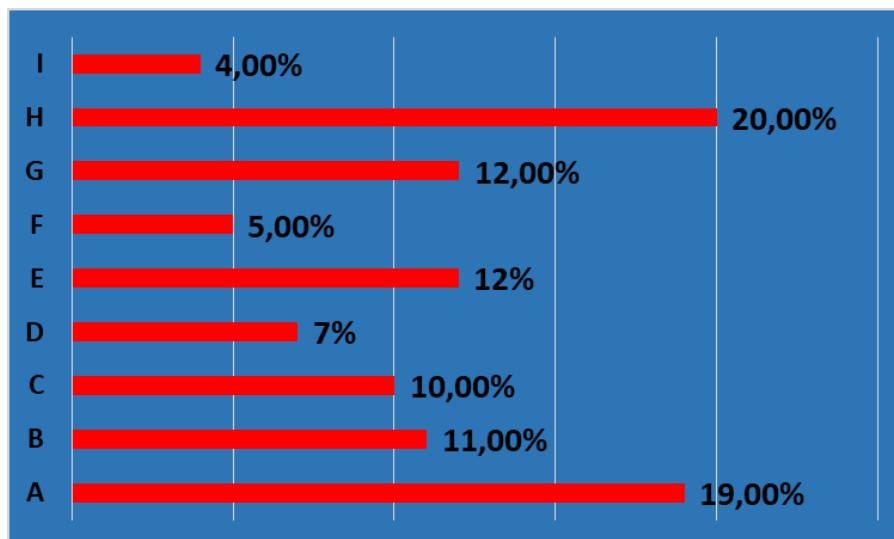
(E) Posto de saúde

(F) Área de lazer

(G) Lanchonete

(H) Escola

(I) Outro. Qual?



Sobre a frequência com que assistem TV, 47% afirmou que assiste todos os dias, 37% algumas vezes na semana, 8% somente nos fins de semana, 8% afirmam não assistir TV. Você assiste à TV:

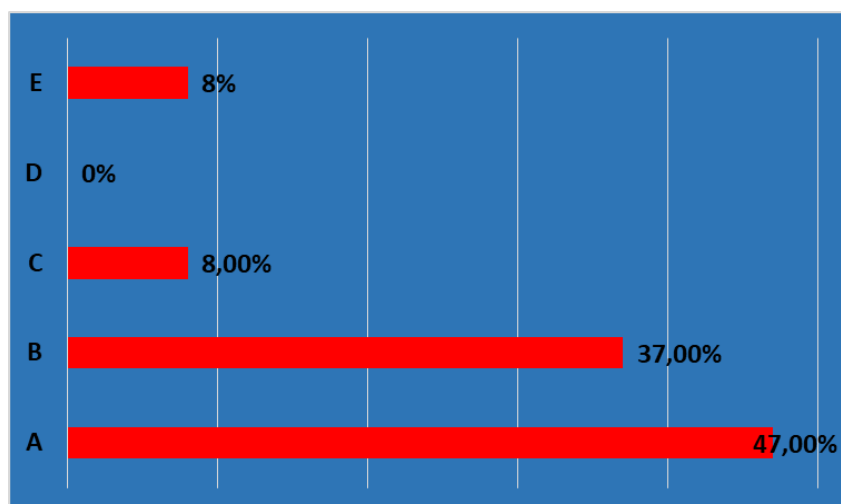
(A) Todos os dias da semana

(B) Algumas vezes na semana

(C) Só nos fins de semana

(D) Só nas férias

(E) Não assiste à TV



Quanto ao hábito da leitura, 10% leem diariamente, 31% algumas vezes na semana, 5% nos finais de semana e 54% não têm o hábito de ler.

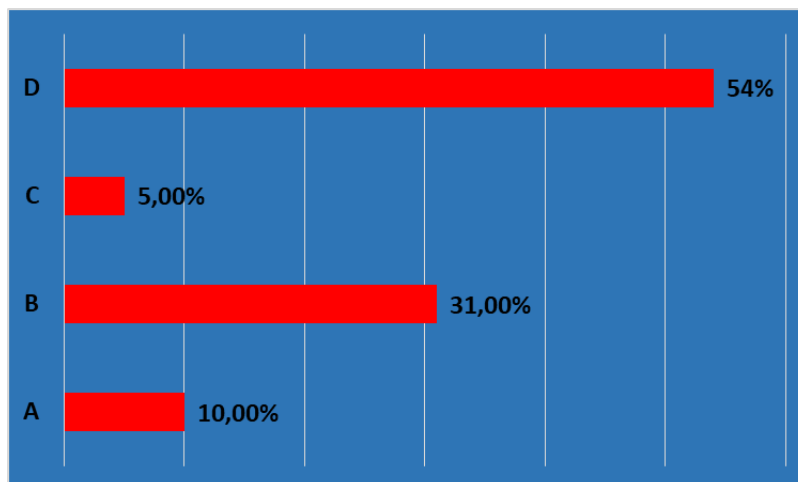
Seu hábito de leitura é:

(A) Diário

(B) Algumas vezes na semana

(C) Nos fins de semana

(D) Não tenho o hábito de ler



Em relação ao envolvimento das famílias em associações verificou-se que 14% dos pais participam de APPs escolares, 5% de Conselho Deliberativo Escolar, 4% de Clube de Mães, 10% de associações Comunitárias, 9% de diretoria de Igreja, 3% de Cooperativas e 55% não participam de nenhuma diretoria.

Sua família participa de diretorias de associações/conselhos:

(A) APP escolar

(B) Conselho Deliberativo Escolar

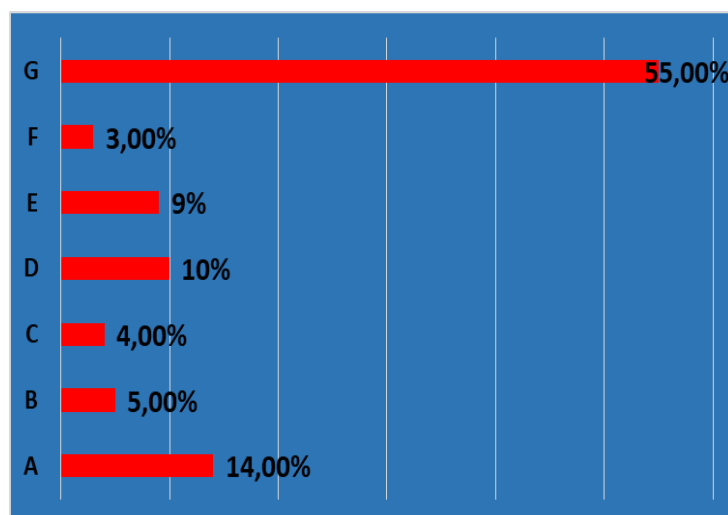
(C) Clube de mães

(D) Associação comunitária

(E) Diretoria de Igreja

(F) Cooperativas

(G) Não participa de nenhuma diretoria



Há uma perceptível mudança nos hábitos, interesses e formações familiares nos últimos anos, o que faz aumentar o desafio da escola de modo a oferecer uma educação de qualidade que atenda essa nova geração de estudantes.

6.3. FINALIDADES E OBJETIVOS DA ESCOLA

A dinâmica social contemporânea nacional e internacional, marcada especialmente pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico, impõe desafios ao Ensino Médio. Para atender às necessidades de formação geral, indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho, e responder à diversidade de expectativas dos jovens quanto à sua formação, a escola que acolhe as juventudes tem de estar comprometida com a educação integral dos estudantes e com a construção de seu projeto de vida. Para orientar essa atuação, torna-se imprescindível recontextualizar as finalidades do Ensino Médio, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Art. 35): há mais de vinte anos, em 1996:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental é essencial nessa etapa final da Educação Básica. Além de possibilitar o prosseguimento dos estudos a todos aqueles que assim o desejarem, o Ensino Médio deve atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania e construir “aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea”, como definido na BNCC (p. 14). Para atingir essa finalidade, é necessário, em primeiro lugar, assumir a firme convicção de que todos os estudantes podem aprender e alcançar

seus objetivos, independentemente de suas características pessoais, seus percursos e suas histórias. Com base nesse compromisso, a escola que acolhe as juventudes deve:

- favorecer a atribuição de sentido às aprendizagens, por sua vinculação aos desafios da realidade e pela explicitação dos contextos de produção e circulação dos conhecimentos;
- garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política;
- valorizar os papéis sociais desempenhados pelos jovens, para além de sua condição de estudante, e qualificar os processos de construção de sua(s) identidade(s) e de seu projeto de vida;
- assegurar tempos e espaços para que os estudantes reflitam sobre suas experiências e aprendizagens individuais e interpessoais, de modo a valorizarem o conhecimento, confiarem em sua capacidade de aprender, e identificarem e utilizarem estratégias mais eficientes a seu aprendizado;
- promover a aprendizagem colaborativa, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de trabalharem em equipe e aprenderem com seus pares; e
- estimular atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade, do mundo do trabalho e da sociedade em geral, alicerçadas no conhecimento e na inovação.

Essas experiências, como apontado, favorecem a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Para tanto, a escola que acolhe as juventudes precisa se estruturar de maneira a:

- garantir a contextualização dos conhecimentos, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura;

- viabilizar o acesso dos estudantes às bases científicas e tecnológicas dos processos de produção do mundo contemporâneo, relacionando teoria e prática – ou o conhecimento teórico à resolução de problemas da realidade social, cultural ou natural;

- revelar os contextos nos quais as diferentes formas de produção e de trabalho ocorrem, sua constante modificação e atualização nas sociedades contemporâneas e, em especial, no Brasil;

- proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade; e

- prever o suporte aos jovens para que reconheçam suas potencialidades e vocações, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e desenvolvam uma postura empreendedora, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Nessa mesma direção, é também finalidade do Ensino Médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária, a escola que acolhe as juventudes deve ser um espaço que permita aos estudantes:

- conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais;

- compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;

- promover o diálogo, o entendimento e a solução não violenta de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos;

- combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença;

- valorizar sua participação política e social e a dos outros, respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito; e

- construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade. Subjacente a todas essas finalidades, o Ensino Médio deve garantir aos estudantes a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática.

Para tanto, a escola que acolhe as juventudes, por meio da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, deve possibilitar aos estudantes:

- compreender e utilizar os conceitos e teorias que compõem a base do conhecimento científico-tecnológico, bem como os procedimentos metodológicos e suas lógicas;

- conscientizar-se quanto à necessidade de continuar aprendendo e aprimorando seus conhecimentos;

- apropriar-se das linguagens científicas e utilizá-las na comunicação e na disseminação desses conhecimentos; e

- apropriar-se das linguagens das tecnologias digitais e tornar-se fluentes em sua utilização. Para atender a todas essas demandas de formação no Ensino Médio, mostra-se imperativo repensar a organização curricular vigente para essa etapa da Educação Básica, que apresenta excesso de componentes curriculares e abordagens pedagógicas distantes das culturas juvenis, do mundo do trabalho e das dinâmicas e questões sociais contemporâneas. Na direção de substituir o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível, a Lei nº 13.415/2017 alterou a LDB, estabelecendo que O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I – linguagens e suas tecnologias;

II – matemática e suas tecnologias;

III – ciências da natureza e suas tecnologias;

IV – ciências humanas e sociais aplicadas;

V – formação técnica e profissional (LDB, Art. 36; ênfases adicionadas). Essa nova estrutura do Ensino Médio, além de ratificar a organização por áreas do conhecimento –

sem desconsiderar, mas também sem fazer referência direta a todos os componentes que compunham o currículo dessa etapa –, prevê a oferta de variados itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. Essa estrutura adota a flexibilidade como princípio de organização curricular, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida.

Na Escola de educação básica “Carlos Fries”, os objetivos cumprem importante papel na definição de ações e propósitos mais amplos que, por sua vez, respondem às expectativas e às exigências da comunidade escolar. A Escola se propõe a:

- Formar estudantes com habilidades e conhecimentos considerados essenciais para o século XXI.
- Garantir aos estudantes o direito de aprender um conjunto fundamental de conhecimentos e habilidades comuns.
- Proporcionar uma educação pública, voltada à formação integral do aluno para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar.
- Oferecer à comunidade ensino de qualidade que contribua para o desenvolvimento da autonomia responsável, do senso crítico e da criatividade para o exercício da cidadania.
- Oportunizar e dar condições, nas diferentes etapas da Educação básica, para que todos os sujeitos desenvolvam suas capacidades para a formação plena.
- Educar para a transformação da realidade social, valorizando a vida e a dignidade humana, orientada pelo conhecimento e pela ética.
- Orientar o sujeito para gestar e construir seu projeto de vida de forma responsável durante o seu percurso formativo.
- Ensinar com vistas à aprendizagem e aos conhecimentos historicamente produzidos e socialmente válidos.

- Proporcionar aos estudantes instrumentos para a aprendizagem de valores e conhecimentos por meio da estimulação frequente.

Tais objetivos encontram-se amparados em concepções epistemológicas e filosóficas que balizam a proposta pedagógica da escola em sua materialização sistemática.

7. MARCO REFERENCIAL

As concepções/visões apresentadas a seguir – perspectiva pedagógico-filosófica da escola e concepção de educação, de desenvolvimento humano, de aprendizagem e ensino, de conhecimento e de inclusão – balizam a Proposta Curricular da EEB “Carlos Fries”, documento correlato a este, bem como suas práticas pedagógicas, a fim de garantir um percurso formativo que assegure a continuidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

7.1. VISÃO DE MUNDO

Nós, da EEB “Carlos Fries”, vemos um mundo cheio de riquezas, repleto de diversidades, no qual a sociedade evoluiu, o homem potencializou sua inteligência e capacidade, criando diversos recursos materiais e tecnológicos para melhorar sua condição de vida. Podemos afirmar que as pessoas atualmente estão vivendo em uma sociedade hierarquizada, capitalista, individualista, consumista, paternalista, excludente, em constantes mudanças tecnológicas, sociais, econômicas e culturais, que enfrenta grandes desafios como a globalização, a questão ambiental, a má distribuição de renda, a mudança de valores, os conflitos raciais e étnicos, o desemprego, a urbanização e a qualidade de vida, o comércio internacional e o aumento da dívida dos países pobres, a violência, o tráfico e o consumo de drogas. Esta sociedade excludente, para tentar compensar isso, acaba muitas vezes se tornando paternalista, por meio de projetos e doações que mantêm os indivíduos ainda mais submissos, desmotivados, sem interesses, sem perspectivas. Nessa sociedade, as pessoas são educadas para serem empregadas. Assim, vemos a maximização da concentração de riquezas, a desigualdade entre as nações e entre grupos sociais, o desemprego em nível mundial, a institucionalização da corrupção, a perda da identidade cultural das nações e a submissão da sociedade ao capitalismo, para a qual o ser humano não é prioridade.

7.2. SOCIEDADE QUE DESEJAMOS CONSTRUIR

Desejamos uma sociedade mais humana, atenta às necessidades básicas do indivíduo, na qual todos tenham assegurado o pleno exercício da cidadania, participando e interferindo na elaboração de um projeto de transformação social, dando como testemunho a nossa prática diária. Acreditamos numa sociedade inclusiva, democrática, plural e justa; ecologicamente sustentável, humanizada, humanizadora, solidária, pacífica e feliz; articulada e mobilizada popularmente; consciente, conscientizadora e reflexiva, capaz de superar as ideologias manipuladoras; na qual exista uma juventude responsável, em que os valores sejam elevados e o respeito impere, acima de tudo, em que todos tenham igual acesso às boas condições de vida, à educação, à saúde e à moradia de qualidade, lutando pelos seus ideais, buscando melhorias e direitos dignos para todos; na qual possam ser vistos como seres capazes, mais humanos, com amor e afetividade.

7.3. PERSPECTIVA PEDAGÓGICA – FILOSÓFICA DA ESCOLA

A conjuntura social, na qual todos estão imersos, amplia o papel e o significado da educação escolar, exigindo que a mesma opere em aberta e constante interação com a dinamicidade da vida. Nesse contexto, a Escola assume, cada vez mais, atribuições específicas na formação das pessoas de sua comunidade. Partindo dessa premissa, a EEB “Carlos Fries” apresenta-se como local onde a dignidade da vida constitui-se como referencial maior na construção de uma sociedade justa e fraterna. A Escola promove a educação como processo contínuo de transmissão, construção e desenvolvimento de conhecimentos, culturas e valores, ao considerar que, apesar de todo o aparato que envolve a ação educativa, é nas relações humanas que reside a essência da formação dos indivíduos. No entanto, para a EEB “Carlos Fries”, não basta estar a serviço do estudante como indivíduo. É preciso, além disso, estar presente na sociedade de tal modo que o estudante, ao desempenhar seu papel, contribua com a construção de um mundo que respeite a vida em todas as suas dimensões. A Escola, como agente da construção do saber, busca a formação da convivência participativa, transformadora e crítica do ser, respeitando as diferenças de cada um, dentro do papel do Ser Cidadão, promovendo sua integração plena na sociedade. A EEB “Carlos Fries” compromete-se com o desenvolvimento integral do aluno, buscando a participação coletiva numa educação

inovadora e significativa que propicie a formação de cidadãos competentes para a vida, o mercado de trabalho e a convivência social e solidária.

Apoiada nessa constatação, a EEB “Carlos “Fries” assume, assim, o desafio de ampliar a perspectiva ontológica e existencial da educação, sem abrir mão da dimensão epistemológica, que deve se sustentar nos anseios e nos desejos de emancipação e desenvolvimento humano, buscando o bem estar e o compromisso coletivo. Essa posição coloca a Escola diante de diferentes questões e perspectivas que são estabelecidas pelas novas gerações, em cada momento histórico, porém sempre desafiadoras. Contudo, a Escola de Educação Básica “Carlos Fries”, independente de sua dimensão laica, prima pelo respeito aos direitos de cada um seguir a sua própria crença, constituindo-se opção educacional na sociedade multiplural de hoje. Com tais bases identitárias, a Escola firma-se sobre a necessidade de compreender e respeitar tal contexto, não pretendendo o doutrinamento religioso. A Escola tem clareza de seus propósitos, características e tem firme convicção de estar a favor da vida, pois é justamente essa condição que lhe outorga características eminentemente dialógicas, trazendo o desafio próprio da alteridade que incita a perceber processos, gerar mediações e criar meios para superar antagonismos. Esse compromisso apresenta-se como uma responsabilidade que é inalienável a todos os membros da comunidade educativa da EEB “Carlos Fries”, sejam famílias, estudantes, professores ou funcionários. É nessa condição que os elementos indicativos da ética social concorrem para a construção de um fazer pedagógico que respeita a vida. Ser ético, nesta perspectiva, é ser capaz de atuar de forma democrática, como um princípio que abrange as dimensões pedagógica, administrativa, física e financeira, implicando na democracia, no poder compartilhado e na participação efetiva do coletivo como compromisso que supera o individualismo e que está voltada para a formação de um comprometimento do estudante com o outro ser humano.

7.4. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

As exigências impostas ao ser humano e à sociedade pelo processo econômico e pelo decorrente apelo de desenvolvimento tecnológico determinam a necessidade de estender a ação educativa por todo o curso da vida, tornando a educação um processo permanente e continuado. A educação possui referencial e legislação específicos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Aqui, se destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº

9.394, de 20 de novembro de 1996, de âmbito federal, especialmente seu Capítulo III, Dos princípios e Fins da Educação Nacional, Art. 2º, o qual determina que a educação é “[...] *dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana*”, tendo “*por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*” (BRASIL, 1996). Convergente a essa determinação, a EEB “Carlos Fries” toma a educação como uma dinâmica organizativa dos saberes e das formas de interação das pessoas com o meio social no qual atuam. A condição de respeitar e valorizar todos se constitui, portanto, foco da ação educativa, em que os diferentes e as diferenças são respeitados e valorizados ao promover a ampliação do autoconhecimento e a superação de dificuldades, que, antes de serem atribuídas ao outro, devem ser analisadas na perspectiva do próprio sujeito. Ainda é preciso afirmar que os princípios de educação assumidos pela Escola coadunam com o que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 4/2010, no que tange ao seu caráter ético, estético e político. Além dos princípios, a EEB “Carlos Fries” assume a tarefa de educar e cuidar enquanto processos indissociáveis da formação humana que iniciam na Educação Infantil e são estendidos ao Ensino Médio:

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo. (BRASIL, 2010a, p. 12).

Cabe destacar que, quando o fazer pedagógico desloca seu eixo central para a criança e o estudante, a cidadania também ganha contorno especial na proposta da Instituição. Assim, a Escola entende que a cidadania deve e pode ser exercida em todas as suas instâncias, oportunizando espaços de participação para a comunidade escolar como prática do humanismo contemporâneo. (BRASIL, 2010a). Por outro lado, não menos importante e que aparece de forma transversal na proposta da Escola, é a inclusão, como forma de possibilitar o aprender com qualidade. Tal proposta exige um esforço de todos na

construção de formas de mediação, metodologias e instrumentos avaliativos que deem conta de atender às especificidades dos estudantes com dificuldades e limitações, como também tempos e ritmos diferenciados, de acordo com as condições humanas, profissionais e estruturais disponíveis na instituição.

7.5. CONCEPÇÃO DE ESCOLA

A Escola configura-se como a instância que, erigida pela sociedade, incumbe-se de garantir que as novas gerações tenham acesso ao legado cultural da humanidade. É um espaço geográfico e histórico onde a educação dá-se de forma intencional, estruturada, sistematizada e explícita. Nela, o conhecimento é assimilado, apropriado e construído ativamente, revestindo-se de criticidade e inovação, colaborando para o avanço cultural e atendendo às novas necessidades do ser humano.

Nesse contexto, todos os integrantes e também a própria EEB “Carlos Fries” se transformam conforme as inquietações, as percepções, as mediações e as superações que ocorrem a todo momento.

A Escola, como entidade educativa, tem, como papel principal, a ampliação do repertório cultural, artístico e intelectual de seus estudantes, motivo pelo qual se faz e se torna importante e significativa dentro da sociedade, contribuindo para a sua formação. Além disso, a instituição escolar não pode estar desconectada do mundo afetivo do estudante, já que esse é um todo indivisível. A construção do conhecimento significativo se dá com envolvimento e disposição. Ninguém se entrega a uma atividade com alegria e prazer sem que esteja a ela integrado e envolvido por inúmeros aspectos e interesses. A Escola, portanto, deve estar atenta aos aspectos afetivos dos estudantes, visto que esses aspectos são condições fundamentais para a participação, tanto no processo de aprendizagem como na formação do espírito de solidariedade e colaboração. A EEB “Carlos Fries”, tem como compromisso o desenvolvimento do ser humano, colaborando, de forma sistematizada e direcionada, para sua formação por meio da veiculação e produção de conhecimentos socialmente válidos. A estreita relação com a comunidade é perseguida, levando em conta suas características e necessidades.

A EEB “Carlos Fries” prima pelo pleno desenvolvimento do educando e preparando-os para o exercício da cidadania, desejamos uma escola, na qual a prática pedagógica ultrapasse barreiras e preconceitos; que seja criativa, e de qualidade social, com profissionais

qualificados e empenhados na formação de cidadãos conscientes; que seja um espaço de desenvolvimento humano, de descobertas, de criação de saberes e de afirmação de valores democráticos e solidários; que priorize a cidadania, os direitos humanos, o diálogo e a participação de todos na educação, em busca da construção de uma sociedade justa e fraterna.

7.6. CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Todos os estudantes, professores e funcionários da Unidade Escolar são considerados sujeitos singulares, possuidores de uma história e de uma cultura. A trajetória dos sujeitos constitui o desenvolvimento humano como algo que acontece por conta das aprendizagens que ocorrem na escola e fora dela, caracterizando-se pelas transformações biológicas, emocionais, sociais, psicológicas e culturais que ocorrem ao longo da vida. A Escola organiza-se pedagogicamente para atender às necessidades do desenvolvimento humano em cada etapa de ensino. Por isso, o planejamento de todas as ações tem como foco principal “[...] os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola” (BRASIL, 2010a, p. 02).

Atendendo a diferentes grupos etários, a EEB “Carlos Fries” entende que tais grupos precisam se reconhecer como tais. A infância e a juventude não podem ser reduzidas a um recorte etário, uma vez que sua dimensão transcende a idade dos sujeitos, estando, porém, relacionada com suas experiências vividas. Assim, a Escola considera o princípio da dignificação do ser humano, que é constituído pelo respeito e pela individualidade do sujeito.

A EEB “Carlos Fries” busca gradativamente a melhoria do ensino e aprendizagem, valorizando o potencial humano, formando cidadãos críticos e conscientes de sua missão na sociedade, acreditando que a educação é fundamental no processo de sua transformação. Um ser humano racional em suas atitudes, para a construção de um futuro melhor para si e para os outros; que lute por seus ideais, com consciência plena do que busca para sua vida; que tenha como prioridade maior, o “outro” e o coletivo; digno de ocupar seu espaço em sociedade; aquele que será a diferença para um mundo mais justo. Pessoas que tenham a capacidade de pensar a respeito de um mundo melhor; que defendam os nossos direitos; que busquem melhorias futuras; que respeitem seu próximo e se empenhem em se tornar uma pessoa útil para a sociedade e para si, com identidade própria e livre de qualquer tipo de marginalidade; que sejam responsáveis; que tenham

adquirido formação plena, e que esta o ajude em sua trajetória profissional, pessoal e moral. Um ser humano autônomo, que saiba trabalhar em grupo e individualmente, expressando suas ideias e sentimentos, valorizando o outro na sua complexidade, respeitando as diferenças e dizendo não, a qualquer tipo de discriminação.

7.7. CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM E ENSINO

A EEB “Carlos Fries” prioriza a aprendizagem dos conceitos científicos, éticos e tecnológicos que não poderiam ser apropriados fora dela. Para tanto, se alicerça na perspectiva da mediação daquele que conhece e domina o objeto do conhecimento. No entanto, os saberes que cada estudante e professor trazem para a escola, fruto de suas experiências como sujeitos, são reconhecidos, levando em consideração os tempos e os ritmos. No processo de construção do conhecimento, valorizam-se a tradição, o saber elaborado no decorrer da história da humanidade, a memória histórica, além de incentivar a elaboração de novos conhecimentos, estabelecendo sentido e significação para a ação humana.

O ensino requer planejamento, organização e sistematização dos conhecimentos, buscando atingir, em cada etapa de ensino, as expectativas de aprendizagem. Por isso, a Escola de Educação Básica “Carlos Fries” defende o ensino não apenas de conteúdos, mas também de valores, conceitos, atitudes e competências, que, certamente, contribuirão com a formação de cada indivíduo. A centralidade do processo pedagógico é a aprendizagem com o objetivo de garantir um percurso formativo fundamentado na inseparabilidade do educar e do cuidar, de modo que as etapas da Educação Básica sejam respeitadas em suas especificidades, atentando para a articulação das dimensões orgânica e sequencial. (BRASIL, 2010a).

A concepção de aprendizagem que dá suporte ao Projeto Político Pedagógico da Escola fundamenta-se no Sóciointeracionismo, também conhecida como histórico-cultural ou sócio histórica. À medida que considera todos capazes de aprender e compreender que as relações e interações sociais estabelecidas pelos alunos, são fatores de apropriação de conhecimento, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais dos alunos. De acordo com a concepção filosófica e de aprendizagem ressaltamos que o papel da Escola, do Professor e o conhecimento devam estar a serviço da cidadania.

7.8. CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

Na interação com o mundo que o cerca, o indivíduo constrói representações por meio da atribuição de significados que implica diversos e diferenciados processos de significação, que se tornam tão múltiplos quantos forem os indivíduos e os meios que os cercam. Está presente na formação permanente das pessoas e integra a complexidade do processo de aprendizagem. O desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que um determinado grupo cultural realiza, a partir da interação com outros indivíduos. A aprendizagem possibilita, orienta e estimula o desenvolvimento das características psicológicas, especificamente humanas e culturalmente organizadoras. Respeitar e valorizar as individualidades e as dificuldades significa dizer que o desafio da escola é ir além das informações e de como são transmitidas. Uma abordagem pedagógica coerente, com uma concepção de aprendizagem significativa, entende que o ponto inicial da aprendizagem deve ser sempre a concepção prévia dos estudantes, a partir da qual se deve proceder a escolha das técnicas, estratégias e atividades a serem desenvolvidas com vistas à mudança dos conceitos para os científicos. Tendo como importante referencial de emancipação humana, destacam-se os seguintes pressupostos epistemológicos da EEB “Carlos Fries”:

- O conhecimento é construído a partir do que já se conhece;
- O conhecimento a ser construído na Escola deve partir daquele que o estudante traz para a sala de aula, tornando a aprendizagem um processo significativo; e
- O conhecimento brota da necessidade auferida por meio da leitura de mundo, associada à postura humanista que norteia a conduta dos integrantes do processo educativo. Sob essa perspectiva, o conhecimento é um importante instrumento para a promoção da autonomia e da liberdade como direito e compromisso que rompe com a verticalidade e estabelece a horizontalidade nas relações de aprendizagem e de ensino.

7.9. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O Projeto Político Pedagógico construído coletivamente pressupõe tornar possível as propostas de ações que possibilitem um currículo que expressa as dimensões sociais, políticas pedagógicas e éticas da sociedade e das identidades dos sujeitos nos diversos

contextos históricos que os constitui. Por ter ações intencionais e explícitas o projeto traz os interesses reais da comunidade escolar e por isto o currículo representa as necessidades e aspirações desta comunidade, orientado pelas ações da escola e principalmente da proposta pedagógica constituída a partir da Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC). O Currículo considera a Educação Integral como a base da formação dos estudantes da escola. Dessa maneira, afirmamos o compromisso com o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, socioemocional e cultural, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos. Viver, aprender e se relacionar nesse novo contexto tem exigido, cada vez mais, maior autonomia e mobilização de competências dos sujeitos para acessar, selecionar e construir pontos de vista frente ao volume substancial de informações e conhecimentos disponíveis, para buscar soluções criativas e fazer escolhas coerentes com seus projetos de vida e com o impacto dessas escolhas. Assim, nas escolas que integram o Sistema Estadual de Ensino, as atividades desenvolvidas com os estudantes, dentro e fora do espaço escolar, devem convergir para que todos possam desenvolver as competências gerais explicitadas no quadro seguinte. A gestão escolar tem papel de reafirmar a proposta pedagógica da escola, como conquista coletiva de um espaço curricular que possibilita o exercício da cidadania, promovendo a atualização do currículo no projeto Político Pedagógico, orientando o planejamento como prática cotidiana do fazer da escola em todos os seus níveis e abrangência, com vistas ao êxito da aprendizagem dos estudantes, oportunizando aos docentes espaços de discussão e aprimoramento da prática docente, além de possibilitar espaços coletivos de discussão e planejamento com foco na articulação e organização de todos os aspectos educacionais do Projeto Político-Pedagógico. Neste contexto o currículo possibilita a escola e sua comunidade, visualizar práticas pedagógicas que contemplem os desejos da sociedade e a subjetividade dos estudantes, na perspectiva da reflexão e construção coletiva das aprendizagens necessárias ao desenvolvimento dos estudantes como compromisso e toda escola.

O currículo é movimento e envolve as práticas docentes e institucionais com o intuito de ampliar e construir novos conhecimentos. É o currículo que organiza o que será ensinado e aprendido em termos de conhecimento para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Ainda se configura como um conjunto de valores e práticas que proporcionam

a produção e a socialização de significados, cumprindo papel relevante na construção das identidades socioculturais a partir de um processo educacional, que, garantindo a qualidade das aprendizagens, é:

[...] constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. (BRASIL, 2010b, p. 28).

A EEB “Carlos Fries” concebe o currículo como o coração que pulsa e determina o caminho percorrido por professores e estudantes para a ampliação do repertório cultural. O currículo deve ser o sustentáculo para as ações do processo educacional, apontando os princípios, as diretrizes, os objetivos, as estratégias, os conceitos e os métodos, contextualizados pela realidade, com o compromisso de corresponder aos anseios da comunidade escolar. Nas etapas do ensino, o currículo abarca o que preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2010a) e demais legislações vigentes, atentando-se para as especificidades, os objetivos e as expectativas de aprendizagem definidas na Proposta Curricular da própria Escola.

A concepção de currículo, adotada pela escola pretende ultrapassar a estrutura linear e compartimentalizada das disciplinas isoladas e desarticuladas. Assim, busca relações de reciprocidade e colaboração entre as diversas áreas em uma atitude dialógica e cooperativa permanente, necessária a compreensão das múltiplas relações que constituem o mundo da vida, no qual os sujeitos, mediados pela comunicação, organizam-se e interagem construindo saber, cultura e condições necessárias à existência. O currículo deve redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares, revendo concepções e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a formação permanente dos educadores é indispensável, promovendo a cooperação entre os implicados no processo educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma práxis reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino e aprendizagem. Todo o processo de educação escolar, por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas em sala de aula, na escola e fora dela. O currículo é entendido aqui como o conjunto dessas atividades, carregadas de

sentido, com uma intencionalidade educativa, capaz de indicar os caminhos, admitindo mudanças, atalhos, alterações significativas em busca da aprendizagem de todos os alunos. Assim, a educação ultrapassa a reprodução de saberes e fazeres, possibilitando a troca de experiências e a construção de aprendizagens significativas. De acordo com os princípios estéticos, políticos e éticos da LDBEN, as escolas de ensino médio observarão, na gestão, na organização curricular e na prática pedagógica e didática, as seguintes diretrizes: identidade, diversidade, autonomia, currículo voltado para as competências básicas, interdisciplinaridade, contextualização, a importância da escola, base nacional comum e parte diversificada, formação geral e preparação básica para o trabalho. Descrição das áreas: As três áreas devem estar presentes na base nacional comum dos currículos das escolas de ensino médio, cujas propostas pedagógicas estabelecerão:

- As proporções de cada área no conjunto do currículo.
- Os conteúdos a serem incluídos em cada uma delas, tomando como referência as competências descritas.
- Os conteúdos e competências a serem incluídos na parte diversificada, os quais poderão ser selecionados em uma ou mais áreas, reagrupados e organizados de acordo com critérios que satisfaçam as necessidades da clientela e da região.
- Competências Gerais da BNCC, reiteradas pelo PPP da EEB “Carlos Fries”

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico - cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens — verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital —, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações,

produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. *Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.*

7. *Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.*

8. *Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.*

9. *Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.*

10. *Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.*

Essas competências gerais contemplam integradamente conceitos, procedimentos, atitudes e valores, enfatizando a necessidade de desenvolvimento de competências socioemocionais. Em tempos de tantas e rápidas mudanças, a escola vem se fortalecendo como espaço privilegiado para a experiência do autoconhecimento, da construção identitária e de projetos de vida; para a autoria, a crítica e a criatividade na produção de conhecimentos; e para práticas participativas, colaborativas e corresponsáveis com o âmbito local e planetário. Dessa maneira, o desenvolvimento da empatia, da colaboração e da responsabilidade supõe processos intencionais vivenciados nas interações, em que essas habilidades são mobilizadas simultaneamente aos processos cognitivos. A esse respeito, esclarece Mahoney (2000):

O motor, o afetivo, o cognitivo, a pessoa, embora cada um desses aspectos tenha identidade estrutural e funcional diferenciada, estão tão integrados que cada um é parte constitutiva dos outros. Sua separação se faz necessária apenas para a descrição do processo. Uma das consequências dessa interpretação é de que qualquer atividade humana sempre interfere em todos eles. Qualquer atividade motora tem ressonâncias afetivas e cognitivas;

toda disposição afetiva tem ressonâncias motoras e cognitivas; toda operação mental tem ressonâncias afetivas e motoras. E todas essas ressonâncias têm um impacto no quarto conjunto: a pessoa. (MAHONEY, 2000, p.15).

É importante destacar que o desenvolvimento das competências socioemocionais não tem como escopo conformar subjetividades, isto é, não deve haver nenhum tipo de determinismo sobre o que estudante deve se tornar, uma vez que seu desenvolvimento está relacionado ao ato de aprender a ser. Nesse sentido, quando se atribui significado ao que é ser responsável, colaborativo etc., isto é, quando se aprende a ser, é possível fazer escolhas entre querer ser, ou não, de uma determinada maneira, em uma dada situação. Dessa maneira, esse querer advém da singularidade construída a partir das percepções gestadas no vivido, ainda que sob influência dos códigos culturais. Além disso, é importante reforçar que, sendo as competências cognitivas e socioemocionais indissociáveis, sua mobilização também ocorre simultaneamente, fato que deve ser intencionalmente explorado a fim de garantir o perfil do estudante previsto nas competências gerais. Nesse sentido, empatia, por exemplo, não deve ser trabalhada sem a perspectiva do pensamento crítico orientado pelo conhecimento, sob o risco de tornar-se submissão; a colaboração — que implica a construção de significado comum — deve ser aliada à capacidade de argumentação e assim sucessivamente, de acordo com os objetivos pretendidos. Competências como a comunicação, autogestão, criatividade, empatia, colaboração e autoconhecimento, entre outras, quando trabalhadas intencionalmente nas práticas escolares de modo articulado à construção do conhecimento, impactam de modo positivo a permanência e o sucesso dos estudantes na escola, têm relação direta com a continuidade dos estudos, com a empregabilidade e com outras variáveis ligadas ao bem-estar da pessoa, como a saúde e os relacionamentos interpessoais.

Não é demais reforçar que as práticas de ensino e de aprendizagem que consideram o estudante em sua integralidade estão longe de práticas que normatizam comportamentos, rotulam ou buscam adequar os estudantes a um modelo ideal de pessoa. A Educação Integral, como fundamento pedagógico, demonstra o interesse do PPP da EEB “Carlos Fries” em atender às necessidades de ensino e de aprendizagem pelo olhar sistêmico — por parte dos profissionais da educação — para essas aprendizagens e o modo como elas

se apresentam em nossa sociedade. Para que o conjunto das competências gerais possa ser efetivamente garantido, é necessário enxergar o estudante de uma nova forma, reconhecendo todo o seu potencial de desenvolvimento. É necessário acreditar que todos podem aprender e, ainda, ter a necessária flexibilidade para a adoção de estratégias metodológicas que promovam o protagonismo e a autonomia dos estudantes.

Segundo essa perspectiva, o PPP, em alinhamento à BNCC, preconiza a adoção de práticas pedagógicas e de gestão que levem em consideração:

- O compromisso com a formação e o desenvolvimento humano em toda sua complexidade, integrando as dimensões intelectual (cognitiva), física e afetiva;
- Uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, de suas ações e pensamentos, bem como do professor, nos âmbitos pessoal e profissional;
- O acolhimento das pessoas em suas singularidades e diversidades, o combate à discriminação e ao preconceito em todas as suas expressões, bem como a afirmação do respeito às diferenças sociais, pessoais, históricas, linguísticas, culturais;
- A necessidade de construir uma escola como espaço de aprendizagem, de cultura e de democracia, que responda ao desafio da formação dos estudantes para atuar em uma sociedade altamente marcada pela tecnologia e pela mudança.

Outro pressuposto da Educação Integral é o de que todo o espaço escolar é espaço de aprendizagem, aberto à ampliação dos conhecimentos dos estudantes. Nesse sentido, o pátio, a biblioteca, a sala de leitura, os espaços destinados à horta, a quadra esportiva, a própria sala de aula, entre outros, são de fato espaços propícios à aprendizagem, em todas as dimensões da pessoa, sendo por isso, considerados verdadeiros polos de produção de conhecimentos, nos quais os estudantes poderão pesquisar diferentes assuntos e situações que colaborem para sua formação, por meio de metodologias colaborativas centradas no estudante. É necessário frisar que os espaços de aprendizagens não se limitam àqueles situados no interior da escola: também os ambientes não formais de aprendizagem, tais como os diferentes tipos de museus; os locais/monumentos de memória de determinados grupos sociais ou mesmo de eventos históricos; as praças públicas; os parques; os institutos de artes e de cultura; as bibliotecas públicas; os teatros e cinemas; os institutos de pesquisas; entre tantos outros, constituem-se como relevantes no processo de formação integral dos estudantes. Quando o desafio é aprimorar a qualidade

das aprendizagens, é necessário que as orientações do Projeto Político Pedagógico sejam observadas por todos os envolvidos no processo educacional, refletindo-se nas práticas de docentes, estudantes, equipe gestora e funcionários, bem como nas relações que se estabelecem no interior da escola e no seu entorno. Também devem se refletir nas estratégias para o acompanhamento das práticas e dos processos escolares, bem como dos resultados de desempenho dos estudantes.

Nosso compromisso com o desenvolvimento de competências – Sinalizamos a necessidade de que as decisões pedagógicas promovam o desenvolvimento de competências necessárias ao pleno desenvolvimento dos estudantes. Reiterando os termos da BNCC (2017), o Projeto Político Pedagógico define competência como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. Assim, esse documento indica o que os estudantes devem “saber” (em termos de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer”, considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Espera-se que essas indicações possam orientar as escolas para o fortalecimento de ações que assegurem aos estudantes a transposição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em intervenções concretas e solidárias (aprender a fazer e a conviver), no processo da construção de sua identidade, aprimorando as capacidades de situar-se e perceber-se na diversidade, de pensar e agir no mundo de modo empático, respeitoso à diversidade, criativo e crítico (aprender a ser), bem como no desenvolvimento de sua autonomia para gerenciar a própria aprendizagem e continuar aprendendo (aprender a aprender). É necessário garantir que, ao final do Ensino Médio, o estudante da EEB “Carlos Fries” se constitua como cidadão autônomo, capaz de interagir de maneira crítica e solidária, de atuar de maneira consciente e eficaz nas ações que demandam análise criteriosa e na tomada de decisões que impactam o bem comum, de buscar e analisar criticamente diferentes informações e ter plena consciência de que a aprendizagem é demanda para a vida toda.

8. O ESTÍMULO E O APOIO À CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE VIDA DOS ESTUDANTES

Como na BNCC, o PPP da EEB “Carlos Fries” reafirma a necessidade de que os estudantes sejam apoiados na construção de seu projeto de vida, o que supõe que precisam ter condições e espaços para refletir sobre seus objetivos, aprender a planejar, a definir metas, a se organizar para alcançá-las — com autoconfiança, persistência, determinação e esforço. Dessa maneira, o PPP evidencia a necessidade de que os estudantes, ao longo da escolaridade básica possam desenvolver um Projeto de Vida individualizado, que lhes permita identificar suas aspirações, bem como as potencialidades e desafios para concretizá-las. A chance de um estudante construir um projeto de vida que atenda às suas aspirações está diretamente relacionada às oportunidades para o desenvolvimento do autoconhecimento — sem o que não teria condições para identificar suas demandas pessoais — e, também, para que desenvolva e exercite a autoria e o protagonismo — sem o que seria muito difícil planejar, buscar soluções e readequar estratégias e intervenções na busca da execução de seu projeto. Assim, embora previsto na BNCC é primordial que a escola invista em práticas que concorram para que os estudantes desenvolvam progressivamente competências e habilidades relativas à autoria e ao protagonismo, inclusive em relação as escolhas que possam convergir para a construção de seu Projeto de Vida. É preciso ainda que a escola, no processo de ampliar e consolidar a autonomia dos estudantes, amplie as situações em que estes possam fazer escolhas — na delimitação de projetos, nas definições relativas à organização do espaço e dos tempos escolares, entre outros. A construção de um Projeto de Vida não deve seguir um roteiro fechado, hermético, nem se limitar ao âmbito do estudo e do trabalho. Ao contrário, deve dar-se em um processo flexível, que permita reflexões e revisões constantes, sempre conectado com a história pessoal de cada estudante, o contexto social e histórico de sua vivência e em articulação com suas expectativas relativas também à adoção de estilos de vida, posturas e hábitos saudáveis, sustentáveis e éticos. Assim, esse processo deve ser apoiado pelo conjunto de práticas escolares, considerando como centrais o protagonismo e a formação integral dos estudantes. É possível que este processo possa contar com a tutoria de professores e, também, de estudantes do Ensino Médio, quando isto for possível e pertinente.

9. TECNOLOGIA DIGITAL: O ESTUDANTE COMO CONSUMIDOR E PRODUTOR DE TECNOLOGIA

A forte presença da tecnologia na vida de todos tem ressignificado o cotidiano, alterado práticas, modos de interação, as maneiras como executamos as mais variadas tarefas. A leitura e a escrita vêm ocupando novas plataformas, novos canais de circulação. As tecnologias em geral e as linguagens — as digitais em particular — alcançam crianças e adolescentes no modo como concebem seus processos pessoais de aprendizagem. O papel da escola, sintonizada com as novas formas de produção do conhecimento na cultura digital, consiste em inserir, de maneira eficaz, os estudantes das diferentes etapas de ensino nas mais diferentes culturas requeridas pela sociedade do conhecimento. Assim, além do letramento convencional, os multiletramentos e os novos letramentos se fazem necessários para a formação integral dos estudantes e, dessa forma, para a inserção nas culturas: letrada, artística, do movimento, científica, popular, digital, entre outras. É preciso considerar que o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) envolve postura ética, crítica, criativa, responsável. Essa postura precisa ser trabalhada na escola associada ao desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à resolução de situações problema, ao estímulo ao protagonismo e à autoria. Para ampliar e ressignificar o uso das tecnologias e assegurar que os estudantes saibam lidar com a informação cada vez mais disponível, este documento contempla essa temática nos vários componentes curriculares. Dessa maneira, pretende-se possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam aos estudantes:

- buscar dados e informações de forma crítica nas diferentes mídias, inclusive as sociais, analisando as vantagens do uso e da evolução da tecnologia na sociedade atual, como também seus riscos potenciais;
- apropriar-se das linguagens da cultura digital, dos novos letramentos e dos multiletramentos para explorar e produzir conteúdos em diversas mídias, ampliando as possibilidades de acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho;
- usar diversas ferramentas de software e aplicativos para compreender e produzir conteúdo em diversas mídias, simular fenômenos e processos das diferentes áreas do conhecimento, e elaborar e explorar diversos registros de representação matemática; e

- utilizar, propor e/ou implementar soluções (processos e produtos) envolvendo diferentes tecnologias para identificar, analisar, modelar e solucionar problemas complexos em diversas áreas da vida cotidiana, explorando de forma efetiva o raciocínio lógico, o pensamento computacional, o espírito de investigação e a criatividade.

10. ÁREAS DO CONHECIMENTO

A estrutura do Novo Ensino Médio encontra embasamento na BNCC, a qual propõe uma organização curricular por Áreas do Conhecimento, sendo elas: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa organização não implica, em nenhuma medida, na retirada de conteúdos próprios de cada um dos componentes curriculares, pelo contrário, trata-se de uma proposta de apresentação de conteúdos que visa o fortalecimento das relações entre os componentes e sua contextualização. Dessa forma, os Componentes Curriculares, vinculados a cada uma das Áreas do Conhecimento, seguem divididos da seguinte maneira:

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura
	Inglês
	Artes
	Educação Física
Matemática e suas Tecnologias	Matemática
Ciências da Natureza e Suas Tecnologias	Física
	Química
	Biologia
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História
	Geografia
	Filosofia
	Sociologia

A integração curricular por áreas do conhecimento visa ultrapassar as barreiras do conhecimento localizado, que possibilitará ser ampliado numa abordagem universal e contextualizada, próxima da realidade dos estudantes. Essa organização busca proporcionar a superação de uma tradição pautada em conteúdos fragmentados e descontextualizados, objetivando, assim, a garantia da permanência e da aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio, a partir de experiências educativas significativas para o desenvolvimento integral.

- **Linguagens e suas Tecnologias**

As Linguagens e suas Tecnologias são aqui entendidas como práticas que pressupõem a interação entre sujeitos socialmente situados, que atuam e se inter-relacionam nos mais diversos campos da atividade humana. Essa interação entre sujeitos sociais se dá por meio das mais diversas linguagens e traduz um dado momento histórico, social e cultural, assim como valores estéticos, cognitivos, pragmáticos, morais e éticos constitutivos do sujeito e da sociedade em que ele vive. Essa premissa permeia o PPP e contempla diferentes multissemióticas e multimeios ligados à realização de práticas sociais de linguagem. Quando exploradas e disseminadas na Educação Básica, concorrem para o desenvolvimento de habilidades que permitam o uso consciente, pelos estudantes, dessas linguagens e seus recursos. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organiza a área de Linguagens nos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa e Literatura, Arte, Educação Física e Língua Inglesa. Em cada componente, o trabalho com as linguagens deve considerar que todo diálogo sempre envolve os sentidos crítico, estético e ético, em situações comunicativas ligadas às instâncias do verbal, do corporal, do visual, da sonoridade e/ou do digital. As competências específicas da área de Linguagens, presentes no PPP e referenciadas pela BNCC, definem as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas a todos os estudantes pelo conjunto de componentes curriculares que integram essa área.

- **COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS**

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de

participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.

3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.

4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.

5. Compreender os múltiplos aspectos que envolvem a produção de sentidos nas práticas sociais da cultura corporal de movimento, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.

6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

A **Língua Portuguesa e Literatura** será oferecida nos três anos do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Orienta-se uma abordagem integrada dessas linguagens e de suas práticas. A área propõe que os estudantes possam vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias (impressa, digital, analógica), situadas em campos de atuação social diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos. Essas demandas exigem que a escola EEB “Carlos Fries” amplie as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e do estado de direito. Exige ainda possibilitar aos estudantes condições tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização e análise crítica, quanto para o exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens. Essas práticas visam à participação qualificada no mundo da produção cultural, do trabalho, do entretenimento, da vida pessoal e, principalmente, da vida pública, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e pelo bem comum. Dando continuidade à perspectiva investigativa e de abstração adotada no Ensino Fundamental, a pesquisa e a produção colaborativa precisam ser o modo privilegiado de tratar os conhecimentos e discursos abordados no Ensino Médio. Particularmente na área de Linguagens e suas Tecnologias, mais do que uma investigação centrada no desvendamento dos sistemas de signos em si, trata-se de assegurar um conjunto de iniciativas para qualificar as intervenções por meio das práticas de linguagem. A produção de respostas diversas para o mesmo problema, a relação entre as soluções propostas e a diversidade de contextos e a compreensão dos valores éticos e estéticos que permeiam essas decisões devem se tornar foco das atividades pedagógicas. Para isso, é fundamental que sejam garantidas aos estudantes oportunidades de experienciar fazeres cada vez mais próximos das práticas da vida acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal e situações que demandem a articulação de conhecimentos, o planejamento de ações, a auto-organização e a negociação em relação a metas. Tais oportunidades também devem ser orientadas para a criação e o encontro com o inusitado, com vistas a ampliar os horizontes éticos e estéticos dos estudantes. Considerando que uma semiose é um sistema de signos em sua organização própria, é importante que os jovens, ao explorarem as possibilidades expressivas das diversas linguagens, possam realizar reflexões que

envolvam o exercício de análise de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semioses – visuais (imagens estáticas e em movimento), sonoras (música, ruídos, sonoridades), verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) e corporais (gestuais, cênicas, dança). Afinal, muito por efeito das novas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), os textos e discursos atuais organizam-se de maneira híbrida e multissemiótica, incorporando diferentes sistemas de signos em sua constituição. Certos autores valem-se do termo “multimodalidade” para designar esse fenômeno. Assim, propostas de trabalho que potencializem aos estudantes o acesso a saberes sobre o mundo digital e a práticas da cultura digital devem também ser priorizadas, já que, direta ou indiretamente, impactam seu dia a dia nos vários campos de atuação social e despertam seu interesse e sua identificação com as TDIC. Sua utilização na escola não só possibilita maior apropriação técnica e crítica desses recursos, como também é determinante para uma aprendizagem significativa e autônoma pelos estudantes. Nessa perspectiva, para além da cultura do impresso (ou da palavra escrita), que deve continuar tendo centralidade na educação escolar, é preciso considerar a cultura digital, os multiletramentos e os novos letramentos, entre outras denominações que procuram designar novas práticas sociais de linguagem. No entanto, a necessária assunção dos multiletramentos não deve apagar o compromisso das escolas com os letramentos locais e com os valorizados. É preciso garantir que as juventudes se reconheçam em suas pertencas culturais, com a valorização das práticas locais, e que seja garantido o direito de acesso às práticas dos letramentos valorizados. Não são somente novos gêneros que surgem ou se transformam (como post, tweet, meme, mashup, playlist comentada, reportagem multimidiática, relato multimidiático, vlog, videominuto, political remix, tutoriais em vídeo, entre outros), mas novas ações, procedimentos e atividades (curtir, comentar, redistribuir, compartilhar, taguear, seguir/ ser seguido, remidiar, remixar, curar, colecionar/descolecionar, colaborar etc.) que supõem o desenvolvimento de outras habilidades. Não se trata de substituição ou de simples convivência de mídias, mas de levar em conta como a coexistência e a convergência das mídias transformam as próprias mídias e seus usos e potencializam novas possibilidades de construção de sentidos. Merece destaque o fato de que, ao alterar o fluxo de comunicação de um para muitos – como na TV, rádio e mídia impressa – para de muitos para muitos, as possibilidades advindas das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) permitem que todos

sejam produtores em potencial, imbricando mais ainda as práticas. As práticas de leitura e produção de textos que são construídos a partir de diferentes linguagens ou semioses são consideradas práticas de multiletramentos, na medida em que exigem letramentos em diversas linguagens, como as visuais, as sonoras, as verbais e as corporais. Já os novos letramentos remetem a um conjunto de práticas específicas da mídia digital que operam a partir de uma nova mentalidade, regida por uma ética diferente. Remediação é o processo pelo qual um gênero ou enunciado migra de uma mídia a outra. Esse processo acelerou-se tanto na Web 2.0 que provocou um funcionamento transmídia, isto é, um processo em que artefatos culturais (e comerciais) passam sucessivamente através das diversas mídias, incentivando o consumo, de tal forma que um mesmo personagem famoso está em livros, no cinema, na TV, em chaveiros, camisetas, mochilas e até em garrafinhas de água mineral. Não só é possível para qualquer um redistribuir ou comentar notícias, artigos de opinião, postagens em vlogs, machinemas, AMVs e outros textos, mas também escrever ou performar e publicar textos e enunciados variados, o que potencializa a participação. Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (fake news), de pós-verdades, do cyberbullying e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias. Considerando esses aspectos, a BNCC da área de Linguagens e suas Tecnologias no Ensino Médio prioriza cinco campos de atuação social. O campo da vida pessoal organiza-se de modo a possibilitar uma reflexão sobre as condições que cercam a vida contemporânea e a condição juvenil no Brasil e no mundo e sobre temas e questões que afetam os jovens. As vivências, experiências, análises críticas e aprendizagens propostas nesse campo podem se constituir como suporte para os processos de construção de identidade e de projetos de vida, por meio do mapeamento e do resgate de trajetórias, interesses, afinidades, antipatias, angústias, temores etc., que possibilitam uma ampliação de referências e experiências culturais diversas e do conhecimento sobre si. No escopo aqui considerado, a construção de projetos de vida envolve reflexões/definições não só em termos de vida afetiva, família, estudo e trabalho, mas também de saúde, bem-estar, relação com o meio ambiente, espaços e tempos para lazer, práticas corporais, práticas culturais, experiências estéticas, participação social, atuação em âmbito local e global etc. Considerar esse amplo

conjunto de aspectos possibilita fomentar nos estudantes escolhas de estilos de vida saudáveis e sustentáveis, que contemplem um engajamento consciente, crítico e ético em relação às questões coletivas, além de abertura para experiências estéticas significativas. Nesse sentido, esse campo articula e integra as aprendizagens promovidas em todos os campos de atuação. O campo das práticas de estudo e pesquisa abrange a pesquisa, recepção, apreciação, análise, aplicação e produção de discursos/textos expositivos, analíticos e argumentativos, que circulam tanto na esfera escolar como na acadêmica e de pesquisa, assim como no jornalismo de divulgação científica. O domínio desse campo é fundamental para ampliar a reflexão sobre as linguagens, contribuir para a construção do conhecimento científico e para aprender a aprender. O campo jornalístico-midiático caracteriza-se pela circulação dos discursos/textos da mídia informativa (impressa, televisiva, radiofônica e digital) e pelo discurso publicitário. Sua exploração permite construir uma consciência crítica e seletiva em relação à produção e circulação de informações, posicionamentos e induções ao consumo. O campo de atuação na vida pública contempla os discursos/textos normativos, legais e jurídicos que regulam a convivência em sociedade, assim como discursos/textos propositivos e reivindicatórios (petições, manifestos etc.). Sua exploração permite aos estudantes refletir e participar na vida pública, pautando-se pela ética. O campo artístico é o espaço de circulação das manifestações artísticas em geral, contribuindo para a construção da apreciação estética, significativa para a constituição de identidades, a vivência de processos criativos, o reconhecimento da diversidade e da multiculturalidade e a expressão de sentimentos e emoções. Possibilita aos estudantes, portanto, reconhecer, valorizar, fruir e produzir tais manifestações, com base em critérios estéticos e no exercício da sensibilidade. A consideração desses campos para a organização da área vai além de possibilitar aos estudantes vivências situadas das práticas de linguagens. Envolve conhecimentos e habilidades mais contextualizados e complexos, o que também permite romper barreiras disciplinares e vislumbrar outras formas de organização curricular (como laboratórios de comunicação e de mídias, clubes de leitura e de teatro, núcleos de criação artística e literária, oficinas culturais e desportivas etc.). Tais formas diversificadas de organização dos espaços e tempos escolares possibilitam uma flexibilização curricular tanto no que concerne às aprendizagens definidas na BNCC, já que escolhas são possíveis desde que contemplem os diferentes campos, como também às articulações da BNCC com os

itinerários formativos. Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as da área de Linguagens do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, a área de Linguagens e suas Tecnologias deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas.

A **Arte**, enquanto área do conhecimento humano, contribui para o desenvolvimento da autonomia reflexiva, criativa e expressiva dos estudantes, por meio da conexão entre o pensamento, a sensibilidade, a intuição e a ludicidade. Ela é, também, propulsora da ampliação do conhecimento do sujeito sobre si, o outro e o mundo compartilhado. É na aprendizagem, na pesquisa e no fazer artístico que as percepções e compreensões do mundo se ampliam e se interconectam, em uma perspectiva crítica, sensível e poética em relação à vida, que permite aos sujeitos estar abertos às percepções e experiências, mediante a capacidade de imaginar e ressignificar os cotidianos e rotinas. A proposta de progressão das aprendizagens no Ensino Médio prevê o aprofundamento na pesquisa e no desenvolvimento de processos de criação autorais nas linguagens das artes visuais, do audiovisual, da dança, do teatro, das artes circenses e da música. Além de propor que os estudantes explorem, de maneira específica, cada uma dessas linguagens, as competências e habilidades definidas preveem a exploração das possíveis conexões e intersecções entre essas linguagens, de modo a considerar as novas tecnologias, como internet e multimídia, e seus espaços de compartilhamento e convívio. Um ambiente propício para o engajamento dos estudantes em processos criativos deve permitir a incorporação de estudos, pesquisas e referências estéticas, poéticas, sociais, culturais e políticas para a criação de projetos artísticos individuais, coletivos e colaborativos, capazes de gerar processos de transformação, crescimento e reelaboração de poéticas individuais e coletivas. Além disso, possibilita a constituição de um espaço em que as pessoas sejam respeitadas em seus modos de ser e pertencer culturalmente, e estimuladas a compreender e acolher as diferenças e a pluralidade de formas de existência. Esses processos podem emergir de temas norteadores, interesses e inquietações, e ter, como referência, manifestações populares, tradicionais, modernas, urbanas e contemporâneas. No decorrer desses processos, os estudantes podem também relacionar, de forma crítica e problematizadora, os modos como as manifestações artísticas e culturais se apresentam na contemporaneidade, estabelecendo relações entre arte, mídia, política, mercado e

consumo. Podem, assim, aprimorar sua capacidade de elaboração de análises em relação às produções estéticas que observam/vivenciam e criam. O trabalho com a Arte no Ensino Médio deve promover o entrelaçamento de culturas e saberes, possibilitando aos estudantes o acesso e a interação com as distintas manifestações culturais populares presentes na sua comunidade. O mesmo deve ocorrer com outras manifestações presentes nos centros culturais, museus e outros espaços, de modo a propiciar o exercício da crítica, da apreciação e da fruição de exposições, concertos, apresentações musicais e de dança, filmes, peças de teatro, poemas e obras literárias, entre outros, garantindo o respeito e a valorização das diversas culturas presentes na formação da sociedade brasileira, especialmente as de matrizes indígena e africana. Nesse sentido, é fundamental que os estudantes possam assumir o papel de protagonistas como apreciadores e como artistas, criadores e curadores, de modo consciente, ético, crítico e autônomo, em saraus, performances, intervenções, happenings, produções em videoarte, animações, web arte e outras manifestações e/ou eventos artísticos e culturais, a ser realizados na escola e em outros locais. Assim, devem poder fazer uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais, em diferentes meios e tecnologias.

A **Educação Física** possibilita aos estudantes explorar o movimento e a gestualidade em práticas corporais de diferentes grupos culturais e analisar os discursos e os valores associados a elas, bem como os processos de negociação de sentidos que estão em jogo na sua apreciação e produção. Nesse sentido, estimula o desenvolvimento da curiosidade intelectual, da pesquisa e da capacidade de argumentação. Na BNCC para o Ensino Fundamental, a Educação Física procurou garantir aos estudantes oportunidades de compreensão, apreciação e produção de brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura. As práticas foram trabalhadas visando: à identificação de suas origens e dos modos como podem ser aprendidas; ao reconhecimento dos modos de viver e perceber o mundo a elas subjacentes; ao compartilhamento de valores, condutas e emoções nelas expressos; à percepção das marcas identitárias e à desconstrução de preconceitos e estereótipos nelas presentes; e, também, à reflexão crítica a respeito das relações práticas corporais, mídia e consumo, como também quanto a padrões de beleza, exercício, desempenho físico e saúde. No Ensino Médio, além da experimentação de novos jogos e brincadeiras, esportes, danças,

lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura, os estudantes devem ser desafiados a refletir sobre essas práticas, aprofundando seus conhecimentos sobre as potencialidades e os limites do corpo, a importância de se assumir um estilo de vida ativo, e os componentes do movimento relacionados à manutenção da saúde. É importante também que eles possam refletir sobre as possibilidades de utilização dos espaços públicos e privados que frequentam para desenvolvimento de práticas corporais, inclusive as aprendidas na escola, de modo a exercer sua cidadania e seu protagonismo comunitário. Esse conjunto de experiências, para além de desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e a saúde, a socialização e o entretenimento, favorece o diálogo com as demais áreas de conhecimento, ampliando a compreensão dos estudantes a respeito dos fenômenos da gestualidade e das dinâmicas sociais associadas às práticas corporais. Essa reflexão sobre as vivências também contribuem para a formação de sujeitos que possam analisar e transformar suas práticas corporais, tomando e sustentando decisões éticas, conscientes e reflexivas em defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos.

A **Língua Inglesa**, cujo estudo é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º), continua a ser compreendida como língua de caráter global – pela multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade –, assumindo seu viés de língua franca, como definido na BNCC do Ensino Fundamental – Anos Finais. Naquela etapa, além dessa visão intercultural e “desterritorializada” da língua inglesa – que, em seus usos, sofre transformações oriundas das identidades plurais de seus falantes –, consideraram-se também as práticas sociais do mundo digital, com ênfase em multiletramentos. Essa perspectiva já apontava para usos cada vez mais híbridos e miscigenados do inglês, característicos da sociedade contemporânea. Do mesmo modo, a relevância da língua inglesa na mediação de práticas sociais e interculturais, individuais e de grupo, orientou o início de sua aprendizagem, focalizando o processo de construção de repertórios linguísticos dos estudantes. No Ensino Médio, a contextualização das práticas de linguagem nos diversos campos de atuação permite aos estudantes explorar a presença da multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, nas culturas juvenis e em estudos e pesquisas, como também ampliar suas perspectivas em relação à sua vida pessoal e profissional. Além disso, abrem-se possibilidades de aproximação e integração desses estudantes com grupos multilíngues e multiculturais no mundo globalizado, no qual

a língua inglesa se apresenta como língua comum para a interação. Trata-se, portanto, de expandir os repertórios linguísticos, multissemióticos e culturais dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de maior consciência e reflexão críticas das funções e usos do inglês na sociedade contemporânea – permitindo, por exemplo, problematizar com maior criticidade os motivos pelos quais ela se tornou uma língua de uso global. Nas situações de aprendizagem do inglês, os estudantes podem reconhecer o caráter fluido, dinâmico e particular dessa língua, como também as marcas identitárias e de singularidade de seus usuários, de modo a ampliar suas vivências com outras formas de organizar, dizer e valorizar o mundo e de construir identidades. Aspectos como precisão, padronização, erro, imitação e nível de proficiência ou domínio da língua são substituídos por noções mais abrangentes e relacionadas ao universo discursivo nas práticas situadas dentro dos campos de atuação, como inteligibilidade, singularidade, variedade, criatividade/invenção e repertório. Trata-se também de possibilitar aos estudantes cooperar e compartilhar informações e conhecimentos por meio da língua inglesa, como também agir e posicionar-se criticamente na sociedade, em âmbito local e global. Assim, as aprendizagens em inglês permitirão aos estudantes usar essa língua para aprofundar a compreensão sobre o mundo em que vivem, explorar novas perspectivas de pesquisa e obtenção de informações, expor ideias e valores, argumentar, lidar com conflitos de opinião e com a crítica, entre outras ações. Desse modo, eles ampliam sua capacidade discursiva e de reflexão em diferentes áreas do conhecimento

- **Matemática e suas Tecnologias**

Cada vez mais, os conhecimentos matemáticos tornam-se imprescindíveis para as diversas ações humanas, das mais simples às mais complexas, o que faz com que a Matemática assuma um papel fundamental para o pleno acesso dos sujeitos à cidadania. Como parte do conhecimento humano, a Matemática assume, em todas as etapas da Educação Básica, papel relevante na formação dos estudantes. Mas, para além de sua utilidade e de poder ser compreendida como uma linguagem, ela deve ser vista como ciência, com características próprias de pensar e de investigar a realidade, concorrendo para o desenvolvimento de capacidades fundamentais para a análise, compreensão e intervenção em diferentes contextos. O PPP define as competências e habilidades cognitivas e socioemocionais que devem ser asseguradas ao longo da escolaridade básica,

concorrendo para a formação integral dos estudantes, com vistas à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Assim como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o PPP tem como pressuposto pedagógico a ideia de que todos podem aprender Matemática, o que demanda investir no desenvolvimento da autoestima e autoconfiança dos estudantes. Neste documento, os conhecimentos matemáticos privilegiam tanto as especulações teóricas que integram o universo de objetos específicos da Matemática, quanto as aplicações práticas dos conhecimentos matemáticos no cotidiano ou nas demais áreas de conhecimento. As especulações teóricas contemplam os conceitos matemáticos expressos por meio de proposições que subsidiam toda a estrutura da Matemática considerando sua especificidade. As aplicações práticas remetem à ideia de aplicação imediata da Matemática, que pode ter início em uma situação que se deseja entender, no cotidiano, ou associada a outra área de conhecimento, sendo possível envolver praticamente todas elas. Essa perspectiva potencializa a contribuição dessa área para que os estudantes desenvolvam um senso crítico capaz de reconhecer, fazer leituras, analisar e opinar sobre os fatos e fenômenos com os quais se deparam na sociedade em que estão inseridos. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico apresenta habilidades que permitem a articulação horizontal e vertical dentro da própria área de Matemática e com as demais áreas do conhecimento, com vistas ao desenvolvimento de competências específicas. Dessa maneira, garante-se a progressão da aprendizagem entre as unidades temáticas desenvolvidas no mesmo ano e entre as etapas do Ensino Médio bem como a continuidade das experiências dos estudantes, considerando suas especificidades. Tais competências específicas articulam-se às dez competências gerais da BNCC para assegurar aos estudantes, ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas. O PPP da EEB “Carlos Fries”, em acordo com o proposto pela BNCC, incorpora essas competências como parte do desenvolvimento do conhecimento matemático dos seus estudantes.

•COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, ou ainda questões econômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a consolidar uma formação científica geral.

2. Articular conhecimentos matemáticos ao propor e/ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas de urgência social, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, recorrendo a conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.

3. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos, em seus campos – Aritmética, Álgebra, Grandezas e Medidas, Geometria, Probabilidade e Estatística –, para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.

4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e fluidez, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas, de modo a favorecer a construção e o desenvolvimento do raciocínio matemático.

5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando recursos e estratégias como observação de padrões, experimentações e tecnologias digitais, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.

• **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**

Nas sociedades contemporâneas, muitos são os exemplos da presença da Ciência e da Tecnologia, e de sua influência no modo como vivemos, pensamos e agimos: do transporte aos eletrodomésticos; da telefonia celular à internet; dos sensores óticos aos equipamentos médicos; da biotecnologia aos programas de conservação ambiental; dos modelos submicroscópicos aos cosmológicos; do movimento das estrelas e galáxias às propriedades e transformações dos materiais. Além disso, questões globais e locais com as quais a Ciência e a Tecnologia estão envolvidas – como desmatamento, mudanças climáticas, energia nuclear e uso de transgênicos na agricultura – já passaram a incorporar as preocupações de muitos brasileiros. Nesse contexto, a Ciência e a Tecnologia tendem a ser encaradas não somente como ferramentas capazes de solucionar problemas, tanto os dos indivíduos como os da sociedade, mas também como uma abertura para novas visões de mundo. Todavia, poucas pessoas aplicam os conhecimentos e procedimentos

científicos na resolução de seus problemas cotidianos (como estimar o consumo de energia de aparelhos elétricos a partir de suas especificações técnicas, ler e interpretar rótulos de alimentos etc.). Tal constatação corrobora a necessidade de a Educação Básica – em especial, a área de Ciências da Natureza – comprometer-se com o letramento científico da população. É importante destacar que aprender Ciências da Natureza vai além do aprendizado de seus conteúdos conceituais. Nessa perspectiva, a BNCC da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias – por meio de um olhar articulado da Biologia, da Física e da Química – define competências e habilidades que permitem a ampliação e a sistematização das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental no que se refere: aos conhecimentos conceituais da área; à contextualização social, cultural, ambiental e histórica desses conhecimentos; aos processos e práticas de investigação e às linguagens das Ciências da Natureza. Na área de Ciências da Natureza, os conhecimentos conceituais são sistematizados em leis, teorias e modelos. A elaboração, a interpretação e a aplicação de modelos explicativos para fenômenos naturais e sistemas tecnológicos são aspectos fundamentais do fazer científico, bem como a identificação de regularidades, invariantes e transformações. Portanto, no Ensino Médio, o desenvolvimento do pensamento científico envolve aprendizagens específicas, com vistas a sua aplicação em contextos diversos. Na definição das competências específicas e habilidades da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias foram privilegiados conhecimentos conceituais considerando a continuidade à proposta do Ensino Fundamental, sua relevância no ensino de Física, Química e Biologia e sua adequação ao Ensino Médio. Dessa forma, a BNCC da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias propõe um aprofundamento nas temáticas Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo. Os conhecimentos conceituais associados a essas temáticas constituem uma base que permite aos estudantes investigar, analisar e discutir situações-problema que emergem de diferentes contextos socioculturais, além de compreender e interpretar leis, teorias e modelos, aplicando-os na resolução de problemas individuais, sociais e ambientais. Dessa forma, os estudantes podem reelaborar seus próprios saberes relativos a essas temáticas, bem como reconhecer as potencialidades e limitações das Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Cabe considerar e valorizar, também, diferentes cosmovisões – que englobam conhecimentos e saberes de povos e comunidades tradicionais –, reconhecendo que não são pautadas nos parâmetros teórico-metodológicos das ciências ocidentais, pois implicam

sensibilidades outras que não separam a natureza da compreensão mais complexa da relação homem-natureza. Em Matéria e Energia, no Ensino Médio, diversificam-se as situações-problema, referidas nas competências específicas e nas habilidades, incluindo-se aquelas que permitem a aplicação de modelos com maior nível de abstração e que buscam explicar, analisar e prever os efeitos das interações e relações entre matéria e energia (por exemplo, analisar matrizes energéticas ou realizar previsões sobre a condutibilidade elétrica e térmica de materiais, sobre o comportamento dos elétrons frente à absorção de energia luminosa, sobre o comportamento dos gases frente a alterações de pressão ou temperatura, ou ainda sobre as consequências de emissões radioativas no ambiente e na saúde). Em Vida, Terra e Cosmos, resultado da articulação das unidades temáticas Vida e Evolução e Terra e Universo desenvolvidas no Ensino Fundamental, propõe-se que os estudantes analisem a complexidade dos processos relativos à origem e evolução da Vida (em particular dos seres humanos), do planeta, das estrelas e do Cosmos, bem como a dinâmica das suas interações, e a diversidade dos seres vivos e sua relação com o ambiente. Isso implica, por exemplo, considerar modelos mais abrangentes ao explorar algumas aplicações das reações nucleares, a fim de explicar processos estelares, datações geológicas e a formação da matéria e da vida, ou ainda relacionar os ciclos biogeoquímicos ao metabolismo dos seres vivos, ao efeito estufa e às mudanças climáticas. A contextualização social, histórica e cultural da ciência e da tecnologia é fundamental para que elas sejam compreendidas como empreendimentos humanos e sociais. Na BNCC, portanto, propõe-se também discutir o papel do conhecimento científico e tecnológico na organização social, nas questões ambientais, na saúde humana e na formação cultural, ou seja, analisar as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. A contextualização dos conhecimentos da área supera a simples exemplificação de conceitos com fatos ou situações cotidianas. Sendo assim, a aprendizagem deve valorizar a aplicação dos conhecimentos na vida individual, nos projetos de vida, no mundo do trabalho, favorecendo o protagonismo dos estudantes no enfrentamento de questões sobre consumo, energia, segurança, ambiente, saúde, entre outras. Na mesma direção, a contextualização histórica não se ocupa apenas da menção a nomes de cientistas e a datas da história da Ciência, mas de apresentar os conhecimentos científicos como construções socialmente produzidas, com seus impasses e contradições, influenciando e sendo influenciadas por condições políticas, econômicas, tecnológicas, ambientais e

sociais de cada local, época e cultura. Para que os estudantes aprofundem e ampliem suas reflexões a respeito dos contextos de produção e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, as competências específicas e habilidades propostas para o Ensino Médio exploram situações-problema envolvendo melhoria da qualidade de vida, segurança, sustentabilidade, diversidade étnica e cultural, entre outras. Espera-se, também, que os estudantes possam avaliar o impacto de tecnologias contemporâneas (como as de informação e comunicação, geoprocessamento, geolocalização, processamento de dados, impressão, entre outras) em seu cotidiano, em setores produtivos, na economia, nas dinâmicas sociais e no uso, reúso e reciclagem de recursos naturais. Dessa maneira, as Ciências da Natureza constituem-se referencial importante para a interpretação de fenômenos e problemas sociais. Ainda com relação à contextualização histórica, propõe-se, por exemplo, a comparação de distintas explicações científicas propostas em diferentes épocas e culturas e o reconhecimento dos limites explicativos das ciências, criando oportunidades para que os estudantes compreendam a dinâmica da construção do conhecimento científico. Os processos e práticas de investigação merecem também destaque especial nessa área. Portanto, a dimensão investigativa das Ciências da Natureza deve ser enfatizada no Ensino Médio, aproximando os estudantes dos procedimentos e instrumentos de investigação, tais como: identificar problemas, formular questões, identificar informações ou variáveis relevantes, propor e testar hipóteses, elaborar argumentos e explicações, escolher e utilizar instrumentos de medida, planejar e realizar atividades experimentais e pesquisas de campo, relatar, avaliar e comunicar conclusões e desenvolver ações de intervenção, a partir da análise de dados e informações sobre as temáticas da área. A abordagem investigativa deve promover o protagonismo dos estudantes na aprendizagem e na aplicação de processos, práticas e procedimentos, a partir dos quais o conhecimento científico e tecnológico é produzido. Nessa etapa da escolarização, ela deve ser desencadeada a partir de desafios e problemas abertos e contextualizados, para estimular a curiosidade e a criatividade na elaboração de procedimentos e na busca de soluções de natureza teórica e/ou experimental. Dessa maneira, intensificam-se o diálogo com o mundo real e as possibilidades de análises e de intervenções em contextos mais amplos e complexos, como no caso das matrizes energéticas e dos processos industriais, em que são indispensáveis os conhecimentos científicos, tais como os tipos e as transformações de energia, e as propriedades dos

materiais. Vale a pena ressaltar que, mais importante do que adquirir as informações em si, é aprender como obtê-las, como produzi-las e como analisá-las criticamente. As análises, investigações, comparações e avaliações contempladas nas competências e habilidades da área podem ser desencadeadoras de atividades envolvendo procedimentos de investigação. Propõe-se que os estudantes do Ensino Médio ampliem tais procedimentos, introduzidos no Ensino Fundamental, explorando, sobretudo, experimentações e análises qualitativas e quantitativas de situações-problema. Diante da diversidade dos usos e da divulgação do conhecimento científico e tecnológico na sociedade contemporânea, torna-se fundamental a apropriação, por parte dos estudantes, de linguagens específicas da área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Aprender tais linguagens, por meio de seus códigos, símbolos, nomenclaturas e gêneros textuais, é parte do processo de letramento científico necessário a todo cidadão. O Ensino Médio deve, portanto, promover a compreensão e a apropriação desse modo de “se expressar” próprio das Ciências da Natureza pelos estudantes. Isso significa, por exemplo, garantir: o uso pertinente da terminologia científica de processos e conceitos (como dissolução, oxidação, polarização, magnetização, adaptação, sustentabilidade, evolução e outros); a identificação e a utilização de unidades de medida adequadas para diferentes grandezas; ou, ainda, o envolvimento em processos de leitura, comunicação e divulgação do conhecimento científico, fazendo uso de imagens, gráficos, vídeos, notícias, com aplicação ampla das tecnologias da informação e comunicação. Tudo isto é fundamental para que os estudantes possam entender, avaliar, comunicar e divulgar o conhecimento científico, além de lhes permitir uma maior autonomia em discussões, analisando, argumentando e posicionando-se criticamente em relação a temas de ciência e tecnologia. Essa perspectiva está presente nas competências específicas e habilidades da área por meio do incentivo à leitura e análise de materiais de divulgação científica, à comunicação de resultados de pesquisas, à participação e promoção de debates, entre outros. Pretende-se, também, que os estudantes aprendam a estruturar discursos argumentativos que lhes permitam avaliar e comunicar conhecimentos produzidos, para diversos públicos, em contextos variados, utilizando diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), e implementar propostas de intervenção pautadas em evidências, conhecimentos científicos e princípios éticos e socioambientalmente responsáveis. Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as

da área de Ciências da Natureza do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas.

O conhecimento científico e tecnológico intervém no modo de vida e na forma como a sociedade se organiza contemporaneamente. Isto exige investir na formação de um sujeito transformador do seu meio, que reflita, proponha, argumente e aja com base em fundamentos científicos e tecnológicos, de modo intencional e consciente, em todos os âmbitos da vida humana. Portanto, ao longo do Ensino Médio, a área de Ciências da Natureza tem um compromisso com o desenvolvimento do Letramento Científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências. Nessa perspectiva, por meio de um olhar articulado de diversos campos do saber, a área pretende assegurar aos estudantes o acesso à diversidade de conhecimentos científicos produzidos ao longo da história, bem como a aproximação gradativa aos principais processos, práticas e procedimentos da Investigação Científica. No PPP, as habilidades da área estão relacionadas de modo a construir e consolidar conhecimentos, durante a educação básica, com vistas ao Letramento Científico, na perspectiva anteriormente explicitada. Para o desenvolvimento dessas habilidades, alguns princípios são fundamentais. O primeiro deles ressalta a necessidade de considerar o contexto das aprendizagens da área. A construção e a consolidação do conhecimento científico devem, sempre que possível, estabelecer relação com as experiências vivenciadas pelos estudantes nos diversos espaços que constituem sua vida e seu cotidiano. Isso implica a necessidade de fundamentar e correlacionar os conhecimentos construídos ao conhecimento científico, de modo que os estudantes possam constituir estruturas explicativas importantes para significar aquilo que aprendem e criar condições para que possam validar o conhecimento científico envolvido em sua experiência escolar. É necessário, ainda que progressivamente, que possam apropriar-se da Linguagem Científica. Na área de Ciências da Natureza, valorizar a experiência de aprendizagem de cada estudante implica conceber o ensino por meio da investigação. Trata-se de desenvolver as aprendizagens, recorrendo aos procedimentos de investigação em todos os anos da Educação Básica, sendo este outro princípio orientador da área. A investigação pressupõe a observação, a análise de evidências e proposição de hipóteses na definição

de um problema, a experimentação, a construção de modelos, entre outros processos e métodos. Nesse exercício investigativo podem ser desenvolvidos o pensamento crítico, a criatividade, a responsabilidade e a autonomia, bem como aprofundar as relações interpessoais. O estudante experimenta, pesquisa, levanta hipóteses científicas, testa essas hipóteses, aprende a problematizar, argumentar e olhar criticamente para todos os fenômenos (naturais ou sociais), para si mesmo e para o outro. Cabe ressaltar que, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), adotar os procedimentos de investigação não significa realizar atividades seguindo, necessariamente, um conjunto de etapas predefinidas, tampouco restringe-se à mera manipulação de objetos ou realização de experimentos em laboratório. É imprescindível que os estudantes sejam progressivamente estimulados e apoiados na proposição de situações a serem investigadas, no planejamento e na realização colaborativa de atividades investigativas, bem como no compartilhamento e na comunicação dos resultados dessas investigações. Além disso, é desejável que aprendam a valorizar erros e acertos desses processos, assim como possam propor intervenções orientadas pelos resultados obtidos, com foco na melhoria da qualidade de vida individual e coletiva, da saúde, da sustentabilidade e/ou na resolução de problemas cotidianos. Dessa maneira, os estudantes podem consolidar e ampliar as concepções sobre fatos e fenômenos da natureza de modo a compreender melhor o ambiente, numa perspectiva ecológica e social, considerando os aspectos econômicos e políticos que se articulam e se manifestam no âmbito local e global. Da mesma forma, podem avaliar os impactos ambientais nas áreas do trabalho, da tecnologia, da produção de energia, da sustentabilidade, da urbanização e do campo. Sendo assim, em relação aos procedimentos de investigação, o ensino de Ciências deve promover situações nas quais os estudantes possam:

- Observar o mundo a sua volta e fazer perguntas;
- Analisar demandas, delinear problemas e planejar investigações;
- Propor hipóteses.
- Planejar e realizar atividades de campo (experimentos, observações, leituras, visitas, ambientes virtuais etc.);
- Desenvolver e utilizar ferramentas, inclusive digitais, para coleta, análise e representação de dados (imagens, esquemas, tabelas, gráficos, quadros, diagramas,

mapas, modelos, representações de sistemas, fluxogramas, mapas conceituais, simulações, aplicativos etc.);

- Avaliar a informação (validade, coerência e adequação ao problema formulado);
- Elaborar explicações e/ou modelos;
- Associar explicações e/ou modelos à evolução histórica dos conhecimentos científicos envolvidos;
- Selecionar e construir argumentos com base em evidências, modelos e/ou conhecimentos científicos;
- Aprimorar seus saberes e incorporar, gradualmente, e de modo significativo, o conhecimento científico;
- Desenvolver soluções para problemas cotidianos usando diferentes ferramentas, inclusive digitais.
- Organizar e/ou extrapolar conclusões;
- Relatar informações de forma oral, escrita ou multimodal;
- Apresentar, de forma sistemática, dados e resultados de investigações;
- Participar de discussões de caráter científico com colegas, professores, familiares e comunidade em geral;
- Considerar contra-argumentos para rever processos investigativos e conclusões;
- Implementar soluções e avaliar sua eficácia para resolver problemas cotidianos;
- Desenvolver ações de intervenção para melhorar a qualidade de vida individual, coletiva e socioambiental.

• COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

1. Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e/ou global.

2. Construir e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar decisões éticas e responsáveis.

3. Analisar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

• **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra nos processos de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Para tanto, prevê que os estudantes explorem conhecimentos próprios da Geografia e da História: temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade (de raça, religião, tradições étnicas etc.), modos de organização da sociedade e relações de produção, trabalho e poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo. A exploração dessas questões sob uma perspectiva mais complexa torna-se possível no Ensino Médio dada a maior capacidade cognitiva dos jovens, que lhes permite ampliar seu repertório conceitual e sua capacidade de articular informações e conhecimentos. O desenvolvimento das capacidades de observação, memória e abstração permite percepções mais acuradas da realidade e raciocínios mais complexos – com base em um número maior de variáveis –, além de um domínio maior sobre diferentes linguagens, o que favorece os processos de simbolização e de abstração. Portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial

para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos. De posse desses instrumentos, espera-se que os jovens elaborem hipóteses e argumentos com base na seleção e na sistematização de dados, obtidos em fontes confiáveis e sólidas. A elaboração de uma hipótese é um passo importante tanto para a construção do diálogo como para a investigação científica, pois coloca em prática a dúvida sistemática – entendida como questionamento e autoquestionamento, conduta contrária à crença em verdades absolutas. Nessa direção, a BNCC da área de Ciências Humanas prevê que, no Ensino Médio, sejam enfatizadas as aprendizagens dos estudantes relativas ao desafio de dialogar com o Outro e com as novas tecnologias. Considerando que as novas tecnologias exercem influência, às vezes negativa, outras vezes positiva, no conjunto das relações sociais, é necessário assegurar aos estudantes a análise e o uso consciente e crítico dessas tecnologias, observando seus objetivos circunstanciais e suas finalidades a médio e longo prazos, explorando suas potencialidades e evidenciando seus limites na configuração do mundo contemporâneo. É necessário, ainda, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o protagonismo juvenil investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas. Considerando as aprendizagens a ser garantidas aos jovens no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Cada uma delas pode ser desdobrada em outras ou ainda analisada à luz das especificidades de cada região brasileira, de seu território, da sua história e da sua cultura. Tempo e Espaço explicam os fenômenos nas Ciências Humanas porque permitem

identificar contextos, sendo categorias difíceis de se dissociar. No Ensino Médio, a análise de acontecimentos ocorridos em circunstâncias variadas torna possível compará-los, observar suas semelhanças e diferenças, assim como compreender processos marcados pela continuidade, por mudanças e por rupturas. Nomear o que é semelhante ou diferente em cada cultura é relativamente simples. Bem mais complexo é explicar as razões e os motivos (materiais e imateriais) responsáveis pela formação de uma sociedade, de sua língua, seus usos e costumes. É simples enunciar a diferença. Complexo é explicar a “lógica” que produz a diversidade. Portanto, analisar, comparar e compreender diferentes sociedades, sua cultura material, sua formação e desenvolvimento no tempo e no espaço, a natureza de suas instituições, as razões das desigualdades, os conflitos, em maior ou menor escala, e as relações de poder no interior da sociedade ou no contexto mundial são algumas das aprendizagens propostas pela área para o Ensino Médio. Definir o que seria o tempo é um desafio sobre o qual se debruçaram e se debruçam grandes pensadores de diversas áreas do conhecimento. O tempo é matéria de reflexão na Filosofia, na Física, na Matemática, na Biologia, na História, na Sociologia e em outras áreas do saber. Na História, o tempo assume significados e importância variados. O fundamental é compreender que não existe uma única noção de tempo e que ele não é nem homogêneo nem linear, ou seja, ele expressa diferentes significados. Assim, no Ensino Médio, os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas, destacando as noções de tempo em diferentes sociedades. Na história, o acontecimento, quando narrado, permite-nos ver nele tanto o tempo transcorrido como o tempo constituído na narrativa sobre o narrado. A compreensão do espaço deve contemplar suas dimensões histórica e cultural, ultrapassando suas representações cartográficas. Espaço está associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas e, também, às movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço (em um lugar) se dá a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados. Território e Fronteira, por sua vez, são categorias cuja utilização, na área de Ciências Humanas, é bastante ampla. Território é uma categoria usualmente associada a uma porção da superfície terrestre sob domínio de um grupo e

suporte para nações, estados, países. É dele que provêm alimento, segurança, identidade e refúgio. Engloba as noções de lugar, região, fronteira e, especialmente, os limites políticos e administrativos de cidades, estados e países, sendo, portanto, esquemas abstratos de organização da realidade. Associa-se território também à ideia de poder, jurisdição, administração e soberania, dimensões que expressam a diversidade das relações sociais e permitem juízos analíticos. Fronteira também é uma categoria construída historicamente. Ao expressar uma cultura, povos definem fronteiras, formas de organização social e, por vezes, áreas de confronto com outros grupos. A conformação dos impérios coloniais, a formação dos Estados Nacionais e os processos de globalização problematizam a discussão sobre limites culturais e fronteiras nacionais. Os limites, por exemplo, entre civilização e barbárie geraram, não raro, a destruição daqueles indivíduos considerados bárbaros. Temos aí uma fronteira sangrenta. Povos com culturas e saberes distintos em muitos casos foram separados ou reagrupados de forma a resolver ou agravar conflitos, facilitar ou dificultar deslocamentos humanos, favorecer ou impedir a integração territorial de populações com identidades semelhantes. Para além das marcações tradicionais do território, as cidades são repletas de territorialidades marcadas por fronteiras econômicas, sociais e culturais. As músicas, as festas e o lazer podem aproximar, mas podem também separar, criar grupos com culturas específicas ou circuitos culturais ou de poder. As fronteiras culturais são porosas, móveis e nem sempre circunscritas a um território específico. Também há fronteiras de saberes, que envolvem, entre outros elementos, conhecimentos e práticas de diferentes sociedades. Caçar ou pescar, por exemplo, são atividades que demandam habilidades nem sempre conhecidas e desenvolvidas por populações das grandes cidades. Plantar e colher exigem competências e habilidades experimentadas no dia a dia por populações dedicadas ao trabalho agrícola, desenhando fronteiras, frutos de diversas formas de produção, usos do solo e transformação na natureza. Assim, no Ensino Médio, o estudo dessas categorias deve possibilitar aos estudantes compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças. A discussão a respeito das categorias Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética, bem como de suas relações, marca a constituição das chamadas Ciências Humanas. O esclarecimento teórico

dessas categorias tem como base a resposta à questão que a tradição socrática, nas origens do pensamento grego, introduziu: O que é o ser humano? Na busca da unidade, de uma natureza (*physis*), os primeiros pensadores gregos sistematizaram questões e se indagaram sobre as finalidades da existência, sobre o que era comum a todos os seres da mesma espécie, produzindo uma visão essencializada e metafísica sobre os seres humanos. A identificação da condição humana como animal político – e animal social – significa que, independentemente da singularidade de cada um, as pessoas são essencialmente capazes de se organizar para uma vida em comum e de se governar. Ou seja, os seres humanos têm uma necessidade vital da convivência coletiva. Todavia, os humanos têm, também, necessidades relacionadas à sua subsistência. Nesse sentido, exercem atividades que implicam relações com a natureza, agindo sobre ela de maneira deliberada e consciente, transformando-a. Esse processo contribui para que o indivíduo se produza como ser social. A sociedade, da qual faz parte o indivíduo, consiste em um grupo humano, ocupante de um território, com uma forma de organização baseada em tradições, práticas, hábitos, costumes, modos de ser e valores, responsáveis por sua especificidade cultural. Na construção de sua vida em sociedade, o indivíduo estabelece relações e interações sociais com outros indivíduos, constrói sua percepção de mundo, atribui significados ao mundo ao seu redor, interfere na natureza e a transforma, produz conhecimento e saberes, com base em alguns procedimentos cognitivos próprios, fruto de suas tradições tanto físico-materiais como simbólico-culturais. A forma como diferentes povos e sociedades estruturam e organizam o espaço físico-territorial e suas atividades econômicas permite, por exemplo, reconhecer a influência que esses aspectos exercem sobre os diversos modos como esses grupos estabelecem suas relações com a natureza, incluindo-se os problemas ambientais resultantes dessas interferências. As relações que uma sociedade tem com a natureza também são influenciadas pela importância atribuída a ela em sua cultura, pelos valores sociais como um todo e pela informação e consciência que se tem da importância da natureza para a sustentabilidade do planeta. As transformações geradas por cada indivíduo são mediadas pela cultura. Em sua etimologia latina, a cultura remete à ação de cultivar saberes, práticas e costumes em um determinado grupo. Na tradição metafísica, a cultura foi apresentada em oposição à natureza. Atualmente, as Ciências Humanas compreendem a cultura a partir de contribuições de diferentes campos do saber. O caráter polissêmico da cultura permite compreender o modo

como ela se apresenta a partir de códigos de comunicação e comportamento, de símbolos e artefatos, como parte da produção, da circulação e do consumo de sistemas culturais que se manifestam na vida social. Os indivíduos estão inseridos em culturas (urbanas, rurais, eruditas, de massas, populares, regionais, locais etc.) e, dessa forma, são produtores e produto das transformações culturais e sociais de seu tempo. Na modernidade, a noção de indivíduo se tornou mais complexa em razão das transformações ocorridas no âmbito das relações sociais marcadas por novos códigos culturais, concepções de individualidade e formas de organização política no mundo ocidental. Em meio às mudanças, foram criadas condições para o debate a respeito da natureza dos seres humanos, seu papel em diferentes culturas, suas instituições e sua capacidade para a autodeterminação. A sociedade capitalista, por exemplo, ao mesmo tempo em que propõe a centralidade de sujeitos iguais, constrói relações econômicas que produzem e reproduzem desigualdades no corpo social. As diferenças e semelhanças entre os indivíduos e as sociedades foram sedimentadas ao longo do tempo e em múltiplos espaços e circunstâncias. Procurar identificar essas diferenças e semelhanças tanto em seu grupo social (familiar, escolar, bairro, cidade, país, etnia, religião etc.) quanto em outros povos e sociedades constitui uma aprendizagem a ser garantida aos estudantes na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para além dessa identificação, o exercício de deslocamento para outros pontos de vista e o reconhecimento de diferentes demandas políticas é central para a formação das juventudes no Ensino Médio, na medida em que ajuda a superar posturas baseadas na reiteração das referências de seu próprio grupo para avaliar os demais. Seguindo essa atitude inquiridora da realidade, é preciso que os estudantes percebam que a pretensão da validade e a aceitação de princípios universais têm sido questionadas por diversos campos das Ciências Humanas, visto que a legitimação dos saberes envolve um conjunto de códigos produzidos em diferentes épocas e sociedades. A razão e a experiência, por exemplo, são paradigmas da sociedade moderna ocidental e dificilmente servirão para analisar sociedades fundadas em outras lógicas, produto de outras histórias e outros contextos. O entrelaçamento entre questões sociais, culturais e individuais permite aprofundar, no Ensino Médio, a discussão sobre a ética. Para tanto, os estudantes devem dialogar sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum em situações concretas. A ética pressupõe a compreensão da importância dos direitos humanos e de se aderir a eles de forma ativa no cotidiano, a identificação do bem comum e

o estímulo ao respeito e ao acolhimento às diferenças entre pessoas e povos, tendo em vista a promoção do convívio social e o respeito universal às pessoas, ao bem público e à coletividade. Em suma, o conhecimento do Outro, da outra cultura, depende da capacidade de se indagar para indagar o Outro, atitude fundamental a ser desenvolvida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esse é o primeiro passo para a formação de sujeitos protagonistas tanto no processo de construção do conhecimento como da ação ética diante do mundo real e virtual, marcado por uma multiplicidade de culturas. As categorias Política e Trabalho também ocupam posição de centralidade nas Ciências Humanas. A vida em sociedade pressupõe ações individuais e coletivas que são mediadas pela política e pelo trabalho. A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área. A política está na origem do pensamento filosófico. Na Grécia Antiga, o exercício da argumentação e a discussão sobre os destinos das cidades e suas leis estimularam a retórica e a abstração como práticas necessárias para o debate em torno do bem comum. Esse exercício permitiu ao cidadão da pólis compreender a política como produção humana capaz de favorecer as relações entre pessoas e povos e, ao mesmo tempo, desenvolver a crítica a mecanismos políticos como a demagogia e a manipulação do interesse público. A política, em sua origem grega, foi o instrumento utilizado para combater os autoritarismos, as tiranias, os terrores, as violências e as múltiplas formas de destruição da vida pública. No mundo contemporâneo, essas questões observadas tanto em escala local como global ganham maior visibilidade na Geopolítica, pois ela enuncia os conflitos planetários entre pessoas, grupos, países e blocos transnacionais, desafio importante de ser conhecido e analisado pelos estudantes. As discussões sobre formas de organização do Estado, de governo e do poder são temáticas enunciadas no Ensino Fundamental e aprofundadas no Ensino Médio, especialmente em sua dimensão formal e como sistemas jurídicos complexos. Essas temáticas apresentadas de forma ampla na BNCC fornecem alguns elementos capazes de agregar diversos temas de ordem econômica, social, política, cultural e ambiental e permitem, sobretudo, a

discussão dos conceitos veiculados por diferentes sociedades e culturas. A categoria trabalho, por sua vez, comporta diferentes dimensões – filosófica, econômica, sociológica ou histórica: como virtude; como forma de produzir riqueza, de dominar e de transformar a natureza; como mercadoria; ou como forma de alienação. Ainda é possível falar de trabalho como categoria pensada por diferentes autores: trabalho como valor (Karl Marx); como racionalidade capitalista (Max Weber); ou como elemento de interação do indivíduo na sociedade em suas dimensões tanto corporativa como de integração social (Émile Durkheim). Seja qual for o caminho ou os caminhos escolhidos para tratar do tema, é importante destacar a relação sujeito/trabalho e toda a sua rede de relações sociais. Atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente, a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo. Como apontado, o estudo das categorias Política e Trabalho no Ensino Médio deve permitir aos estudantes compreender e analisar a diversidade de papéis dos múltiplos sujeitos e seus mecanismos de atuação e identificar os projetos políticos e econômicos em disputa nas diferentes sociedades. No tratamento dessas categorias no Ensino Médio, a heterogeneidade de visões de mundo e a convivência com as diferenças favorecem o desenvolvimento da sensibilidade, da autocrítica e da criatividade, nas situações da vida, em geral, e nas produções escolares, em particular. Essa ampliação da visão de mundo dos estudantes resulta em ganhos éticos relacionados à autonomia das decisões e ao comprometimento com valores como liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. Por fim, para garantir as aprendizagens essenciais definidas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é imprescindível que os jovens aprendam a provocar suas consciências para a

descoberta da transitoriedade do conhecimento, para a crítica e para a busca constante da ética em toda ação social. Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as da área de Ciências Humanas do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas. Relacionadas a cada uma delas, são indicadas, posteriormente, habilidades a ser alcançadas nessa etapa.

Nessa área, o estudante terá a oportunidade de compreender as relações entre o tempo, o espaço, a sociedade e a natureza, de forma contextualizada e significativa. Na Educação Básica, o ensino das Ciências Humanas indica caminhos para o desenvolvimento de explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas, procedimentos de investigação, pensamento ético, criativo e crítico, resolução de problemas e interfaces com diferentes linguagens (oral, escrita, cartográfica, estética, técnica, entre outras), de modo a propiciar aos estudantes possibilidades para interpretar o mundo, compreender processos e fenômenos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais e propor ações de intervenção a partir da sua realidade. Assim, essa área visa contribuir para a formação integral dos estudantes, para que possam reconhecer suas responsabilidades na produção do espaço social, político, cultural e geográfico, e no cuidado consigo, com o outro e com o planeta.

Ao longo da Educação Básica, a área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas contribui para que, de forma gradativa, os estudantes ampliem o repertório de leitura do mundo social e natural, tendo como ponto de partida a reflexão sobre a sua inserção singular e as suas relações no seu lugar de vivência, considerando, posteriormente, as conexões com tempos e espaços mais amplos. Na área de Ciências Humanas, os objetos de conhecimento das unidades temáticas de Geografia, História, Filosofia e Sociologia possuem alinhamento teórico-metodológico ao longo do Ensino Médio. As competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas asseguram, para os seus componentes, os direitos fundamentais de aprendizagem de modo pormenorizado que levam ao desenvolvimento das competências gerais previstas pela BNCC para toda a Educação Básica.

• COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.

3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

A prática pedagógica e a construção do processo ensino e aprendizagem da Escola prioriza uma práxis formadora para o desenvolvimento, na qual a Escola é a fonte de efetivação do conhecimento intelectual motivando o educando a participar do processo de desenvolvimento social, não como mero receptor de informações, mas como idealizador de práticas que favoreçam esse processo. Diante disso o professor deverá:

- Organizar o trabalho pedagógico através da ação comunicativa entre si e o mundo vivido;

- Considerar os conhecimentos humanos sempre articulados a outros conhecimentos, tomando-se o cuidado de evitar a fragmentação dos saberes;
- Tornar a sala de aula um espaço de solidariedade, onde as diversidades culturais sejam respeitadas;
- Favorecer o desenvolvimento do aluno nos aspectos cognitivo, emocional e moral através de um ambiente agradável;
- Registrar os resultados obtidos durante o processo educativo.

11. MATRIZ CURRICULAR

As matrizes curriculares que norteiam o processo de ensino e aprendizagem da EEB Carlos Fries são: Matriz 9920 (Ensino Médio diurno); Matriz 9912 (Ensino Médio noturno); que se encontram registradas no programa SIGESC. Essas, por sua vez, contemplam o disposto legal do art. 24, inciso I da Lei 9394/96, perfazendo 200 dias letivos e 800 horas aula.

12. CONCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

São considerados profissionais da educação todos os servidores envolvidos direta ou indiretamente nos processos educativos e de gestão da escola, independentemente de suas frentes de atuação. Os profissionais da educação são sujeitos fundamentais da ação educativa e, por isso, devem assumir o compromisso com a formação integral do estudante. As relações estabelecidas entre os profissionais da educação e a comunidade, os estudantes e seus pares são determinantes para atingir os objetivos expressos no Projeto Político-Pedagógico. Para tanto, é necessário repensar sempre a prática, que deve ser pautada por estudos continuados e pela auto avaliação, compreendendo a incompletude essencial que os constitui como seres humanos, percebendo-se como sujeitos transformadores, críticos, criativos e éticos. O desafio está em proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento do senso de pertencimento ao meio educacional, de modo que todos os profissionais da educação sintam-se igualmente competentes e comprometidos com as aprendizagens dos estudantes, motivados e valorizados socialmente.

12.1. PERFIL DO PROFESSOR

O professor é o organizador do processo, criador das condições, para que os alunos possam aprender de forma produtiva e racional, tendo as funções básicas de estimular, facilitar e mediar a aprendizagem. Define-se como perfil do docente:

- Formação e experiência na área de atuação do curso e disciplina;
- Visão interdisciplinar de sua área de conhecimento, podendo estabelecer relações entre as disciplinas;
- Possibilidade de ultrapassar a “transmissão” de conteúdos: saber ser e saber fazer;
- Compreensão da relação de aprendizagem dialógica;
- Capacidade de trabalhar em equipe;
- Competência formadora – científico/pedagógica.

12.2. PERFIL DO GESTOR

O gestor escolar é o principal responsável pela escola, por isso deve ter visão de conjunto, articular e integrar setores, vislumbrar resultados para a instituição educacional, que podem ser obtidos, se embasados em um bom planejamento, alinhado com comportamento otimista e de autoconfiança, com propósito macro bem definido, além de uma comunicação realmente eficaz. Tendo a tarefa de buscar o equilíbrio entre os aspectos pedagógicos e administrativos, com a percepção que o primeiro constitui-se como essencial e deve privilegiar a qualidade, por interferir diretamente no resultado da formação dos alunos e o segundo deve dar condições necessárias para o desenvolvimento pedagógico.

12.3. PERFIL DO ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

É o agente articulador do diálogo, deve estar atento à transformação da comunidade escolar, promover a reflexão em torno das relações escolares e da transformação da prática pedagógica. Estabelecer vínculos e relações interpessoais na escola ao desenvolver as múltiplas atividades que caracterizam a sua função. Sendo assim, o ATP é o organizador das ações educativas, configurando como mediador de formas interativas de trabalho, em momentos de estudos, proposições, reflexões e ações.

12.4. PERFIL DO ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO

Profissional atualizado com as mudanças legais disponíveis no dia-a-dia do seu trabalho, responsável pela documentação dos discentes, docentes e administrativas do educandário, utilizando-se do dinamismo, organicidade e dedicação. O trabalho do AE é de indiscutível importância para a consecução de objetivos e metas do processo escolar, utilizando-se da adoção de meios alternativos relacionados com a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços, identificando necessidades e equacionando soluções.

12.5. PERFIL DO SERVENTE

O Servente deve ser um profissional disponível no meio escolar, proporcionando uma boa e agradável apresentação dos ambientes, organizado e cumpridor de seus deveres.

12.6. SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVO

Entendemos que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo educativo. Entretanto, não é um universo separado do conjunto da sociedade, mas mantém particularidades históricas, sociais, culturais que a diferenciam de outras instituições. A educação não se dá apenas na escola, mas é importante destacar que nela ações sistematizadas de aprendizagens e de ensino têm centralidade pela natureza de seus objetivos. A escola é um ambiente essencialmente educativo. Mesmo reconhecendo a amplitude do trabalho educativo e da importância dos tantos sujeitos nele envolvidos, destacamos o professor, o estudante e o conjunto da comunidade educativa como centrais no processo pelo envolvimento direto para concretizar os objetivos destacados para a escola.

12.7. CONCEPÇÃO DE ESTUDANTE

Na concepção de formação integral do ser humano, entendemos a necessidade do estudante ser protagonista de sua história, com direitos e deveres para assumir uma postura responsável, ética, autônoma e solidária. Para que o estudante compreenda seu papel, deve ser despertado seu desejo e curiosidade de aprender e manifestar uma atitude sociável de respeito aos outros. Deve ser capaz de realizar escolhas que tenham em conta a defesa da saúde, da qualidade de vida, da não violência e a preservação ambiental. Neste sentido, a formação deve caminhar para que os sujeitos tenham capacidade de atuar

com ética; possam conviver em sociedade e desenvolvam sua capacidade de se autocompreender e compreender o mundo em que vivem, para nele agir como promotores da justiça social e ambiental. Além disso, há que se pensar no desenvolvimento inclusivo, segundo o qual a ruptura com algumas representações sociais, fomentadoras da discriminação e do preconceito; o exercício da alteridade e da resiliência, acompanham transversalmente o processo de escolarização.

12.8. PERFIL DO ESTUDANTE

Na concepção sociointeracionista o estudante é ativo, capaz de construir seu próprio conhecimento. Portanto o aluno deve:

- Ter autonomia e autoria de pensamento;
- Ser pesquisador;
- Utilizar o conhecimento em situações desafiadoras;
- Manejar, criativamente com a lógica, raciocínio, argumentação, dedução e indução;
- Ser capaz de trabalhar em equipe;
- Ser empreendedor;
- Ser cooperativo;
- Ser ético;
- Ter responsabilidade com a manutenção do meio ambiente;
- Reconhecer-se como pessoa e ser agente transformador da sociedade com possibilidades de avaliar e questionar a realidade social, favorecendo positivamente as mudanças;
- Ser conhecedor da realidade regional, nacional e internacional, capaz de contribuir para a formação de uma nova consciência política, afinada com a sociedade globalizada;
- Utilizar os conhecimentos da tecnologia como ferramenta facilitadora e modernizadora.

12.9. PERFIL DO LÍDER DE CLASSE OU REPRESENTANTE DE TURMA

Em nossa escola os estudantes terão assegurado o direito de organizarem-se livremente com apoio da Equipe Pedagógica, para escolherem o seu representante através de eleição. Assim cada turma terá o seu representante que será o principal articulador entre a turma, a qual representa, e os profissionais que atuam no espaço escolar.

Para escolher os líderes de classe devem ser observados os seguintes requisitos:

- Confiabilidade;
- Responsabilidade;
- Assiduidade;
- Pontualidade;
- Organização;
- Educação;
- Presteza;
- Comprometimento (interesse e dedicação);
- Credibilidade.

12.10. ATRIBUIÇÕES DO LÍDER DE CLASSE

- Representar a turma;
- Auxiliar o Professor quando solicitado;
- Promover o cuidado com a sala e o ambiente escolar;
- Comunicar na secretaria alunos faltosos;
- Comunicar o Assistente Técnico Pedagógico (ATP) problemas que interferem no processo ensino e aprendizagem;
- Coordenar os momentos cívicos quando for de responsabilidade da turma;
- Comunicar à Direção da Escola fatos que possam interferir no bem estar da comunidade escolar.

13. NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CONVIÊNCIA DA COMUNIDADE ESCOLAR

Estas normas contemplam os princípios que regem as relações profissionais e interpessoais, as formas de acesso e utilização coletiva dos diferentes ambientes

escolares; a responsabilidade individual e coletiva, manutenção de equipamentos, materiais, sala de aula e demais ambientes.

Para qualificar o trabalho de segurança da comunidade educativa, a EEB Carlos Fries adota o sistema de vigilância eletrônica, composto por câmeras fixas ligadas à sala da direção, que abriga equipamentos de monitoração, controle e gravação de dados do sistema instalado. Esse circuito fechado de televisão, com câmeras instaladas em lugares estratégicos, permite o monitoramento das salas de aula, áreas de circulação, ginásio de esportes, em pontos previamente definidos.

As câmeras estão instaladas de modo a preservar a privacidade dos alunos e funcionários, sendo vedada a instalação em banheiros e vestuários.

A instalação de câmeras de vigilância nas salas de aula não compromete a liberdade de cátedra ou a autonomia do professor, não limita a sua atuação pedagógica nem as relações entre os seus alunos.

13.1. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

A E.E.B. Carlos Fries é gerida por um Conselho Deliberativo, APP, um Diretor de escola e um Assessor de Direção.

A função de diretor, como responsável pela efetivação da gestão de maneira democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político Pedagógico deste Estabelecimento de Ensino.

A escola tem a incumbência de fazer o atendimento pedagógico ao aluno e o diretor ocupa lugar central nesta estrutura escolar. É ele quem vai garantir que a escola tenha um bom funcionamento de forma a oferecer aos alunos atendimento pedagógico, garantir o trabalho dos professores, lidar com os conflitos que fazem parte do cotidiano escolar; ou seja, é ele quem vai gerir a estrutura como um todo.

13.2. DA DIREÇÃO

A Direção é o órgão gestor para o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais da Escola, definidos no Projeto Político Pedagógico. É composta pelo Diretor e pelos Assessores de Direção, designados em ato próprio, pelo Secretário de Estado da Educação.

A Direção é exercida pelo Diretor, escolhido dentre os membros efetivos da categoria do magistério na forma da lei vigente.

A autoridade do Diretor e seus assistentes ou de seus substitutos legais decorre de delegação do poder público em termos da Lei, achando-se assim investidos em função do caráter oficial e terão fé pública os atos por eles praticados no exercício de suas atribuições. Compete ao Diretor e/ou Assessor:

- Convocar os representantes das entidades Escolares para participarem do processo de elaboração e execução do Plano Político Pedagógico;
- Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Político Pedagógico;
- Acompanhar o plano de aplicação financeira e a respectiva prestação de contas;
- Coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da GERED;
- Coordenar as diretrizes pedagógicas emanadas da GERED.
- Estudar e propor alternativas de solução, ouvidas, quando necessário, as entidades escolares, para atender situações emergenciais de ordem pedagógica e administrativa;
- Participar do conselho de classe;
- Presidir Reuniões Pedagógicas, administrativas, dias de estudo, conduzir e participar dos trabalhos do Conselho de Classe e Momento Pedagógico;
- Propor alterações na oferta de serviços de ensino prestados pela escola;
- Propor aos serviços Técnico-pedagógicos e Técnico-administrativos as estratégias de ensino que serão incorporadas ao planejamento anual da U.E.;
- Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas emanadas pela SED;
- Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas previamente contempladas no PPP do educandário e expostas, discutidas e lavradas em ata junto ao CDE escolar e APP.
- Manter o fluxo de informações entre a U.E. e os órgãos da administração estadual e regional de ensino;
- Coordenar a elaboração do Calendário Escolar e garantir o seu cumprimento;

- Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando aos órgãos da administração estadual de ensino as irregularidades no âmbito da escola e aplicar medidas saneadoras;
- Coordenar as solenidades de formatura;
- Administrar o patrimônio escolar em conformidade com a lei vigente;
- Promover a articulação entre escola, família e comunidade;
- Comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar dos alunos;
- Verificar o andamento do pagamento dos professores e tomar as devidas providências;
- Administrar funções e tarefas dos serventes;
- Efetuar prestações de contas, junto a APP e Conselho Deliberativo;
- Providenciar compra e manutenção dos equipamentos;
- Providenciar o uso correto do mobiliário;
- Adquirir e distribuir de forma racionalizada os materiais;
- Supervisionar o andamento da secretaria;
- Despachar correspondências;
- Verificar efetivo cumprimento do horário;
- Verificar alunos faltosos para posterior registro no Projeto Apoia, comunicação aos pais e Conselho Tutelar do município.
- Proporcionar ambiente harmonioso com corpo administrativo, técnico, docente e discente;
- Cooperar na solução de problemas surgidos dentro e fora da sala de aula;
- Defender e zelar pelo bom nome da Unidade Escolar e de seus funcionários, pela ordem e a paz;
- Promover o respeito à liberdade de ação, à justiça, à responsabilidade, e os valores cívicos e espirituais;
- Ser responsável pela mediação entre professores, alunos e comunidade.

13.3. COMPETE AO ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO

- Coordenar e executar as tarefas da secretaria da escola;
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da Identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares;
- Redigir a correspondência que lhe for confiada;
- Redigir e expedir toda a correspondência oficial da Unidade Escolar;
- Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos;
- Rever todo o expediente a ser submetido a despacho pelo diretor;
- Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados as autoridades superiores;
- Apresentar ao diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;
- Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão do curso;
- Assinar, juntamente com o diretor, os documentos escolares que forem expedidos, inclusive os certificados e históricos;
- Preparar e secretariar reuniões, quando convocado pela direção;
- Zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais distribuídos à secretaria;
- Comunicar à direção toda irregularidade que venha a ocorrer na secretaria;
- Organizar e preparar a documentação necessária para o encaminhamento de processos diversos;
- Conhecer a estrutura, compreender e viabilizar o funcionamento das instâncias colegiadas na Unidade Escolar;
- Registrar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores;
- Executar outras atividades compatíveis com o cargo;
- Ser sigiloso, no que diz respeito aos assuntos discutidos pela administração direta da Unidade Escolar.

13.4. COMPETE AO ASSISTENTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO.

- Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica;
- Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- Realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;
- Participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;
- Selecionar, classificar e arquivar documentação;
- Participar na execução de programas e projetos educacionais;
- Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
- Desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação;
- Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico;
- Auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- Participar no planejamento curricular;
- Acompanhar os Planos de Ensino e Planos de Aula dos Professores;
- Auxiliar na coleta e organização de informações, dados estatísticos da escola e documentação;
- Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares;
- Comprometer-se com atendimento às reais necessidades escolares;
- Participar dos conselhos de Classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo;
- Contribuir para o cumprimento do calendário escolar;
- Participar na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais;
- Administrar e organizar os laboratórios existentes na escola;
- Auxiliar na administração e organização da biblioteca escolar;
- Auxiliar no atendimento das aulas na ausência dos Professores;
- Executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola;

- Realizar serviço integrado com direção e especialistas, visando o acompanhamento do rendimento escolar do aluno;
- Participar dos Conselhos de Classe dando aconselhamento psicopedagógico oferecendo e coletando informações;
- Propor atividades que favoreçam as relações interpessoais, aluno x professor e aluno x aluno e demais elementos da escola;
- Participar do critério para a constituição de turmas;
- Selecionar atividades e desenvolvê-las atendendo as necessidades dos alunos para melhor conhecimento de si e do grupo;
- Participar das atividades de sondagem para a elaboração do diagnóstico da população escolar e da comunidade;
- Manter atualizado o dossiê do aluno;
- Assistir ao aluno individualmente ou em grupo em sessões programadas e sistemáticas;
- Programar e coordenar atividades de informação profissional, envolvendo professores, família e comunidade;
- Promover e/ou participar de reuniões e/ou sessões de estudo com professores;
- Participar e acompanhar a execução de projetos e atividades especiais desenvolvidas na escola, oriundos de órgãos superiores;
- Orientar os alunos em seu desenvolvimento pessoal, preocupando-se com a formação de seus valores, atitudes, emoções e sentimentos;
- Orientar, ouvir e dialogar com alunos, professores, gestores e responsáveis e com a comunidade;
- Participar da organização e da realização do projeto político-pedagógico e da proposta pedagógica da escola;
- Ajudar o professor a compreender o comportamento dos alunos e a agir de maneira adequada em relação a eles;
- Ajudar o professor a lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- Mediar conflitos entre alunos, professores e outros membros da comunidade;
- Conhecer a legislação educacional vigente;
- Circular pela escola e conviver com os estudantes;

- Manter-se atualizado em assuntos educacionais.

13.5. COMPETE AO CORPO DOCENTE

- Trabalhar de acordo com as linhas norteadoras do Plano Político Pedagógico e dos demais projetos da U.E.;
- Ministras aulas;
- Participar da elaboração, execução e seleção de livros e materiais didáticos em consonância com as diretrizes e critérios da LDB;
- Elaborar o seu planejamento de acordo com o Plano Político Pedagógico da U.E.;
- Propiciar a aquisição do conhecimento científico, erudito e universal para que os alunos reelaborem os seus conhecimentos adquiridos e elaborem novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do educando, garantindo-lhe a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;
- Promover uma avaliação contínua, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno, elevando-o a uma compreensão cada vez maior sobre o mundo e sobre si mesmo;
- Atribuir as avaliações de acordo com as normas fixadas;
- Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
- Realizar a recuperação simultânea de estudos com os alunos que, durante o processo ensino-aprendizagem, não dominarem o conteúdo curricular ministrado;
- Participar da elaboração do Calendário Escolar;
- Participar e solicitar reuniões de estudos, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e melhoria na qualidade de ensino;

13.6. COMPETE AO SERVENTE

- Efetuar a limpeza e manter em ordem as instalações escolares, providenciando a relação dos materiais e produtos necessários;

- Zelar pela boa aparência da escola;
- Responsabilizar-se pelo asseio, ordem e conservação do prédio escolar, bem como pelas instalações, mobiliários e utensílios;
- Manter em perfeito estado de higiene os sanitários, pias, bebedouros, calçadas, áreas de lazer, pátios, salas, corredores, cozinha, vidraças, etc.
- Efetuar tarefas correlatas à sua função.

14. CONCEPÇÃO DE COMUNIDADE ESCOLAR

A participação da comunidade, no contexto da vida escolar, diz respeito à corresponsabilidade pela gestão, pelas atividades pedagógicas e pelas aprendizagens dos estudantes e de todos os envolvidos no trabalho da escola de forma mais direta. Consideramos que a comunidade escolar abrange o grupo das famílias e responsáveis pelos estudantes, professores, especialistas, servidores, pedagogos, gestores e os próprios estudantes. A comunidade escolar funciona como um sujeito coletivo. Entendemos que a escola deve propiciar o desenvolvimento da cultura de participação da comunidade por meio de uma aproximação que supere a lógica de se integrar à escola apenas para receber os resultados numéricos das aprendizagens dos estudantes e busque tornar todos parceiros dos processos decisórios da ação educativa na escola.

15. CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO ESCOLAR

O planejamento, entendido como um processo de construção desenvolvido numa perspectiva democrática e participativa, prescinde das seguintes fases:

- Planejar;
- Executar;
- Acompanhar;
- Avaliar.

Assim, o Planejamento Escolar, Participativo, passa a ser um instrumento de construção da escola que queremos, ou seja, que cumpra sua função social primeira: o ensino com aprendizagem dos estudantes; que possibilite espaços de inclusão social, de respeito às diferenças e aos diferentes saberes; de decisões tomadas coletivamente onde todos os sujeitos da escola: pais, estudantes, professores, funcionários, sejam protagonistas desta

construção. O Planejamento Participativo, nesta concepção, deixa de ser uma questão meramente burocrática e passa a ser um processo de transformação de dada realidade. Como processo, tem momentos conexos, os quais não são estáticos. Reflexão, ação e reflexão, no processo de planejamento, não acontecem de forma mecânica, linear ou sequencial, os momentos se perpassam, com o objetivo de possibilitar a aprendizagem efetiva aos estudantes.

16. CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADE

Nos termos da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014, p. 54), entende-se a diversidade como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Esta noção nos remete à ideia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades. Enfim, diversidades de grupos sociais, de identidades do ser social em sua singularidade que se constituem em espaços, em ambientes, em tempos históricos com características diversas. Essas relações socioculturais constituem os sujeitos históricos, nas organizações de suas vidas sociais e políticas, nas suas relações com o ambiente e com outros grupos, na produção e reprodução de suas existências. Diversidade também é heterogeneidade, com vistas ao reconhecimento de que todos somos diferentes. A diversidade está relacionada com as aspirações dos grupos humanos e das pessoas de viver em liberdade e no exercício de sua autodeterminação, como também à aspiração da vida em democracia e à necessidade de vivenciar coletivamente as realidades sociais que são múltiplas e de lutar pelo reconhecimento dos direitos humanos e a respeitá-los. Portanto, a valorização das diferenças étnicas e culturais, por exemplo, não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-lo como expressão da diversidade de todo ser humano, sem qualquer discriminação. A diversidade, entendida como enriquecimento, possibilidade, processo de construção, é própria dos seres humanos. É o tema que se impõe para que possamos construir uma escola pautada no direito à educação e no direito à diferença e na formação integral do sujeito como movimentos que impulsionam a superação de perspectivas monoculturais, etnocêntricas e hegemônicas que determinam os modos de fazer educação escolar. Nas ações pedagógicas, gestores, professores e estudantes não atuam na

formatação do outro; eles reconhecem a existência das diferenças, discutem, vivem e convivem com a presença do outro, considerando e valorizando a história e a experiência de cada sujeito, em um movimento relacional que permite conhecer o outro pela proximidade que se tem com ele. Educação na/da alteridade e na diferença é reconhecer que o outro está na escola, bem perto de nós, não como alguém a ser tolerado, mas como alguém que tem a escola a sua disposição na promoção de ambientes inventivos, plurais e respeitosos.

A diversidade nos remete às diferenças no meio social em que se vive e com o qual se estabelecem relações. É preciso conhecer as particularidades do outro para, então, orientá-lo de maneira adequada. Perceber a forma como o estudante se desenvolve, brinca, aprende, age e reage aos estímulos e ao meio que o cerca traz elementos para melhor entendê-lo e intervir positivamente.

Na EEB “Carlos Fries”, o compromisso de educar está aliado à responsabilidade do estudante, da família e dos profissionais externos que o acompanham, ao compartilhamento de informações e recursos que beneficiam o desenvolvimento do estudante e ao fornecimento de uma avaliação formal, do profissional habilitado, a respeito da deficiência e/ou síndrome que apresenta.

Considerar as diferentes características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são de fundamental importância, sendo, porém, preciso verificar as condições de aprendizagem que a Escola pode oferecer. A EEB “Carlos Fries” prioriza o bem-estar dos estudantes, compreendendo que são únicos e diferentes, mesmo naquilo em que se assemelham. Em decorrência, estabelece critérios que visam beneficiar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos, bem como colaborar para que ambos ocorram.

Segundo Veiga (2004) a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Sendo assim, a escola para todos, sem distinção, deve conter em seu Projeto Político Pedagógico ações que viabilizam a construção do conhecimento, da aprendizagem de todos os seus alunos inclusive os portadores de necessidades especiais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º inciso IV, vem “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Garante ainda, em seu capítulo III, artigo 205, a Educação como “direito de todos e dever

do Estado”, portanto, todos têm direito a Educação gratuita e de qualidade assegurada pelo inciso IV e VII do artigo 206.

Um atendimento educacional de qualidade, que possibilite o pleno desenvolvimento dos educandos é um desafio, principalmente em se tratando daqueles com necessidades especiais ou com deficiências. De acordo com a Secretaria da Educação Especial do MEC, entende-se por necessidades educacionais especiais, os alunos que durante o processo educacional apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem que podem ser não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências, abrangendo dificuldades de comunicação e sinalização dos demais alunos, bem como altas habilidades ou superdotação. (SEESP, Conceitos da Educação Especial – senso escolar, 2005).

Nesse sentido a escola deve assumir o compromisso de propiciar ações que favoreçam a aprendizagem dos educandos de modo geral e para pessoas com deficiência, fazer adaptações curriculares optando por práticas inclusivas, pois a inclusão não é apenas uma inclusão social, ou seja, não basta estar junto para haver inclusão, um dos pontos principais deste processo é viabilizar e assumir as diferenças dentro dos espaços educacionais tornando as aprendizagens significativas.

As adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula e nas atividades para contemplar as mais diversas necessidades do aluno (com mais recursos visuais, sonoros e táteis). Portanto, devem estar focalizadas na interação entre as necessidades do educando e as respostas educacionais a serem propiciadas. Essas adaptações precisam ser avaliadas periodicamente para cumprir etapas do processo ensino aprendizagem não servindo, portanto, para sempre, uma vez que a necessidade surgida hoje pode não ser a de amanhã. Nesse sentido a Escola conduz, de forma específica, os seguintes casos:

- Deficiência Visual;
- Deficiência Intelectual Grave e
- Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A presente política justifica-se pelo compromisso da Escola em alinhar os procedimentos pela busca da qualificação e fortalecimento da prática inclusiva. A Escola tem como documento base, para informações a respeito das síndromes e deficiências, a

Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10. (<http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>).

Avaliar cada situação de acordo com a necessidade do estudante conduz a Escola a estratégias de intervenção no que se refere às necessidades educacionais específicas, seja por meio das orientações recebidas por profissionais especializados e/ou pelo conhecimento e prática adquiridos na relação diária entre Escola e estudante. A partir disso, são apresentados os possíveis encaminhamentos para os casos que a Escola se dispõe a atender.

17. COMO TRABALHAR NA ESCOLA

Para que o aluno entenda que seu papel na escola é estudar, precisamos trabalhar com a questão avaliar, assim teremos um conhecimento de suas capacidades. Entende-se que em nossa atualidade, a sociedade é movida pela informação.

Trabalhar em sala de aula com alunos com necessidades especiais exige muita paciência. A informação deverá ser passada com segurança, pois precisamos adquirir a confiança deles para que se sintam seguros. Sendo assim, a atividade poderá ser desenvolvida de maneira mais fácil e com um aprendizado mais rápido, sempre retomando quando surgem as dúvidas.

As atividades para o educando com necessidades especiais precisam ser elaboradas de maneira que seu aprendizado venha ser descoberto conforme o aluno tenha a capacidade e o conhecimento. É essencial prestar a atenção em tudo o que o aluno faz, insistindo para conhecer mais e melhor, ouvindo suas perguntas, conversando em todos os momentos possíveis, desenvolvendo sua capacidade de autonomia.

A busca pela informação ajuda muito no critério de avaliação e no desenvolvimento de atividades pedagógicas, além de usar o diálogo entre o professor e o aluno que no seu cotidiano passa a oferecer o afeto para que o progresso do aluno seja mais rápido em sua trajetória de conhecimento. Nesses casos, precisamos sempre vivenciar que o aluno precisa ter um conhecimento de sua rotina diária, sendo na escola ou na vida do cotidiano familiar e na sociedade.

Necessita-se avaliar o aluno e acompanhar gradativamente seu desempenho, verificando seu conhecimento e averiguar sua aprendizagem e suas dificuldades. Para um melhor aprendizado, contribui-se com o aprendiz da melhor forma possível, promovendo as

conquistas e suas dificuldades, além de estimular e desenvolver, adaptando seus pensamentos.

18. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO (O processo de avaliação a serviço das aprendizagens de todos os estudantes)

O PPP da EEB “Carlos Fries” parte do pressuposto de que a avaliação, no âmbito escolar, deve ser encarada como um recurso pedagógico que permite aos professores, gestores e demais profissionais da educação acompanhar a progressão das aprendizagens, oferecendo subsídios para a análise do próprio processo de ensino. Dessa maneira, os resultados dos processos avaliativos devem concorrer para que todos os estudantes avancem em suas aprendizagens e para que os professores façam eventuais ajustes em suas práticas para garantir a qualidade dessas aprendizagens. Sob essa perspectiva, a avaliação produz informações valiosas no que diz respeito à aprendizagem dos estudantes, às necessidades de recuperação e de reforço das aprendizagens, à própria prática em sala de aula, permitindo adequações e mudanças metodológicas. Desta forma, avaliar demanda um olhar atento do professor em relação aos avanços, assim como pensar em instrumentos pelos quais possa, de fato, diagnosticar as aprendizagens dos estudantes e seus níveis de proficiência a respeito do que lhes foi ensinado e planejar ações necessárias para que todos possam aprender. Assim, a avaliação permeia o processo do ensino e da aprendizagem, trazendo subsídios para a revisão do Plano de Ensino a partir do acompanhamento do processo integral do desenvolvimento de cada estudante, a tempo de assegurar a todos as competências gerais ao final da Educação Básica. A avaliação integra e constitui um espaço crítico-reflexivo da prática docente. Deve garantir coerência com os princípios pedagógicos que orientam o desenvolvimento pleno dos estudantes. A avaliação deve, de fato, acompanhar, de forma processual, a aprendizagem do estudante e possibilitar a reflexão sobre as práticas planejadas pelos professores. A multiplicidade de estratégias e instrumentos de avaliação pode oferecer indicadores importantes para a gestão pedagógica em sala de aula, como também para a gestão escolar e a elaboração de diretrizes, permitindo o monitoramento e o acompanhamento das aprendizagens essenciais que estão sendo asseguradas a todos estudantes.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) tem como compromisso coletivo construir instrumentos teóricos e metodológicos para superar as contradições entre teoria e prática,

garantindo a interação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, a partir de discussões que pautam os problemas que venham surgir no debate sobre o ensino e aprendizagem. No bojo desta discussão a avaliação da aprendizagem surge como processo democrático, que busca construir a igualdade com equidade na perspectiva da inclusão de todos os estudantes. A discussão coletiva possibilitará a identificação de instrumentos de avaliação adequados para uma escola que se quer construir como democrática, em que os estudantes são sujeitos ativos em seus processos de aprendizagem; instrumentos de avaliação que desafiam os estudantes à reflexão e não apenas à memorização, tais como: projetos de iniciação a pesquisa; produção de textos; apresentação de trabalhos no formato de seminários, dentre outros instrumentos e metodologias que se pautam na integração entre avaliação e o processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem, tendo em vista que o sujeito é um ser subjetivo que se constitui neste processo. Para conceber esta visão de educação e avaliação, existe a necessidade de romper com práticas tradicionais, ter um novo olhar sobre o ensino e aprendizagem e o papel da avaliação na construção deste processo. O professor e membros dos segmentos que compõe a comunidade escolar são fundamentais neste processo, identificando a relevância do que é importante ensinar e com isso definindo os critérios para identificar as formas de avaliar, que garantam o desenvolvimento dos estudantes e não a pura repetição ou reprodução de conteúdo. Neste sentido o fundamental é a escola ter clareza dos seus objetivos e qual sua função social, para então definir a forma de ensinar, olhando para a avaliação como um instrumento de diagnóstico constante, que possibilite aos professores, famílias e estudantes um olhar atento e cuidadoso sobre os processos de ensino e aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases atribui à escola decidir sobre sua proposta pedagógica. Vale lembrar que a escola não pode controlar todos os fatores que interagem na formação do aluno e que não se trata de impor determinados conteúdos e valores, mas de ser coerente com a sua prática pedagógica assumida, o possibilitar aos alunos uma discussão sobre eles e a construção de critérios para a avaliação do rendimento no processo educacional. Para que a avaliação escolar tenha função relevante e significativa na prática escolar é imprescindível informá-la como instrumento de análise permanente do processo pedagógico que revela ao professor em que medida os alunos estão ou não se apropriando dos conteúdos trabalhados. A avaliação deve ser concebida como um instrumento para

ajudar o aluno a aprender e faz parte integrante do trabalho realizado em sala de aula para, a partir dela, o professor rever os procedimentos que vem utilizando e replanejar o seu trabalho. Para o aluno ela permite ver os avanços e as dificuldades, tem a tração permanente de diagnóstico e acompanhamento do processo ensino aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases atribuiu à Escola decidir sobre sua proposta pedagógica. Vale lembrar que a Escola não pode controlar todos os fatores que interagem na formação do aluno e que não se trata de impor determinados conteúdos e valores, mas de ser coerente com a sua prática pedagógica assumida, o possibilitar aos alunos uma discussão sobre eles e a construção de critérios para avaliação do rendimento no processo educacional. Para que a avaliação escolar tenha função relevante e significativa na prática escolar é imprescindível informá-la como instrumento de análise permanente do processo pedagógico que revela ao professor em que medida os alunos estão ou não se apropriando dos conteúdos trabalhados.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem obedece aos seguintes princípios:

I – Aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

II – Aferição do desempenho do aluno quanto à apropriação de conhecimentos em cada área de estudos e o desenvolvimento de competências. Neste sentido, é essencial definir critérios onde caberá ao professor listar os itens realmente importantes, informá-los aos alunos, pois a avaliação só tem sentido quando é contínua provocando o desenvolvimento do educando. O importante é que o educador utilize o diálogo como fundamental eixo norteador e significativo papel da ação pedagógica. O professor deve utilizar instrumentos avaliativos vinculados à necessidade de dinamizar, problematizar e refletir sobre a ação educativa / avaliativa da instituição. Propicia, portanto, condições para o aluno refletir sobre si mesmo e o que tem construído ao longo da vida. A avaliação do aproveitamento do aluno será atribuída pelo professor da disciplina e analisada em Conselho de Classe. A avaliação final é uma responsabilidade coletiva, aqui remetida ao Conselho de Classe. A escola oferece novas oportunidades de avaliação quando verificado o aproveitamento insuficiente durante os bimestres, assegurando a promoção de recuperação simultânea, prevalecendo o maior resultado obtido. Conforme diretrizes estabelecidas na Resolução N. 183/CEE – 19/11/2013 e Portaria N. 109/2019/SED – 07/02/2019.

Ipsis Litteris da Resolução N. 183/CEE – 19/11/2013

Resolução N. 183/CEE – 19/11/2013 e Portaria N. 189/SED – 09/02/2017,
considerar-se-ão para a avaliação os valores numéricos, de (1,0) um a (10,0) dez.

RESOLUÇÃO Nº 183, de 19 de novembro de 2013.

Estabelece diretrizes operacionais para a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio, integrantes do Sistema Estadual de Educação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e na Lei Complementar Estadual nº 170, de 07 de agosto de 1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, e tendo em vista o deliberado na Sessão Plenária do dia 19 de novembro de 2013, por meio do Parecer nº 295, **RESOLVE:**

CAPÍTULO I

Da Avaliação

Art. 1º A avaliação do processo ensino aprendizagem, de responsabilidade do estabelecimento de ensino, seguirá as diretrizes estabelecidas na presente Resolução.

Art. 2º A avaliação do processo ensino aprendizagem considerará, no seu exercício, os seguintes princípios:

I - Aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem.

II - Aferição do desempenho do aluno quanto à apropriação de conhecimentos em cada área de estudos e o desenvolvimento de competências.

Art. 3º A avaliação do rendimento do aluno será contínua e cumulativa, mediante verificação de aprendizagem de conhecimentos e do desenvolvimento de competências em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação paralela.

Parágrafo único. O caráter cumulativo não se aplica à avaliação por competências na Educação Profissional.

Art. 4º A avaliação do rendimento do aluno será atribuída pelo professor da série/ano, da disciplina ou componente curricular, apreciada pelo Conselho de Classe.

Parágrafo único. Na Educação Profissional, se previsto no Projeto Político Pedagógico da escola, a avaliação de que trata o caput deste artigo poderá ser atribuída pelo orientador de curso ou Conselho de Classe.

Art. 5º A verificação do rendimento escolar basear-se-á em avaliação contínua e cumulativa, a ser expressa em notas, conceito descritivo ou outra espécie de menção constante no Projeto Político Pedagógico, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o ano letivo preponderarão sobre os de exames finais, caso estes sejam previstos no Projeto Político Pedagógico.

§ 1º É facultado ao estabelecimento de ensino proceder o registro em mais de uma das modalidades previstas no caput deste artigo.

§ 2º O Projeto Político-Pedagógico atenderá às diretrizes emanadas desta Resolução, no tocante a critérios de avaliação e percentual mínimo para aprovação ou obtenção do conceito de competência desenvolvida;

§ 3º Quando a avaliação for expressa em conceito, o Projeto Político Pedagógico deverá estabelecer a equivalência em notas, para conversão em caso de transferência de séries/anos em curso para unidades de ensino que adotam a nota.

§ 4º Na apreciação dos aspectos qualitativos deverão ser considerados a compreensão e o discernimento dos fatos e a percepção de suas relações; a aplicabilidade dos conhecimentos; as atitudes e os valores, a capacidade de análise e de síntese, além de outras competências comportamentais e intelectivas, e habilidades para atividades práticas.

Art. 6º O Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino deverá explicitar a forma do atendimento ao disposto no artigo 5º, estabelecendo as expectativas de aprendizagem que devem ser alcançadas em cada ano do itinerário formativo dos alunos, bem como especificar instrumentos e critérios para a avaliação e a frequência de sua aplicação, para o alcance dos resultados parciais e finais.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, quando verificado o rendimento insuficiente, nos termos do estabelecido no caput do art.

6º, durante os bimestres ou trimestres, antes do registro das notas ou conceitos bimestrais ou trimestrais.

§ 2º Para atribuição de nota ou conceito resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela de estudos, previsto no parágrafo anterior, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

§ 3º As atividades referentes ao cumprimento do § 2º e do § 4º deste artigo deverão ser planejadas pelos professores, juntamente com a coordenação pedagógica (ou equivalente) da escola.

§ 4º O Projeto Político Pedagógico deverá prever adequações curriculares e adoção de estratégias, recursos e procedimentos diferenciados, quando necessário, para a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, em atendimento à Resolução específica deste Conselho.

§ 5º O professor deverá registrar no Diário de Classe, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos, e seus resultados, bem como, a frequência dos alunos. Art. 7º Ter-se-ão como aprovados, quanto à assiduidade, os alunos de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das horas de efetivo trabalho escolar.

Art. 8º Cabe a cada estabelecimento de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série/ano, diplomas e certificados de conclusão de curso, em atendimento à Resolução específica deste Conselho.

Art. 9º Na Educação Infantil, a avaliação não tem caráter de promoção, inclusive para o ingresso na 1ª série/ano do Ensino Fundamental, e visa diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

CAPÍTULO II

Da Aceleração de Estudos

Art. 10 A aceleração de estudos poderá ser realizada sempre que se constatar defasagem na relação idade-série/ano do aluno.

Art. 11 A aceleração de estudos será oferecida observando as seguintes determinações:

I - ser organizada pelo estabelecimento de ensino, sob responsabilidade do Diretor;

- II - ser oferecida, preferencialmente, em horário oposto ao período regular de aula;
- III - ter suas atividades pedagógicas desenvolvidas em ambiente com recursos didáticos e material adequado à especificidade;
- IV - ter suas atividades pedagógicas planejadas e operacionalizadas por profissionais com capacitação docente convergente com a finalidade.

§ 1º A avaliação da aprendizagem dos alunos que frequentam classes de aceleração de estudos é de responsabilidade dos docentes nelas atuantes, apreciada pelo Conselho de Classe. § 2º O estabelecimento de ensino deverá guardar, em seus arquivos, as atas específicas em que foram apreciados, pelo Conselho de Classe, os resultados da avaliação dos alunos de que trata este artigo.

CAPÍTULO III

Do Avanço nos Cursos ou Séries/Anos

Art. 12 O avanço nos cursos ou séries/anos, por classificação, poderá ocorrer sempre que se constatarem altas habilidades ou atendimento pessoal das expectativas de aprendizagem referidas no caput do art. 6º, correspondentes a todas as disciplinas ou áreas de estudo oferecidas no ano ou curso em que o aluno estiver matriculado.

Art. 13 A proposição do avanço nos cursos ou séries/anos caberá ao estabelecimento de ensino, devendo ser ouvidos o aluno, os pais ou responsáveis.

Art. 14 A avaliação do aluno de que trata o art. 12 deverá ser planejada, elaborada e operacionalizada por banca constituída por membros do corpo docente, 5 designados pela direção do estabelecimento de ensino, e ter o resultado apreciado pelo Conselho de Classe. Parágrafo único. O estabelecimento de ensino deverá guardar, em seus arquivos, as atas específicas em que foi registrada, pela banca, a avaliação prevista no caput deste artigo e em que foram apreciados, pelo Conselho de Classe, os resultados da citada avaliação.

CAPÍTULO IV

Da Classificação e Reclassificação

Art. 15 Entende-se por classificação/ reclassificação, o posicionamento/reposicionamento do aluno que permita sua matrícula no ano adequado, considerando a relação idade-ano de seu itinerário formativo.

§ 1o Para qualquer ano do itinerário formativo, além dos critérios de promoção e transferência, poderá ser efetuada a classificação ou reclassificação do aluno, independente de escolarização anterior, tomando por base sua experiência e grau de desenvolvimento pessoal. § 2o A reclassificação tomará como base as normas curriculares gerais, cuja sequência deve ser preservada, e se constatar apropriação de conhecimento por parte do aluno, coerente com o estabelecido no caput do art. 6º, a escola deverá proceder de conformidade com a normatização estabelecida neste Capítulo.

§ 3o Não poderá ser reclassificado o aluno em dependência de disciplina(s) ou o que estiver reprovado no ano cursado ou na dependência realizada.

§ 4o A eliminação de disciplina(s) isolada(s) é unicamente admitida pela prestação de Exames Supletivos, prerrogativa exclusiva de instituições especialmente credenciadas e autorizadas para este fim pelo órgão competente, não se aplicando aos cursos de ensino regular e cursos de Educação de Jovens e Adultos nas modalidades presencial e a distância.

CAPÍTULO V

Do Conselho de Classe

Art.16 O Conselho de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura dos estabelecimentos de ensino e tem sob sua responsabilidade:

I - a avaliação do processo ensino aprendizagem desenvolvido pelo estabelecimento de ensino e a proposição de ações para a sua melhoria;

II - a avaliação da prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;

III - a avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;

IV - a definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;

V - apreciar, em caráter deliberativo, os resultados das avaliações dos alunos apresentados individualmente pelos professores;

VI - decidir pela promoção ou retenção dos alunos.

Art. 17 O Conselho de Classe será composto:

I - pelos professores da turma;

II - pela direção do estabelecimento de ensino ou seu representante;

III - pela equipe pedagógica;

IV - por alunos;

V - por pais ou responsáveis, quando for o caso.

Parágrafo único. O funcionamento e a composição da representação prevista nos incisos IV e V do Conselho de Classe será previsto no Projeto Político Pedagógico.

Art. 18 O Conselho de Classe será realizado, ordinariamente, por turma, bimestralmente ou trimestralmente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do rendimento dos alunos no processo de apropriação de conhecimento e desenvolvimento de competências.

Art. 19 O Conselho de Classe poderá reunir-se extraordinariamente, convocado pela direção do estabelecimento de ensino, por 1/3 (um terço) dos professores ou dos pais, quando for o caso, ou dos alunos da turma.

Art. 20 Das reuniões do Conselho de Classe deverá ser lavrada ata, em livro próprio, com assinatura de todos os presentes.

CAPÍTULO VI

Da Revisão de Resultados e dos Recursos e sua Tramitação

Art. 21 Da decisão do Conselho de Classe referente aos resultados da avaliação anual final, se observada a não obediência ao disposto nesta Resolução, no Projeto Político Pedagógico da escola ou demais normas legais cabe:

I - pedido de revisão do resultado junto ao próprio estabelecimento de ensino;

II - recurso à GERED – Gerência Regional de Educação;

III - recurso, em grau superior, à Secretaria de Estado da Educação.

Art. 22 Da decisão da Secretaria de Estado da Educação, citada no art. 21, inciso III, caberá pedido de reconsideração ao Conselho Estadual de Educação.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração de que trata o caput deste artigo será admitido somente em caso de permanência de ilegalidade no processo.

Art. 23 Para instrução do recurso de que trata o inciso II do art. 21, desta Resolução, deverá ser impetrado pelo aluno, quando maior de idade ou por seu responsável legal, mediante requerimento acompanhado de:

I - registro de notas ou conceitos em boletim ou documento equivalente e;

II - resultado do pedido de revisão junto ao estabelecimento de ensino.

Parágrafo único – A GERED, para fundamentação, análise e emissão de parecer, poderá requerer, junto ao estabelecimento de ensino, cópia dos seguintes documentos:

I - diário de classe, com registro da realização dos estudos de recuperação e seus resultados;

II - avaliação descritiva do professor sobre o processo ensino-aprendizagem do aluno durante o ano letivo em questão, quando adotada pelo estabelecimento de ensino;

III - plano de ensino do professor da disciplina ou componente curricular em questão;

IV - instrumentos avaliativos;

V - atas das reuniões do Conselho de Classe;

VI - critérios de avaliação constantes do Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 24 O pedido de revisão, bem como dos recursos, de que trata o art. 21 deverá obedecer aos seguintes prazos:

I - pedido de revisão, 02 (dois) dias úteis após a divulgação dos resultados pelo estabelecimento de ensino;

II – o estabelecimento de ensino terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para julgar o pedido de revisão;

III - decorrido o prazo previsto no inciso anterior, o requerente terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para impetrar recurso junto à GERED;

IV - a GERED terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para julgar o recurso, após recebimento da documentação prevista no parágrafo único do art. 23, se houver solicitado;

V - o recurso em grau superior, à Secretaria de Estado da Educação, deverá ser impetrado em até 10 (dez) dias úteis, após divulgação oficial do parecer da GERED;

VI - a Secretaria de Estado da Educação terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para julgar o recurso.

Art. 25 De posse do resultado do julgamento do pedido de revisão de que trata o art. 21, bem como do resultado dos recursos de que tratam os incisos II e III do mesmo artigo, o interessado terá prazo de 10 (dez) dias úteis para interpor pedido de reconsideração ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.

Art. 26 O recurso de que trata o inciso II do art. 21 e o pedido de reconsideração de que trata o art. 22, poderão ser protocolados na GERED ou enviados pelo correio.

Art. 27 O recurso será acolhido em instância superior unicamente na hipótese de haver sido rejeitado na imediatamente anterior, na ordem estabelecida nos artigos 21 a 25.

Art. 28 Em todas as fases recursais é garantido ao recorrente amplo direito ao contraditório.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 29 Os estabelecimentos de ensino de Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio, 9 integrantes do Sistema Estadual de Educação, deverão adaptar seu Regimento e Projeto Político Pedagógico a esta Resolução, no que couber, com vigência a partir do ano letivo seguinte a sua promulgação. Parágrafo único. A presente Resolução aplica-se à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no que couber, considerando a sua especificidade de organização didático-pedagógica de conformidade com as normas vigentes.

Art. 30 Fica revogada a Resolução nº 158/2008/CEE/SC, o Art. 24 da Resolução nº 061/2006/CEE/SC e o Parágrafo único do Art. 7º da Resolução nº 64/98 CEE/SC e as demais disposições contrárias.

Art. 31 O mantenedor do estabelecimento de ensino poderá baixar instruções complementares para a sua rede acerca desta Resolução.

Art. 32 Esta Resolução entra em vigor no ano seguinte à sua publicação.

Florianópolis, 19 de novembro de 2013.

Maurício Fernandes Pereira

Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

Ipsis Litteris da Portaria N/109/SED – 07.02.2019

PORTARIA N/109 de 07/02/2019 - AVALIAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições de lhe são conferidas pelo inciso III do art. 74 da Constituição do Estado de Santa Catarina, pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de Maio de 2007 e de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução CNE/CEB 04/2010, a lei 12.796, de 04 de abril de 2013, a Lei Complementar 170, de 07 de agosto de 1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação e Resolução CEE/ SC nº 183/2013 de 19 de novembro de 2013, que estabelece diretrizes para a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica, integrantes do Sistema Estadual de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º Regularizar a implantação da sistemática de avaliação e registro dos resultados do rendimento no Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina - SISGESC com vistas ao cumprimento dos artigos 5º e 6º Resolução CEE/SC 183/2013.

Art. 2º A sistemática de avaliação e os registros dos resultados do rendimento da avaliação no SISGESC serão trimestrais.

Art. 3º A unidade escolar deverá constar no seu Projeto Político Pedagógico/PPP o que prevê na Resolução CEE/SC 183/2013 e nesta Portaria, adotando processos avaliativos da aprendizagem do estudante que abranjam conceitos/conteúdos, habilidades e competências articuladamente nas diferentes áreas do conhecimento.

Art. 4º A avaliação da aprendizagem do estudante deverá ser registrada no diário de classe do professor ou documentos equivalentes, impressos ou on-line, incluídos os procedimentos de recuperação paralela.

§1º Entende-se por recuperação paralela a retomada pedagógica dos conceitos/conteúdos não apropriados pelo estudante em determinado período letivo, sendo de responsabilidade da escola e do professor da área do conhecimento ou da disciplina escolar fazer constar no planejamento (replanejamento).

§2º Os estabelecimentos, de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, quando verificado o

rendimento insuficiente, durante o período das aulas, antes do registro das notas ou conceitos trimestrais.

§3º Para atribuição de nota ou conceito, resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

§4º O professor deverá registrar no Diário de Classe e ou no sistema Professor Online, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos e seus resultados, bem como, a frequência do aluno.

Art. 5º Caberá ao Conselho de Classe a decisão final a respeito da avaliação da aprendizagem e rendimento do estudante, devendo ser registrado no SISGESC ao final de cada trimestre.

§ 1º O Conselho de Classe é composto pelos professores da turma, pela direção do estabelecimento ou seu representante, pela equipe pedagógica da escola, pelos estudantes e pelos pais ou responsáveis, quando for o caso.

§ 2º A representação do Conselho de Classe deverá ser de, no mínimo, 51% dos participantes e o resultado deverá ser registrado em ata.

Art. 6º O registro do resultado da avaliação será expresso de forma numérica, de um (1) a dez (10), com fração de 0,5.

§ 1º Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF), o registro da avaliação será descritivo, no decorrer do ano letivo, e transformado em valores numéricos quando o estudante se transferir, caso seja necessário.

§ 2º Nos primeiros, segundos e quartos anos dos Anos Iniciais do EF, será registrada apenas a frequência anual e, se o aluno atingir o estabelecido na legislação, automaticamente o Sistema registrará AP (aprovado).

§ 3º Nos terceiros e quintos anos dos Anos Iniciais do EF registrar-se-á no Sistema uma expressão numérica de um (1) a dez (10), ao final do último trimestre letivo, com parâmetro para retenção à expressão numérica inferiores a seis (6).

§ 4º O registro citado no parágrafo anterior, no terceiro ano, observará a aprendizagem ao longo do primeiro, segundo e terceiro ano; no quinto ano, observará a aprendizagem do quarto e do quinto ano.

Art.7º Ter-se-ão como aprovado, quanto ao rendimento da avaliação em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, o aluno que:

- I. Obter a média anual igual ou superior a seis (6) em todas as disciplinas;
 - II. Obter a média semestral igual ou superior a 6 (seis) em todas as disciplinas, na Educação de Jovens e Adultos e, também, no caso dos cursos técnicos subsequentes/concomitantes ofertados nos CEDUPs e EEBs;
 - III. Não será adotado exame final em nenhum ano ou série letiva na Educação Básica, na Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos;
 - IV. Para efeito de cálculo do resultado de aprovação, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e Profissional deve-se aplicar a fórmula: $\text{Soma da média dos trimestres} \div 3 \geq 6$ (seis);
 - V. Ter-se-ão como reprovado o aluno que obtiver média final inferior a 6 (seis).
- Art. 8º O processo de avaliação da aprendizagem e o registro da avaliação no SISGESC - Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina - reger-se-á por esta Portaria.
- Art. 9º Ficam revogadas as portarias 189/2017 de 09/02/2017 e 2890/2018 de 29/11/2018.
- Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NATALINO UGGIONI Secretário de Estado da Educação
Cod. Mat.: 587409

13.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

De acordo com a legislação em vigor, a avaliação é um elemento integrante e regulador de todo o processo de ensino aprendizagem.

- A avaliação visa promover o sucesso educativo de todos os alunos, fornecendo-lhes pistas para melhorarem o seu desempenho.
- A avaliação deve revestir-se de caráter positivo, sublinhando os aspectos de aprendizagem a melhorar, valorizando o que o aluno sabe e é capaz de fazer.
- A avaliação deve atender aos diferentes ritmos de desenvolvimento e progressão de cada aluno.
- A avaliação deve ser partilhada por todos os elementos da comunidade educativa: professores, alunos e encarregados de educação.
- A avaliação deve ser alvo de um processo transparente, nomeadamente através da clarificação e explicitação dos critérios adotados.

13.2. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

A avaliação incide sobre as aprendizagens e conhecimentos/capacidades definidas no currículo nacional. Sendo um processo contínuo, privilegia a diversidade de estratégias e instrumentos de avaliação (diagnóstica, formativa e contínua). Na avaliação de cada aluno ter-se-á em linha de conta dois domínios fundamentais.

13.3. APRENDIZAGENS/CONHECIMENTOS

Aquisição de conhecimentos / capacidades na abordagem de situações relacionadas com os programas das diversas disciplinas curriculares.

- Qualidade dos conhecimentos/capacidades adquiridas;
- Independência na realização das atividades;
- Situação e progressão na aprendizagem;
- Capacidade de comunicar utilizando o código ou códigos próprios das diferentes áreas do saber, bem como identifica e produz textos de diferentes gêneros com coesão e coerência;
- Capacidade de organização;
- Capacidade de reflexão crítica;
- Participa de atividades corporais estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os demais participantes.

13.4. ATITUDES/COMPORTAMENTO

- Participação nas atividades propostas.
- Relaciona-se com os colegas.
- Autonomia.
- Sentido de responsabilidade (pontualidade, assiduidade...).
- Apresenta atitudes de respeito, cordialidade e valorização do outro.
- Criatividade.
- Estética.
- Cumprimentos das normas escolares.

O domínio das Atitudes/Comportamento, assim como o domínio da língua portuguesa, a educação para a cidadania e a utilização das tecnologias de informação e comunicação são transversais, por isso deverão ser avaliados em todas as áreas curriculares disciplinares.

O rendimento escolar será avaliado pelo aproveitamento do educando, através de técnicas e instrumentos de avaliação diversos, tais como:

- Observação diária;
- Debates;
- Trabalhos de pesquisa individual ou coletiva;
- Avaliações orais e/ou escritas;
- Resoluções de exercícios;
- Relatórios;
- Responsabilidade na realização das atividades sala/casa e entregas dentro de prazos estabelecidos;
- Atividades Laboratoriais;
- Seminários, workshops;
- Palestras e Conferência com especialistas das áreas;
- Projetos Pedagógicos Interdisciplinares;
- Desenvolvimento de projetos experimentais visando identificar ou obter resultados para a solução de problemas teóricos e/ou práticos;
- Atividades elaboradas pelos professores com os conhecimentos apresentados e debatidos em sala de aula;
- Viagens de estudo;
- Trabalhos em grupos;
- Exercícios práticos onde o aluno possa demonstrar conhecimento teórico e sua aplicabilidade.
- Outras técnicas e/ou instrumentos que o professor julgar conveniente.

Os instrumentos de avaliação deverão ser variados e utilizados como meio de verificação que levem o educando ao raciocínio, registro, hábito de pesquisa, à reflexão, à iniciativa e à criatividade. Todo resultado de avaliação deverá ser mostrado aos educandos e as

respectivas correções esclarecidas pelo docente, logo após a sua realização, para que os mesmos conheçam os seus desempenhos.

19. CONSELHO DE CLASSE (Resolução N. 183/CEE – 19/11/2013)

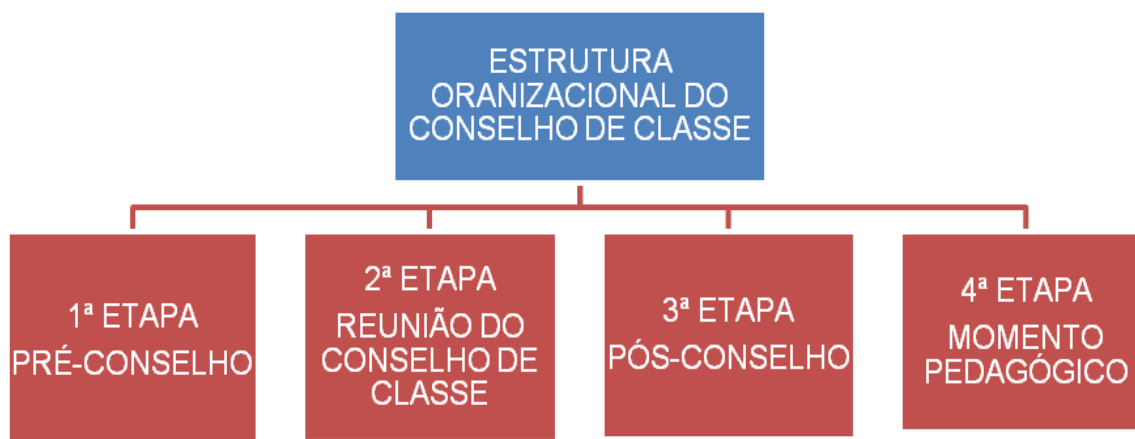
O Conselho de Classe constitui-se um espaço pedagógico na organização escolar, proporcionando a participação efetiva de todos os professores juntamente com a ATP, Direção, Assessor de Direção e os alunos, visando a reflexão e avaliação da prática pedagógica do professor bem como a aprendizagem de cada aluno. Nessa perspectiva o Conselho de Classe objetiva:

- Acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos;
- Oportunizar condições de avaliar os Planos de Trabalho Docente, bem como de analisar a prática docente;
- Reunir dados que subsidiem o redimensionamento do Plano de Trabalho Docente;
- Definir encaminhamentos referentes aos alunos.

A coordenação do Conselho de Classe em planejamento, execução, avaliação e desdobramentos estarão a cargo da assistente técnico-pedagógico, juntamente com a direção. O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em cada trimestre, em data prevista no calendário escolar, e extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir. A convocação para as reuniões será feita com antecedência de quarenta e oito horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados, ficando os faltosos passíveis de registro em livro ponto, caso não apresentarem justificativas plausíveis. As reuniões do Conselho de Classe serão lavradas em ata, para efetivação do registro, divulgação ou comunicação aos interessados. O procedimento do conselho de Classe dar-se-á da seguinte maneira:

1. Na semana que antecede o Conselho de Classe, ATP e direção farão o levantamento junto aos alunos de dados referentes a todos os aspectos relacionados à U.E., através das metas estabelecidas conjuntamente entre direção, professores, alunos e pais no início do ano letivo.
2. Após todos esses dados coletados, os mesmos serão analisados pela equipe pedagógica da U.E., relacionados e levados ao conhecimento de cada segmento da mesma.

3. O professor apresentará no conselho de classe um parecer de cada turma.
4. O Conselho de Classe avaliará as atividades docentes e discentes, possibilitando replanejamento dos objetivos e das estratégias de execução da programação, com vistas à melhoria do processo ensino e aprendizagem.
5. O Conselho de Classe proporá medidas para melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamento dos alunos na turma.
6. Assegurará a elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando se fizer necessário.
7. O registro da frequência é de responsabilidade do professor, utilizando-se do Diário de Classe On-line. O professor é responsável por acompanhar e registrar o aproveitamento de seus alunos em conformidade com o P.P.P. da escola.
8. A decisão de aprovação do aluno pelo Conselho de Classe, discordante do parecer do professor, é registrada em ata e no diário de classe On-line, preservando-se nesse documento o registro anteriormente efetuado pelo professor.
9. O Conselho de Classe acontecerá em quatro momentos:
 - Pré – Conselho: com alunos, especialista em assuntos educacionais e direção;
 - Conselho de Classe: com Professores, Alunos, Pais, Assistente técnico-pedagógico e Direção.
 - Pós – Conselho: divulgação, comunicação das decisões tomadas durante o Conselho de Classe com as turmas e avaliação do mesmo.
 - Momento pedagógico: com professores, pais e alunos com a divulgação dos resultados e parecer individual.



14.1. CRITÉRIOS PARA O CONSELHO DE CLASSE (CC)

Para o acolhimento das múltiplas juventudes, a dinâmica do Conselho de Classe necessita ressignificação. Essa dinâmica, sob a ótica da educação integral, deve figurar como um momento de assumir corresponsabilidade nos processos de ensino e aprendizagem. De um lado, permitindo ao jovem imprimir no processo avaliativo a compreensão sobre como está sendo avaliado, o que exige o compromisso ético de incluí-lo nessa ação. De outro lado, o professor, a partir dessa nova atribuição, precisa levar em consideração os contextos e especificidades do estudante, permitindo uma prática avaliativa não focada apenas no desempenho, mas na efetividade das práticas executadas por ele, diante da multiplicidade de conteúdos e conceitos a ele apresentados. O Conselho de Classe deve estar voltado, estritamente, para uma prática avaliativa integral, tratando-se não mais de um avaliar o aluno, mas de avaliar com ele.

A atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina ocorre em face dos desafios contemporâneos que permeiam o campo educacional, ao mesmo tempo em que se reconhecem a pertinência e a atualidade das suas bases teórico-metodológicas. Nesse sentido, é importante ressaltar a abordagem histórico-cultural, como uma alternativa de compreensão e consequente transformação dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Diante disso, de acordo com a Proposta Curricular de Santa Catarina e orientações da Secretaria de Educação (SED), o professor deve privilegiar uma abordagem investigativa, pautadas em problematizações de situações concretas e contextualizadas, com vistas a desenvolver atividades significativas que oportunizem aprendizagem ao estudante. Nesse sentido cabe destacar a importância do planejamento decorrente de um processo sistemático e reflexivo, incluindo neste percurso a avaliação.

Levando em consideração que a avaliação é um processo contínuo, formativo e também inclusivo, deve se levar em conta três etapas inter-relacionadas - diagnóstico, intervenção e replanejamento. Por isso é de extrema importância que o professor tenha clareza quanto aos indicadores, que lhe permitem analisar se os objetivos e as metas foram alcançados. Caso contrário é uma oportunidade de (re) elaborar estratégias para gerar novas oportunidades de aprendizado.

Compreendendo a amplitude do ensino aprendizagem e suas metodologias, o campo educacional se depara com novos horizontes, num movimento que precisa considerar os

objetivos propostos e alcançados a partir da elaboração de finalidades, metas e estratégias observando as que ainda não foram alcançadas, e se necessário, atribuir nota, numa decisão coletiva e interdisciplinar, no conselho de classe, observando a singularidade de cada sujeito/estudante no processo de emancipação e autonomia, de acordo com os seguintes critérios:

- Dedicação, empenho e participação efetiva durante as aulas;
- Demonstrar compreensão na oralidade, mesmo que apresente déficit na escrita;
- Pontualidade na entrega de trabalhos e resolução de atividades;
- Persistência para superar as dificuldades de aprendizagem;
- Ser cooperativo no desenvolvimento das aulas com o professor e colegas de turma;
- Demonstrar processo de emancipação;
- Desenvolvimento da autonomia no processo ensino-aprendizagem.

20. CLASSIFICAÇÃO (resolução N. 183/CEE – 19/11/2013)

A classificação está prevista no inciso II do Art. 24 e se realiza "em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do Ensino Fundamental...", ocorrendo:

- a) por promoção, para alunos da própria escola, com aproveitamento da série ou etapa anterior, e isso decorre automaticamente das normas previstas no Regimento Escolar;
- b) por transferência, para candidatos de outras escolas;
- c) mediante avaliação feita pela escola, independentemente de escolarização anterior.

A classificação do aluno não vinculado a estabelecimento de ensino, poderá ser realizada em qualquer época do ano, sendo que o controle da frequência far-se-á a partir da data efetiva da matrícula. A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes medidas administrativas para resguardar os direitos dos alunos, da escola e dos profissionais da educação:

- a) proceder a avaliação diagnóstica do aluno documentada pelo Professor e/ou pela Equipe Pedagógica;
- b) comunicar o aluno ou seu responsável legal quando menor, a respeito do processo a ser iniciado, para obter deste o respectivo consentimento;
- c) elaborar os instrumentos de avaliação a serem aplicados, para iniciar o processo de classificação;

d) Nas avaliações, o aluno submetido a classificação deve:

- Atingir os objetivos mínimos da série a que está sendo reclassificado;
- Ter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

e) organizar Comissão formada por Docentes, Equipe Pedagógica e Direção da Escola, para efetivar o processo;

f) de tudo lavrar e arquivar na Pasta Individual do aluno: atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;

g) registrar os resultados no Relatório Final e no Histórico Escolar do aluno.

21. RECLASSIFICAÇÃO (resolução N. 183/CEE – 19/11/2013)

Reclassificação é o mecanismo que consiste em rever e alterar a classificação do aluno, matriculando-o em série/ano mais avançada em relação à anteriormente cursada, observada a correspondência idade/série, contida na Lei de Diretrizes e Base 9.394/96. A reclassificação deverá ocorrer preferencialmente no decorrer do 1º bimestre letivo. O tema reclassificação encontra-se no § 1º do artigo 23 da LDB. § 1º. A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no país e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais. Sendo assim, reclassificação é o processo pelo qual a Escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à série, ano ou fase de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar, observando o que segue:

a) proceder avaliação diagnóstica do aluno, documentada pelo Professor e/ou Equipe Pedagógica;

b) comunicar ao aluno ou responsável legal quando menor, a respeito do processo a ser iniciado, para obter deste o respectivo consentimento;

d) elaborar os instrumentos de avaliação a serem aplicados, para dar início ao processo de reclassificação;

e) organizar Comissão formada por Docentes, Equipe Pedagógica e Direção da Escola para efetivar o processo;

f) Nas avaliações, o aluno submetido a reclassificação deve:

- Atingir os objetivos mínimos da série a que está sendo reclassificado;

- Ter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).
- g) de tudo lavrar e arquivar na Pasta Individual do aluno: atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;
- h) registrar os resultados no Relatório Final e no Histórico Escolar do aluno.

22. ADAPTAÇÃO DE ESTUDOS

O aluno que vier transferido de outro estabelecimento de ensino, com grade curricular diferente do previsto pela Escola de Educação Básica “Carlos Fries”, fará à adaptação de estudos nas disciplinas que não tenha cursado em série anterior ou equivalente. A adaptação de estudos é restrita aos conteúdos programáticos e não à frequência da carga horária prevista. Tem por finalidade atingir os conteúdos necessários para prosseguimento do currículo estabelecido pela U.E. Os estudos de adaptação serão desenvolvidos sem prejuízo das atividades normais da série em que o aluno se matricular e concluída antes do resultado final da avaliação do rendimento escolar. A adaptação de estudos, seu conteúdo e período de realização, far-se-á mediante a execução de trabalhos orientados pelo professor, com acompanhamento dos especialistas em assuntos educacionais e direção da U.E., devendo ser registradas em ata, para posterior registro no histórico escolar. No ato da matrícula, o aluno que fará adaptação, ou seu responsável legal, deverá assinar termo de compromisso, acusando ciência da necessidade da adaptação.

23. ALUNA GESTANTE

A aluna gestante tem seus direitos garantidos nas Constituições Federal e Estadual e no Estatuto da Criança e Adolescente. No entanto, como aluna, têm direitos e deveres a cumprir, com aproveitamento e frequência exigidos pela legislação vigente e inclusos no PPP da Unidade Escolares. Não existe tratamento diferenciado à aluna gestante quanto à frequência mínima de 75% exigida para aprovação. O Atestado médico assegura o direito ao afastamento das atividades escolares para a aluna gestante. No período de licença, atestado pelo médico, a escola deve garantir o direito de realizar exercícios domiciliares. Nos casos em que a aluna gestante, em situação especial, ultrapassar o percentual mínimo de frequência, verificar o encaminhamento dado no item reclassificação. Vale ressaltar que, assim como para os demais alunos, a aluna gestante deverá apresentar atestado médico

junto a secretaria desta Unidade Escolar com no máximo 48h (quarenta e oito horas) após a falta.

24. RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A escola proporcionará Recuperação de Estudos durante o ano letivo com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos educandos. A Recuperação de Estudos deve ser vista como um processo que objetiva atingir as aprendizagens previstas junto a alunos que apresentam um desempenho aquém das mesmas. A prática de Recuperação de Estudos para suprir as defasagens do processo ensino e aprendizagem será adotada no transcorrer do próprio trimestre. (Simultânea). Entende-se por recuperação simultânea aquela inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula e decorre da avaliação diagnóstica do desempenho do aluno, constituindo intervenções imediatas, dirigidas às dificuldades específicas, assim que estas forem constatadas. O plano de recuperação caberá ao respectivo professor, com o apoio e orientação da Assistente Técnico Pedagógico. Esgotado o processo de recuperação, o professor atribuirá uma média final baseada nas verificações de aprendizagem ocorridas durante o mesmo, que poderá substituir à nota inicialmente atribuída e que gerou o processo de recuperação, devendo a mesma ser registrada conforme procedimentos determinados para as demais notas. No caso de o aluno faltar à aula em que está sendo aplicada a recuperação, ele deverá apresentar Atestado Médico, em até 24 horas.

25. FREQUÊNCIA

A frequência escolar encontra-se consignada no inciso VI do art. 24 da LDB e na Lei Complementar nº 170/98, em seu art. 26, VIII, que exige a frequência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação.

O controle da frequência é de responsabilidade do professor e contabiliza a presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar de pelo menos 75% do total da carga horária prevista. É exigido um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, considerando o total de horas letivas para aprovação. O aluno tem o direito de faltar até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do referido total. Se ultrapassar este limite estará reprovado no período letivo correspondente. A frequência

é apurada sobre o total da carga horária do período letivo e não sobre a carga específica de cada componente curricular.

26. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Gestão Escolar Democrática tem como princípio conduzir o exercício da cidadania, através da participação e tomada de decisões coletivas no cotidiano escolar, oportunizando a atuação efetiva do Conselho Deliberativo Escolar, da Associação de Pais e Professores (APP) e do Grêmio Estudantil nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas. Este processo de participação se dá a partir:

- I - do Conselho de Classe Participativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar;
- II - da integração entre escola-comunidade-sociedade;
- III - das práticas de co-liderança, compartilhando responsabilidades e espaços de ação entre os participantes da equipe gestora. É um processo a ser desenvolvido paulatinamente no cotidiano escolar, estabelecendo a comunicação com a comunidade escolar e local, com vistas à participação consciente, reflexiva e crítica da comunidade escolar na tomada de decisões, sob orientação de um planejamento (plano de ação), evidenciando o alcance político, pedagógico e social da gestão democrática. A construção da participação passa pela divulgação das principais atividades da escola, bem como seus indicadores de qualidade, em espaços acessíveis à comunidade, com a pactuação das ações do Projeto Político Pedagógico (PPP), assegurando o seu cumprimento. Compreendendo que a escola faz parte de um sistema de ensino e que este orienta as normas legais que devem ser consideradas no contexto da construção coletiva da gestão democrática.

A Escola de Educação Básica “Carlos Fries”, no que tange à gestão, reafirma seu compromisso com a ética, assentando seu processo educativo nos princípios do respeito ao outro e apreço à liberdade. Ser ético, é ser capaz de exercer a gestão de forma democrática, como princípio que abrange as dimensões pedagógica, administrativa, física e financeira. A gestão democrática aqui proposta implica no poder compartilhado e na participação efetiva do coletivo como compromisso que supera o individualismo e tem, na partilha, seu referencial maior. É dessa forma que, na EEB “Carlos Fries”, ética e

democracia andam juntas. A gestão tem sido foco de longas e profundas discussões no campo educacional, superando seu aspecto meramente administrativo, outrora reinante, para, em seu lugar, dar ênfase às questões e convívio humano e organização coletiva como forma de valorizar a vida, reconhecendo o valor, a energia e as potencialidades de todos os envolvidos. Tal perspectiva denota o cunho participativo necessário a uma gestão atual, integrada às reais necessidades e aos anseios de sua comunidade. Por isso, na Escola de Educação Básica “Carlos Fries”, a democracia caracteriza-se por uma postura aberta e de argumentação receptiva, o que significa construir formas de participação em que todos possam compartilhar as decisões à medida que, envolvidos, constroem consensos. Nesse sentido, para dar suporte e condições reais de participação a todos os atores da Escola e na mais variada amplitude, a instituição conta com órgãos e colegiados que, em sua forma e dinâmica, contribuem para consolidar a gestão democrática na Escola. São eles: Associação de Pais e Professores (APP), Conselho Deliberativo Escolar (CDE) Grêmio Estudantil e Conselho de Classe (CC).

27. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Uma instituição não tem identidade, muito menos história. São as pessoas que lhe dão forma e rosto. Na EEB “Carlos Fries”, os colaboradores, sejam professores ou funcionários, são considerados sujeitos históricos e sociais, que imprimem, no seu fazer diário, a dinamicidade necessária para a materialização de seus projetos.

A EEB “Carlos Fries” está comprometida com a promoção do desenvolvimento humano para atender as necessidades da sociedade, com vistas a inserção contextualizada de todos que integram a comunidade escolar de forma autônoma e participativa, considerando os aspectos pedagógicos, culturais, científico, éticos e políticos do seu papel educativo. Para tanto, é necessário planejar para ressignificar, com a participação de todos, compartilhando os processos de gerenciamento dos espaços escolares, ligando as ações de todos os envolvidos no processo, orientando e subsidiando as equipes escolares, nas suas diversas funções. Para isso a gestão escolar tem como compromisso, assegurar a distribuição das aulas para professores efetivos, observando a legislação em vigor e as orientações da SED; construir os horários de professores e funcionários a partir de critérios definidos coletivamente que favoreçam o funcionamento da escola; assegurando a transparência no processo de abertura de vagas para a contratação de Professores

Admitidos em Caráter Temporário (ACT); possibilitar o registro transparente da frequência dos servidores da escola; garantir a lisura na avaliação do estágio probatório, garantindo seus registros; mediar as ocorrências indisciplinares dos servidores e procedendo de forma ética e responsável os encaminhamentos necessários, de acordo com normas legais.

28. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A valorização do professor passa pelo compromisso da sociedade, da gestão e comunidade com os educadores, sua formação inicial e continuada. As práticas pedagógicas envolvem o trabalho docente, como planejamento, projetos de ensino, produção de materiais, avaliação, recuperação continuada, que aproximam os conteúdos da vida dos estudantes, possibilitando o pleno desenvolvimento dos sujeitos. Para que todo este trabalho se concretize no espaço escolar a participação da comunidade é fundamental, principalmente nas decisões e implementações de iniciativas vinculadas a formação dos professores. O gestor tem o papel de desvelar as necessidades dos docentes que transcenda a sala de aula, viabilizando o conhecimento do Projeto Político Pedagógico, revelando os processos de ensinar, para que todos se sintam sujeitos construtivos do espaço escolar, como espaço público, da comunidade. Esta participação e compreensão promove a síntese dos saberes, criando a consciência coletiva que mostra onde querem chegar, que constrói rumos para escola, colocando o diálogo e parecerias na busca de uma formação reflexiva. Para que isso aconteça é necessário o comprometimento de todos por uma escola democrática e comprometida com os educadores, que proporcione formação continuada para professores, equipe gestora e demais servidores da escola; que divulgue informações sobre cursos, facilitando a participação dos servidores nas formações externas, promovidas e financiadas pelos órgãos regionais e/ou central; que proporcione formação continuada às instâncias colegiadas, com vistas à participação ativa no planejamento e na gestão da escola.

No Brasil, a formação de professores e profissionais que atuam na educação teve avanços muito importantes no final do século XX e início do século XXI. Em virtude dos debates e teorizações realizadas, tanto as instituições de formação quanto as próprias instituições educativas vêm se ocupando, com muito afinho, dessa tarefa. As ideias levaram os estudiosos da área a considerarem que a formação profissional deve acontecer durante toda a vida profissional. Por isso, na atualidade, entende-se que a qualificação profissional

depende tanto da formação inicial, nos cursos de graduação, como da formação contínua e da continuada. A política de formação institucional da Escola de Educação Básica “Carlos Fries” se assenta na garantia do estudo e das possibilidades de intervenção no cotidiano escolar, permitindo o aperfeiçoamento do trabalho. A aposta é em uma formação de caráter coletivo, contextualizada, atrelada às necessidades e problemáticas do dia-a-dia escolar. Em outras palavras, uma formação que se dá num contínuo por meio do compartilhamento de experiências, de debates sobre livros lidos, dos grupos de estudo, de atividades de pesquisa, da escrita de projetos, do desenvolvimento e da melhoria do currículo, do planejamento conjunto de atividades de aprendizagem, da elaboração de diários, da aplicação das tecnologias da informação e da comunicação, entre outros. A formação contínua e a continuada constituem prioridades da EEB “Carlos Fries”, coadunando com a perspectiva teórica contemporânea, com suas próprias demandas e da Rede Sinodal de Educação com o intuito de: oferecer encontros de educação continuada de qualidade; criar espaços de diálogo nas instituições; fomentar a leitura e “amarração” da parte teórica com a prática; e participar dos eventos. A Escola em parceria com SED/GERED oferece anualmente, 40 horas de formação para todos os Docentes. A escola se propõe a criar momentos onde o professor possa compartilhar suas dúvidas, anseios e sonhos na busca de mudanças. Os profissionais engajados nesta proposta acreditam no trabalho coletivo e para que o mesmo seja fortalecido é preciso que se mantenham reuniões onde serão oportunizadas discussões referentes à prática escolar e ao funcionamento geral da escola, assim como também a promoção de cursos, encontros e seminários. Para o cumprimento destas metas, serão realizadas:

- Reuniões trimestrais do coletivo da Escola (trabalho coletivo);
- Momentos de confraternização.

O professor e demais profissionais da escola serão valorizados em suas ações e em sua prática pedagógica, sendo sempre estimulados à formação continuada e à consequente progressão profissional. A valorização do profissional acontecerá a todo momento: estimulando aqueles que já desenvolvem um bom trabalho; caminhando junto com aqueles que ainda precisam avançar metodológica e pedagogicamente; procurando sempre respeitar o tempo e as potencialidades de cada um, como indivíduo construtor de seu conhecimento e de sua prática.

29. ESTAGIÁRIOS

24.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-LEGAL

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório da matriz curricular nos diferentes cursos de licenciatura. Está previsto na Lei 6.494, de 07.12.77 e regulamentado pelo Decreto de 87.497, de 18.08.82 e visa propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem. Diretrizes recentes do Conselho Nacional de Educação preveem a ampliação da carga horária destinada à relação teoria-prática, com a introdução da Prática de Ensino nos currículos dos cursos de Licenciatura.

Esse cenário também tem sido objeto de estudos e pesquisas no campo educacional. Autores como Bianchi (2001), Guarnieri (2005), Bogdan e Biklen (1994), Sacristán (1983), entre outros, defendem a investigação científica da prática de ensino, como forma de buscar subsídios relevantes para a formação docente na relação com o contexto escolar, promovendo a percepção de como se constitui o processo de aprender a ensinar.

O estágio e a prática de ensino são considerados procedimentos didático pedagógico no qual se pressupõe o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, uma vez que o aluno terá contato direto com situações reais de vida e de trabalho, desenvolvendo conhecimentos necessários ao processo teórico e metodológico implicados na prática da docência, ao longo do curso, podendo também assumir a forma de atividades de extensão, com participação em empreendimentos ou projetos sociais.

No entanto, a relação entre teoria-prática que se estabelece em alguns dos cursos de formação de professor, segundo os estudiosos anteriormente referidos, advém da concepção de cursos de licenciatura fundamentada na racionalidade técnica, que concebe a Prática de Ensino como uma atividade técnica. Nessa perspectiva, segundo Guarnieri (2005, p. 9), “a prática é vista como campo de aplicação das normas e técnicas derivadas das teorias”, o que se traduz em uma relação linear da teoria para a prática.

As Diretrizes aqui estabelecidas têm como pressuposto contribuir para a superação do paradigma da racionalidade técnica, objetivando a formação de um profissional que reflète sobre sua atividade de docente. O estágio como reflexão da práxis possibilita aos alunos que ainda não exercem a docência aprender com aqueles que já possuem experiências na atividade docente. A discussão dessas experiências e de suas possibilidades, do porquê de

darem certo ou não, configura o passo adiante à simples experiência. Além disso, a mediação dos professores orientadores e dos que estão em pleno exercício da atividade de docência, a articulação dos conhecimentos teórico-acadêmicos com os conhecimentos oriundos do universo escolar são de fundamental importância neste processo, favorecendo o compromisso com um ensino de qualidade.

Para ilustrar a importância de encontrar caminhos para delimitar o papel e os limites dos cursos de formação inicial, bem como para fazer com que a reflexão sobre a experiência docente seja um momento importante da consolidação do processo de tornar-se professor, Perrenoud apud Guarnieri (2005, p.21), atribui à reflexão sobre a prática “um poder e um papel que ultrapassam seus limites reais e não deposita na experiência profissional em si e por si mesma a responsabilidade em fornecer ao professor iniciante todos os requisitos necessários à competência docente”.

Nessa dinâmica, tanto as instituições formadoras como as unidades de ensino – campos de estágio - encontram-se profundamente comprometidas com a qualidade da educação básica. São disponibilizadas possibilidades enriquecedoras à prática de ensino e ao estágio supervisionado e, conseqüentemente, à construção da identidade do futuro professor, que nem sempre são consideradas nesse processo. Com uma postura de investigação, de pesquisa e de reflexão crítica e sistemática sobre o pensar e o fazer das ações pedagógicas que se desenvolvem nas escolas de educação básica, considera-se o que acontece no contexto escolar para planejar, agir e replanejar todo processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido no período de estágio. Assumindo essa postura no processo de formação, prepara-se o futuro professor para refletir sobre a própria prática quando do exercício na atividade docente, como profissional do ensino em escolas de Educação Básica.

24.2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

O Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino na formação de professores estão pautados na legislação vigente, conforme segue:

- Lei nº 6.494, de 7 dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto Lei nº87.497 de 18 de agosto de 1982, e alterada pela Lei nº8.859, de 23 de março de 1994;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB);

- Parecer CNE/CES nº 503/98, aprovado em 3 de agosto de 1998;
- Parecer CNE/CP nº 09/2001;
- Parecer CNE/CP nº 27/2001, que dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 09/2001;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002;
- Parecer CNE/CES nº 197, de 7 de julho de 2004;
- Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005, que modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

Assim, referenciados na legislação vigente, no diagnóstico recentemente realizado e nas indicações e reflexões que os autores fazem acerca da temática, as Diretrizes para a realização de Estágio Supervisionado e de Prática de Ensino de cursos de licenciatura nas escolas de educação básica da rede pública estadual têm o intuito de subsidiar os encaminhamentos e definições acerca das ações que permeiam esse processo que, em uma instância mais ampliada, tem a finalidade também de garantir a qualidade da Educação Básica ofertada na rede pública estadual. Para tanto, a relação interinstitucional (implícita nesse processo) dar-se-á através da assinatura de Convênios entre a SED, como Concedente, a SDR, como Interveniente e a IES, como Conveniente, cuja proposta de minuta consta em anexo.

24.3. DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE PRÁTICA DE ENSINO E DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino, em escolas da rede pública estadual, há a necessidade de firmar convênio (conforme dito anteriormente), no qual serão acordadas todas as condições para sua realização. Uma vez que o Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino proporcionam a interação do estudante com as ações pedagógicas da escola, faz-se necessária a garantia de determinadas condições para sua realização.

Em primeiro lugar, é necessário que a escola manifeste ao Órgão Regional de Educação (por escrito) o seu interesse ou intenção de ser campo de estágio supervisionado e de

Prática de Ensino. Para tanto, a IES (via coordenação de estágio), em conjunto com a escola campo de estágio, precisam organizar reuniões de estudo e encontros para planejamento das ações pedagógicas, que serão desenvolvidas nas diferentes etapas do estágio e da prática de ensino. As ações a serem implementadas devem considerar, de um lado, as reais dificuldades, necessidades ou problemas existentes em cada escola, indicar possíveis contribuições para seu enfrentamento, e estar fundamentadas no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola e na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina.

De outro lado, o registro das condições que serão viabilizadas pela IES, no que se refere ao processo de acompanhamento sistemático e presencial dos acadêmicos em processo de estágio e prática de ensino, para que estes tenham a possibilidade de demonstrar suas potencialidades, considerando as experiências vividas como um momento de contribuição privilegiado, em que se concentra o esforço de garantir a conexão entre teoria e prática, preparando com maior propriedade sua atuação na profissão.

Em segundo lugar, faz-se necessário garantir o acompanhamento sistemático e presencial de um professor titular vinculado à coordenação de estágio da IES. Registre-se aqui a necessidade de este representante ter uma participação atuante e de ser apoiado pela equipe gestora e pedagógica da escola.

Às IES que ofertam formação de professores na modalidade a distância (onde a sede da instituição não coincide com o local da realização do estágio), faz-se necessário que a mesma constitua um representante oficial e devidamente credenciado no Órgão Regional de Educação para cumprir com a responsabilidade de acompanhamento do acadêmico estagiário. Registre-se que este responsável pelo acompanhamento do estágio e da prática de ensino deve, necessariamente, ter a formação exigida pela legislação vigente para orientar estágios em cursos de formação dos professores.

Dessa forma, as IES, que têm diferentes campos de intervenção, contribuirão para que o acadêmico se sinta seguro e obtenha uma visão realista da atuação em sala de aula, pois é de suma importância que os futuros professores se apropriem dos conhecimentos de natureza prática do cotidiano escolar.

As normas de acompanhamento e avaliação das atividades de Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino devem ser organizadas pelas instâncias envolvidas, com vistas ao desenvolvimento de uma atividade que esteja em conformidade com os currículos, programas e calendário escolar e se constituir em instrumentos de articulação e de

aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. As atividades de prática de ensino e de estágio serão desenvolvidas através de planejamento, observação, execução, acompanhamento e avaliações.

24.4. SISTEMÁTICA DE ORGANIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O estabelecimento de diretrizes para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino envolve a Diretoria de Educação Superior – DIES, a Diretoria de Educação Básica e Profissional – DIEB, as IES, o Órgão Regional de Educação e as Escolas de Educação Básica da rede estadual de ensino e implica em responsabilidades comuns e específicas a cada segmento envolvido.

As diretrizes, detalhadas na sequência, deverão ser consideradas pelas IES que oferecem a modalidade de ensino presencial, pelas IES que oferecem a modalidade de ensino a distância e pelas IES que oferecem ambas as modalidades de ensino.

24.5. RESPONSABILIDADES DA SED (ÓRGÃO CENTRAL, ÓRGÃO REGIONAL E ESCOLA)

a) Órgão central:

- Conceder campos de Estágio Supervisionado e de Prática de Ensino aos alunos das IES, em suas Unidades de Ensino, a saber: Escolas de Ensino Fundamental e Médio; Projetos ou Programas Educacionais regulares na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; Programas Especiais como Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena e Educação Especial, onde houver professores devidamente habilitados na área específica de formação do acadêmico, de acordo com as disposições constantes em convênio firmado para esta finalidade;
- Disponibilizar às CREs, banco de dados demonstrativo das IES que firmaram convênios;
- Articular, incentivar, orientar e acompanhar os Órgãos Regionais de Educação na organização e supervisão do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino;
- Conceder, semestralmente, no máximo, duas vagas para Estágio Supervisionado por turma e quatro vagas para projetos de Prática de Ensino nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual;

- Propor, a qualquer tempo a rescisão do convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer das condições.

b) Órgão regional:

- Encaminhar e acompanhar os estagiários nos projetos e programas específicos desenvolvidos nas Unidades de Ensino, com metas previamente estabelecidas e acordadas com as Unidades de Ensino e com as IES;
- Garantir, semestralmente, no máximo, duas vagas para Estágio Supervisionado por turma e o recebimento de até quatro projetos de Prática de Ensino (propostas a serem desenvolvidas que não impliquem em exercício de docência) a serem realizados nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual;
- Viabilizar a articulação entre a IES e a Unidade de Ensino para a realização do estágio supervisionado e da prática de ensino;
- Firmar, juntamente a IES e a Unidade de Ensino, o termo de compromisso do acadêmico;
- Articular, com as IES, reuniões de trabalho para organizar o processo de socialização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino;
- Articular com as IES, no final do semestre, reunião de avaliação do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino realizados na região.

c) Unidade de ensino – Campo de Estágio

- Informar à IES e ao Órgão Regional de Educação o desempenho do acadêmico;
- Receber os acadêmicos e facilitar o acesso às informações necessárias à realização e atualização do diagnóstico da realidade escolar;
- Inserir os acadêmicos nos projetos, trabalhos específicos, considerando as metas previamente estabelecidas nas Unidades de Ensino, supervisionadas pelo Órgão Regional de Educação;
- Orientar e acompanhar os acadêmicos na área de formação pretendida, garantindo professores devidamente habilitados na área de formação do acadêmico;
- Solicitar à IES a suspensão do acadêmico que por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio;

- Encaminhar o acadêmico ao professor responsável pelo estágio;
- Apresentar o acadêmico aos segmentos da Unidade de Ensino;
- Responsabilizar-se pelo acompanhamento do acadêmico pelo professor regente;
- Acompanhar e avaliar o desempenho do acadêmico;
- Garantir o cumprimento da carga horária proposta e assinar documentação pertinente.

24.6. RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

a) Instituição de Educação Superior

- Apresentar à Supervisão de Educação Superior do Órgão Regional de Educação, no início de cada semestre letivo, a relação dos acadêmicos de cada licenciatura que estarão em fase de estágio;
- Elaborar, no início do semestre, um calendário para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino, em comum acordo com o Órgão Regional de Educação;
- Apresentar ao Órgão Regional de Educação e às Unidades de Ensino o coordenador de estágio dos cursos de licenciaturas;
- Promover a integração e o aperfeiçoamento dos professores das unidades de ensino, campos de estágio, através de cursos, seminários, mostras, eventos e outras atividades;
- Encaminhar, com antecedência, os programas, planos de ensino das disciplinas e projetos de trabalho que serão desenvolvidos no estágio supervisionado e na prática de ensino à Unidade de Ensino, campo de estágio, para ciência e concordância, considerando a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino;
- Disponibilizar os relatórios finais do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino às unidades de ensino, campo de estágio;
- Organizar os acadêmicos, inserindo-os no campo de estágio, de forma que possam conhecer a realidade escolar;
- Efetuar seguro de acidentes pessoais para o acadêmico e firmar o Termo de Compromisso de Estágio como conveniente;

- Promover seminários para apresentação dos projetos desenvolvidos nas escolas, durante o período do estágio.
- Disponibilizar, para a formação continuada de professores, os resultados do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino, promovendo a integração da IES com a escola pública estadual, objetivando a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- Organizar o Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino em parceria com o Órgão Regional de Educação e a Unidade de Ensino;
- Designar um professor supervisor ou orientador responsável pela disciplina ou modalidade de estágio para acompanhar os acadêmicos na Unidade de Ensino, campo de estágio;
- Elaborar, no final do semestre, relatório síntese do estágio realizado e apresentar em reunião regional de avaliação juntamente com os Supervisores de Educação Superior e de Educação Básica e Profissional;
- Emitir certificado de formação em serviço para o professor das unidades de ensino que participar como supervisores de estágio;
- Indicar um orientador de estágio presencial, em caso de curso de licenciatura oferecido na modalidade presencial e a distância;
- Propor, a qualquer tempo, rescisão do convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer uma das condições.

b) Acadêmico:

- Assinar o termo de compromisso de estágio e respeitar suas normas;
- Apresentar o plano de estágio ao responsável na Unidade de Ensino para aprovação;
- Respeitar as normas da Unidade de Ensino, campo de estágio;
- Comparecer ao local de estágio, pontualmente, nos dias e horas estipulados;
- Desenvolver atividades com responsabilidade, participação, criatividade e análise crítica;
- Estabelecer bom nível de relacionamento interpessoal e respeitar a ética profissional;
- Apresentar à Unidade de Ensino o relatório final de estágio;

- Informar a Unidade de Ensino sobre possíveis alterações na proposta de estágio.

24.7. DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO

As responsabilidades da SED (Órgão Central, Órgão Regional, Unidades de Ensino) e das IESs, constituem-se em referências para avaliação e acompanhamento da atuação dos acadêmicos, assim como de todas as ações implicadas no processo de desenvolvimento do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino, a ser realizada pelos Supervisores de Educação Superior e de Educação Básica e Profissional, por representantes das IESs e das Unidades de Ensino.

Dentre as muitas atividades de avaliação possíveis, destaca-se:

1. Análise e parecer referentes aos relatórios apresentados pelos acadêmicos e pelas IESs ao Órgão Regional de Educação – Supervisores de Educação Superior e de Educação Básica e Profissional e destes à DIES e à DIEB das ações que se desenvolveram no âmbito da realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino;
2. Visitas aos locais onde estão sendo desenvolvidos projetos de Estágio Supervisionado e de Prática de Ensino pelos Supervisores de Educação Superior e de Educação Básica e Profissional;
3. Seminário de divulgação com a participação das IES, da SED, da SDR, do Órgão Regional de Educação e das Unidades de Ensino nas quais se desenvolveram atividades de Estágio Supervisionado e de Prática de Ensino, de lideranças locais e regionais e da comunidade em geral, particularmente do público a que se destinaram as ações.

24.8. SISTEMÁTICA DE ELABORAÇÃO DO CONVÊNIO

Segundo o Decreto nº 87.497/82 em seu artigo 5º é necessário que seja firmado entre as IES e Sistema de Ensino de direito público um instrumento jurídico onde serão acordadas todas as condições da realização do estágio. As relações estabelecidas entre as IES, SED e SDR serão definidas mediante assinatura de convênio entre as partes por um período de quatro (4) anos.

Cabe a IES manifestar o interesse de firmar convênio (conforme minuta em anexo) ao Órgão Regional de Educação, acompanhado da documentação prevista nessas diretrizes. A partir da apresentação da proposta ao Órgão Regional de Educação, este dará encaminhamento aos procedimentos de operacionalização do objeto do convênio.

As IES já conveniadas têm prazo de 06 (seis) meses para se adequar às **“Diretrizes para a Realização de Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado de Cursos de Licenciatura nas Escolas de Educação Básica da Rede Pública Estadual”** a contar da data da publicação da portaria que a instituiu.

30. PATRIMÔNIO ESCOLAR

O Gestor da escola tem como uma de suas funções o gerenciamento do patrimônio escolar, tarefa que requer a tomada de decisões e a adoção de providências bem fundamentadas e adequadas ao desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da escola. A gestão dos recursos materiais da escola requer conhecimentos, competências e habilidades que garantam a sua eficiência, cuidando para que os meios estejam realmente a serviço das necessidades pedagógicas do trabalho escolar. Cuidar do patrimônio, planejar o uso dos espaços e dos recursos, providenciar reparos ou reposição de bens materiais, solicitar novos equipamentos e mobiliários, adquirir bens, contratar serviços e gerir a utilização do material de consumo são atividades que ocupam boa parte do tempo do profissional dedicado à gestão escolar, o que requer conhecimentos sobre os procedimentos legais e técnicos. Um dos grandes problemas nos dias atuais encontrados pelos diretores são com relação à integridade do patrimônio, como pichações, depredações e furtos. Este é um desafio pedagógico, como transformar as ações indesejadas dos estudantes ou comunidade em ações e proposições coletivas para construir consciência de preservação do bem público. Acreditamos que o caminho seja a partir de projetos interdisciplinares que utilizem o conhecimento científico como construtor de argumentos em defesa da escola e seus espaços pedagógicos.

31. AMBIENTE ESCOLAR

A democratização do processo pedagógico, a participação responsável de todos mediante um compromisso coletivo promove a confiança no ambiente escolar, fortalecendo o docente, a aprendizagem dos estudantes e a participação da comunidade. O trabalho colaborativo e cooperativo entre a comunidade escolar e seus diversos segmentos promove relacionamentos interpessoais no espaço da escola, que efetiva um compromisso coletivo com os resultados educacionais significativos. A equipe gestora tem papel fundamental nesta construção, planejando e executando coletivamente as ações do plano

de ação com ética e respeito. São muitos os fatores agindo ao mesmo tempo no espaço escolar que possibilitam o aprendizado de todos que nele transitam, eles se manifestam juntos em suas complexidades. O Projeto de escola é um instrumento agregador da participação de todos os atores da escola, num processo que busca as diferentes expectativas da vida escolar. Nesta perspectiva a gestão escolar tem papel fundamental nesta construção coletiva em que os estudantes e toda a comunidade escolar vivenciam os princípios de cooperação e solidariedade, de identidade com a escola, de comprometimento e participação, de diálogos nas relações escolares cotidianas.

32. GESTÃO FINANCEIRA

Uma gestão democrática exige profissionais com consciência crítica do trabalho a ser desenvolvido na escola, que realize um planejamento e uma ação participativa e coletiva em que a avaliação dos resultados envolva todos os responsáveis pela função maior da escola: o ensino-aprendizagem, a ampliação do acesso a todos no que se refere à tomada de decisões e a flexibilidade para gerir os recursos financeiros com toda a comunidade escolar. A gestão financeira de uma escola, quando planejada e executada em consonância com seu projeto político pedagógico, visando ao sucesso da aprendizagem dos estudantes, busca transformar essa proposta em realidade concreta, com mais possibilidades de alcançar resultados positivos, que satisfaçam toda a comunidade escolar. Deve possibilitar também o acompanhamento e a fiscalização de suas instâncias de decisões colegiadas.

33. COTIDIANO ESCOLAR

Heloísa Lück (2009, p. 137) nos ajuda a entender que “[...] a escola é formada por pessoas de múltiplos saberes e motivações, de diversas temporalidades e valores, circunscritas num mesmo espaço, [...]” que prescinde reflexão crítica e análise permanente das ações, projetos, práticas e dizeres para identificar se estes materializam ou não os princípios e as finalidades da educação pública democrática e inclusiva. Para a autora referida (2009, p. 137):

[...] a escola não é como se gostaria que fosse e sim o resultado do embate entre cidadania e anomia, entre idealizações e concretude, entre necessidades sociais e interesses individuais, entre deveres e direitos, entre demandas exteriores e

possibilidades interiores. Em suma, um embate entre aquiescências e divergências, entre conformismos e resistências.

[...] A gestão do cotidiano escolar pressupõe a atuação no sentido de fazer diminuir o espaço da contradição e da diversidade, a partir da explicação dos significados por trás das falas, ações e omissões que ocorrem na escola, e das regularidades praticadas em seu interior, revelando as possibilidades de diminuir as contradições e discrepâncias entre realidade e proposições. Portanto, representa vê-la como ela é, sem medo de enfrentar suas limitações, como condição para a realização de sua potencialidade educacional.

34. REGIME DE FUNCIONAMENTO

A E.E.B. Carlos Fries, tem sua estrutura aberta para atividades curriculares no período das 7h30min. às 22h, quando conta com sua equipe para atender aos alunos. No período matutino oferece duas turmas de 1ª Série (I e II), duas turmas de 2ª série (I e II) e 3ª série (I). No turno vespertino 1ª Série III, 2ª Série III e 3ª Série II. No turno noturno oferece 1ª Série IV, 2ª Série IV e 3ª série III. No turno matutino as aulas iniciam às 7 horas e 30 minutos, com término às 11 horas e 30 minutos; no turno vespertino as aulas iniciam às 13 horas e 30 minutos com término às 17 horas e 30 minutos; no período noturno as aulas iniciam às 18 horas e 30 minutos com término às 22 horas.

35. MATRÍCULA

A matrícula não é apenas um ato formal pelo qual o aluno ingressa na escola. A matrícula tem o sentido mais amplo de expressar a participação no projeto educativo proposto pela Instituição, portanto com as finalidades, objetivos e metas pretendidas pela Unidade Escolar.

- a) Só aos alunos devidamente matriculados na escola é permitida a participação nas atividades previstas no seu projeto educativo, como aulas, eventos e demais atividades.
- b) O plano de matrículas é elaborado, anualmente, pela SED, sendo a direção da Unidade Escolar responsável pela sua divulgação e o Assistente de Educação, responsável pela efetivação da mesma.
- c) A Unidade Escolar não se responsabiliza pela reserva de matrícula.

d) Será nula de pleno direito sem qualquer responsabilidade para o estabelecimento, a matrícula que se fizer com documentação falsa ou adulterada sendo o responsável legal passível das penas que a lei determinar.

e) Para os atuais alunos da Unidade Escolar, a renovação da matrícula será automática e dentro das normas vigentes adotadas pela SED.

f) O pedido apresentado pelo aluno e/ou responsável legal, para a matrícula ou sua renovação, constitui no aceite de todas as condições previstas no PPP, de que tomará conhecimento.

g) A matrícula se efetivará mediante o preenchimento da ficha própria fornecida pela Unidade Escolar e deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- CPF (fotocópia);
- Cédula de Identidade (fotocópia);
- Certidão de Nascimento e ou casamento (fotocópia);
- Título de Eleitor e comprovante da última votação (fotocópia para maiores de 18 anos);
- Certificado ou histórico de conclusão do Ensino Fundamental;
- Histórico Escolar de Ensino Médio para os alunos em curso.
- Comprovante de residência;
- Carteira de vacinação.

Para os alunos transferidos de outra Unidade Escolar, a efetivação da matrícula dar-se-á mediante a apresentação do atestado de frequência. Nesse ato, a escola fornecerá um atestado de vaga ao aluno, que deverá apresentar à Unidade Escolar de origem e cuja documentação de transferência deverá ser apresentada na escola em até 30 (trinta) dias. A não apresentação da documentação de transferência, no prazo determinado implicará em cancelamento da matrícula.

36. TRANSFERÊNCIA

A Unidade Escolar aceitará a transferência de alunos provenientes de outros estabelecimentos de ensino mediante apresentação de toda sua documentação para análise, cabendo a U.E. tomar medidas necessárias para regularização da vida escolar do aluno. Em qualquer época, poderá o aluno transferir-se do estabelecimento, desde que não

tenha qualquer dependência a cumprir das obrigações escolares. Mediante solicitação, a U.E. terá um prazo de até trinta dias para expedir a transferência. O mesmo prazo terá o aluno para apresentação da documentação do estabelecimento de origem. A U.E. ao receber um aluno transferido, com registro de avaliação diferente do sistema de nota, procederá a conversão para o sistema numérico obedecendo aos critérios da U.E. de origem. A transferência far-se-á pelo Núcleo comum, fixado em âmbito nacional, observados os princípios e normas vigentes. A transferência oriunda de país estrangeiro dar-se-á em conformidade com a legislação vigente. A transferência involuntária por inobservância acintosa ou reincidente, de caráter disciplinar, em se tratando de grave infração ou de reiteradas demonstrações de não adequação ao estabelecido pela proposta educativa da escola, será aplicada pela direção juntamente com o Conselho Deliberativo Escolar (CDE).

32. ARQUIVOI ESCOLAR

a) A finalidade do arquivo escolar é de garantir a memória do estabelecimento e assegurar as informações.

b) Cada aluno possuirá uma pasta individual, que formará o processo escolar, com os seguintes documentos:

- Identificação completa do aluno, através da súmula de documentos, onde serão transcritos integralmente os dados dos documentos exigidos na matrícula;
- Outros documentos necessários à identificação e à vida escolar do aluno no estabelecimento.
- Os atos escolares serão registrados em livros, fichas e instrumentos informatizados, resguardadas as características imprescindíveis, valendo de sua autenticidade pela assinatura da Direção e/ou Assistente de Educação.
- A documentação relativa ao Corpo Discente compreende:
 - Ficha de matrícula;
 - Ata do Conselho de Classe;
 - Histórico Escolar e Certificado de Conclusão;
 - Boletim Escolar;

- Registro de Frequência e aproveitamento (diário de classe – Professor On-line).

c) Os professores e pessoal técnico-administrativo terão uma pasta individual que, além dos formulários e documentos exigidos pela legislação, conterá:

- Súmula dos documentos apresentados no ato da admissão;
- Comprovantes de sua habilitação;
- Portarias;
- Transcrição funcional;
- Outros documentos necessários à identificação e à vida profissional.

d) Documentação relativa à Unidade Escolar compreende:

- Controle do ponto;
- Registro de patrimônio;
- Atas de exames ou processos especiais;
- Atas de resultados do Conselho de Classe;
- Assentamentos individuais de professores e funcionários;
- Avisos e convocações.

e) Conforme Resolução nº 032/2010/CEE/SC poderão ser incinerados os seguintes documentos; diários de classe, provas especiais ou relativas à adaptação ou recuperação, atestados médicos e ofícios. A incineração de documentos será procedida de conformidade com as normas dos órgãos competentes e com sua autorização lavrando-se a ata no livro próprio.

f) A Direção e Assistente de Educação caberá a responsabilidade por toda a escrituração e expedição de documentos escolares, bem como, dar-lhes autenticidade pela aposição de suas assinaturas.

g) Ao pessoal administrativo fica a responsabilidade pela guarda e inviolabilidade dos arquivos, documentos, escrituração e registros, dentro da respectiva área de competência.

h) A E.E.B. Carlos Fries conta com um arquivo online, através do Sistema SIGESC.

i) Professor Online (Diário de Classe – Avaliação/Frequência)

Nosso estabelecimento de ensino preza pela lisura e fidedignidade da documentação do educando. Para isso, os educadores utilizam as orientações do DIÁRIO DE CLASSE PROFESSOR ONLINE.

j) Estudante On-Line: A criação deste Sistema tem o propósito de possibilitar a integração entre escola e as famílias dos alunos, possibilitando o acesso às informações e acompanhamento do processo educativo de forma digital, podendo acessar as informações de qualquer ferramenta tecnológica (computador, smartphone).

33. NORMAS PARA A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- Uniforme exigido: short/bermuda ou calça de moletom, helanca ou tãtel, camiseta e tênis com meia;
- Não será permitido o uso de calça jeans, calça com zíper, top, mini blusa, sapatos, sandálias ou chinelos;
- Manter as unhas curtas, como também não sendo permitido durante as aulas de Educação Física: chicletes, anéis, pulseiras, brincos grandes, colares, relógios, smartphones ou quaisquer outros objetos que ponham em risco a integridade física dos alunos.
- O professor registrará no diário de classe os alunos que comparecerem às aulas sem a vestimenta exigida;
- Os alunos só poderão entrar na quadra, acompanhados pelo professor;
- O aluno que causar qualquer problema de indisciplina será encaminhado à Direção;
- O aluno que, durante o ano, apresentar problemas de saúde que o dispense da aula prática de educação física terá que trazer, assim que passar pelo médico, o seu atestado, contendo nome legível, carimbo e assinatura do médico, data e período da dispensa;
- O aluno que tiver dispensa deverá assistir normalmente às aulas de educação física, pois será dispensado somente da prática, não da aula, devendo apresentar atividades teóricas solicitadas pelo professor;
- O aluno que danificar ou perder material, por indisciplina, terá que fazer a reposição do mesmo.

34. PRIMEIROS SOCORROS

O ambiente escolar é o local onde passamos boa parte da vida e o ser humano por mais cauteloso que seja poderá ser surpreendido por situações de urgência ou emergência que

envolva a sua integridade física. Esta é a realidade das pessoas que convivem nas escolas e que poderão passar por situações em que podem acontecer hemorragias, fraturas, luxações, entorses, queimaduras entre outros acidentes e o socorro deve ser imediato. Além disso, o aumento no número de crianças com necessidades especiais de saúde e condições médicas crônicas como, por exemplo, asma e diabetes, que frequentam as escolas, contribuíram para aumentar os riscos de emergências médicas no ambiente escolar.

A maior parte das Escolas não possui profissional de saúde em seu quadro de colaboradores para que este atenda estas situações de emergência, por este motivo é importante que a Gestão Escolar tenha uma parceria com o Corpo de Bombeiros e a Secretaria de Saúde para garantir a segurança do aluno e comunidade escolar.

Assim, quando acidentes acontecem os primeiros atendimentos são feitos na escola e dependendo da gravidade da lesão, o Corpo de Bombeiros é acionado ou a direção encaminha até o Posto de Saúde para o devido socorro.

36. CALENDÁRIO ESCOLAR

O calendário está organizado cumprindo no mínimo 200 dias letivos, sendo 800 horas aula. Além dos dias letivos são realizadas as formações pedagógicas, as datas comemorativas, feriados, reunião de pais, reunião de órgãos colegiados, momentos de capacitações para todos os funcionários e as datas cívicas são desenvolvidas de acordo com o previsto no calendário escolar.

37. ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

Segundo a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), no artigo 206, inciso I, e reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN n.º 9.394/96, Artigo 3º, inciso I, “o ensino será ministrado com base no seguinte princípio: I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola”. Um dos principais desafios das escolas na atualidade é a permanência dos estudantes e que os mesmos consigam concluir as etapas da educação básica em idade adequada, e que jovens e adultos também tenham os seus direitos educativos atendidos. É importante salientar que os termos evasão escolar e abandono escolar não podem ser utilizados como sinônimos. Abandono é a condição de

infrequência escolar que ocorre durante o ano letivo, porém no outro ano escolar o(a) estudante é rematriculado(a). Já na evasão escolar não ocorre a matrícula no ano subsequente. A qualidade educacional que desejamos passa pela garantia de aprendizagem dos estudantes, que diminua a repetência e aumente a permanência na escola. Que a escola cumpra de forma competente a sua função social e que a passagem por ela resulte na apropriação de conhecimentos e habilidades significativas para, não só participar da sociedade, mas principalmente, ser atuante e determinante no processo de transformação social (Proposta Curricular, 1991, p. 10-11).

Os índices de reprovação e evasão escolar associado à necessidade de trabalho contribuem efetivamente para a elevação do percentual de distorção idade/série. Em parceria Escola e Conselho Tutelar, busca-se minimizar o índice de evasão e infrequência. Assim, a correção da distorção idade/série é uma alternativa que deve ser entendida como uma ação político-pedagógica para resgatar a função social da escola pública, ao cumprir um preceito constitucional – o do direito à educação. Espera-se a reintegração do estudante à série correspondente à sua idade em condições de aprender e ser aprovado para a série seguinte. Desta forma, a Unidade Escolar poderá oportunizar turmas de correção da distorção idade/série através da elaboração, execução e aprovação de projeto próprio. Outro mecanismo que poderá ser utilizado é a reclassificação de acordo com a Lei Federal nº 9.394/96, art. 23, § 1º.

38. FAMÍLIA

A presença da família na escola é importante para a vida escolar do aluno, influenciando de modo positivo na sua formação. Nesse sentido, faz-se necessário o envolvimento das famílias no acompanhamento das atividades escolares, facilitando o processo ensino aprendizagem. As famílias são convidadas a participar das reuniões, atender chamados da escola, orientar os filhos (as) no cumprimento de suas obrigações. Pensar em educação de qualidade hoje é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar de todos os alunos em todos os sentidos. É preciso que se fortaleça a ideia de que a escola, como espaço público, é de responsabilidade de todos, devendo ser também espaço de mobilização em torno das ações que ali se desenvolvem. Sendo assim, a escola desenvolve o projeto “Momento Pedagógico” que é a oportunidade para família e escola conversarem sobre a aprendizagem de seus filhos/alunos. Este é o momento em que o

professor pode ouvir as dificuldades dos pais em relação às defasagens apresentadas pelos alunos diante dos conteúdos curriculares e de orientá-los em como procederem para auxiliar e avançar positivamente no rendimento escolar. Este momento é, de fato, de suma importância, pois permite com que pais, professores, alunos e direção da escola conversem para, juntos traçar metas de sucesso ao aluno, é também um momento de trabalhar autoestima, já que a escola não deixa de demonstrar os avanços alcançados pelo educandos, além de mostrar as atividades desenvolvidas pela escola para sanar as dificuldades dos alunos, tais como: atividades de recuperação, apoio pedagógico, esclarecendo a importância do envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos.

39. INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO

Em se tratando de interação entre família e escola, vemos que a participação dos pais na escola é significativa nos momentos pedagógicos, mas em Reuniões, Assembleias e Conselhos de Classe a participação ainda é pequena.

De forma geral, percebemos que os pais estão satisfeitos com o espaço físico, localização, qualidade de ensino, nível do professorado, interação família e escola, ambiente agradável de trabalho e estudo, nível de socialização excelente, atividades diversificadas e criativas, tornando o aluno preparado para enfrentar os desafios do cotidiano.

Sobre o sistema de avaliação da escola, os pais informaram que estão satisfeitos. Nos Momentos Pedagógicos a maioria comparecem para saber o desempenho acadêmico de seus filhos. A pontualidade é cobrada diariamente pela Equipe Pedagógica e Direção da Escola.

Podemos destacar alguns itens que os pais classificam como positivos na Escola:

- Local considerado como segundo lar;
- Nível de socialização excelente;
- Escola bem conceituada;
- Considerada organizada e com limites bem definidos para educando e educador;
- Bom relacionamento entre coordenação, direção e pais, onde a comunicação acontece diretamente e imediatamente.

Alguns pais destacaram as expectativas diante dos estudos dos filhos:

- Ensino de qualidade que proporciona a educação formal de todas as disciplinas, além, dos valores sociais, éticos e morais, tais como solidariedade e fraternidade humana;
- Desenvolvimento intelectual para que o aluno seja uma pessoa atuante, crítica na sociedade;
- Que os conhecimentos adquiridos na educação básica sejam meios de capacitação constante;
- Um ensino condizente com a realidade que enfrentamos.

Neste sentido, a interação e o diálogo entre família e escola têm sido processualmente construídos no espaço do fazer e principalmente, pelo estabelecimento de vínculos e de respeito. Desta forma, todos são convidados a participar ativamente da vida escolar dos seus filhos, no papel de contribuição e de busca de melhorias para o ensino de qualidade.

40. REGIME DISCIPLINAR

O regime disciplinar terá a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do educando, o bom funcionamento dos trabalhos escolares e o respeito mútuo entre os membros da comunidade escolar, para obtenção dos objetivos previstos neste documento. As penalidades, nos limites de competência da unidade escolar, deverão ser aplicadas aos alunos de acordo com a gravidade da falta cometida.

Ipsis Litteris da Portaria N/1122 de 19/06/2019 DOE nº 21.042 de 25/07/2019

Portaria n/1122 de 19/06/2019 DOE nº 21.042 de 25/07/2019 Regulamenta a elaboração do regimento interno da unidade escolar, constando como anexo no Projeto Político-pedagógico (PPP), quanto à caracterização dos atos de indisciplina e suas consequências no ambiente das unidades escolares da Rede Estadual de Educação. O Secretário de Estado da Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso iii, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e Art. 7º, inciso i, da Lei Complementar nº 381, de 07/05/2007, Art. 14 da Lei Complementar 170 de 07/08/1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, e em conformidade com o disposto na Informação Técnico-Jurídica nº 01/2017, do Ministério Público de Santa Catarina.

RESOLVE:

Capítulo I - Do Projeto Político-Pedagógico

Art. 1º - Orientar gestores das unidades escolares de educação básica e suas modalidades de ensino da Rede Pública Estadual, no tocante à transferência involuntária que reafirma a expulsão de estudantes vetada legalmente.

Art. 2º - As instituições elaborarão seu Projeto Político-Pedagógico contendo os princípios gerais de seu regimento escolar, seus princípios administrativos, os currículos e demais processos da atividade escolar conforme resolução do CEE nº 182/2003.

Art. 3º - O regimento escolar, presente no projeto político-pedagógico (PPP), deve especificar as condutas que possam caracterizar atos de indisciplina, incivilidade, falta de urbanidade que diferenciam-se de violências, bem como as ações pedagógicas, além das administrativas e ações preventivas implantadas pela unidade escolar.

§ 1º - As ações pedagógicas são aquelas desenvolvidas no contexto escolar para educar em, na e para os direitos humanos, em especial quanto à convivência respeitosa entre pares e convivência intrageracional.

§ 2º - As medidas de prevenção são aquelas que antecedem os processos de indisciplina oportunizando reflexão e ações a serem implementadas pela escola, pais e/ou responsáveis, comunidade escolar, e rede de promoção, proteção e garantia de direitos das crianças, adolescentes e jovens.

§ 3º - Ficará assegurado no regimento escolar, inserido no PPP, as formas de registro dos acontecimentos, dos encaminhamentos internos e externos, bem como registros da participação efetiva dos envolvidos em medidas pedagógicas como instrumentos mediadores de conflitos e ampla defesa e contraditório como preconiza o ECA.

§ 4º - Compete à escola envolver as famílias no processo de elaboração, validação, acompanhamento e desenvolvimento do PPP, além de envolvê-las efetivamente em situações que demandem ações pedagógicas e administrativas por indisciplina e ou violências de seus filhos.

§ 5º - Ao especificar os encaminhamentos internos e externos, as ações pedagógicas e as medidas de prevenção a serem implementados em caso de indisciplina, a unidade escolar deverá:

I. Levar em conta que crianças, adolescentes e jovens, são pessoas em pleno desenvolvimento e a escola deve auxiliar neste desenvolvimento e em sua formação integral durante seu percurso formativo, preparando para o exercício da cidadania;

II. Guardar uma relação de proporcionalidade no que tange a reparos, retratações atividades pedagógicas e a ação de indisciplina verificada;

III. Optar sempre por aquelas ações pedagógicas, encaminhamentos, medidas de prevenção que reaproximem o estudante da escola e que fortaleçam laços comunitários;

IV. Prever medidas que não afastem estudantes da escola, violando o direito à educação.

§ 6º - Entre as ações pedagógicas cabíveis, assegurado o caráter educativo, podem ser aplicadas: advertência oral; advertência por escrito com a ciência dos pais e/ou responsáveis; produção de atividades pedagógicas que permitam ao estudante acessar conhecimentos para refletir sobre o seu ato de indisciplina; reparação do dano causado voluntariamente ao patrimônio público ou particular, consideradas as condições financeiras de estudantes e familiares; retratação verbal ou escrita; mudança de turno e mudança de turma, entre outras.

§ 7º - Somente será admitida, excepcionalmente, a suspensão do adolescente das atividades de sala de aula, em razão do seu comportamento, se a direção da escola substituir a atividade regular por ações pedagógicas complementares, dentro da escola, sem que isso represente exposição vexatória do estudante e sem comprometer a continuidade de seus estudos.

Capítulo II - Do Ato Infracional e Ato Indisciplinar

Art.4º - Compreende-se ato de indisciplina como o descumprimento das normas escolares que decorre de um comportamento que, embora não constitua crime ou contravenção penal, compromete a convivência no ambiente escolar.

Art. 5º - Já o ato infracional, conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticada por estudante no âmbito escolar, deve ser encaminhado à autoridade competente para aplicação das medidas previstas em lei, sem prejuízo de medidas disciplinares aplicadas pela escola, isto é, previstas no regimento interno da unidade escolar, constando como anexo do Projeto Político-Pedagógico.

Art. 6º - O ato indisciplinar cometido por criança, adolescente e jovem deverá seguir um procedimento pedagógico no âmbito da escola, com o rol de medidas a serem adotadas, as quais não podem acarretar vexame ou constrangimento a estudantes tampouco afrontar a garantia ao acesso e à permanência na escola, sustentada pela constituição federal, sob pena de inadmissível abuso do poder de punir.

Capítulo III - Da Transferência Involuntária

Art.7º - Transferência involuntária se constitui pelo fato de estudante ser transferido para outra unidade escolar, pela direção da escola, quando já se esgotaram todas as possibilidades, ou ainda quando a sua permanência estiver por completo inviabilizada.

§ 1º - Excepcionalmente, admitir-se-á a modalidade de transferência involuntária para outra instituição de ensino, nas situações comprovadamente indicadas, após a conclusão do procedimento administrativo que comprove o ato, ou seja, quando necessário, a fim de garantir a proteção de estudante que esteja sendo alvo de ameaça concreta contra a vida, quando este pratique ato infracional com violência ou grave ameaça, ou ainda no cometimento de reiterados atos graves.

§ 2º - A transferência involuntária não deve interferir no processo de avaliação.

§ 3º - A decisão final acerca da transferência involuntária, necessariamente fundamentada, ficará a critério do Conselho Deliberativo Escolar, com possibilidade de recurso à Secretaria de Educação Estadual, por meio das Gerências Regionais de Educação (GERED) e/ou Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis (CRGF), quando necessário.

§ 4º - Da decisão do conselho deliberativo serão cabíveis os seguintes recursos:

- I - pedido de reconsideração;
- II- recurso à Unidade de Atendimento, GERED ou Coordenadoria;
- III - recurso à SED.

§ 5º - Caberá pedido de reconsideração da decisão do Conselho Deliberativo Escolar.

§ 6º - Caberá recurso à Unidade de Atendimento, GERED ou Coordenadoria quando não acolhidos pelo Conselho Deliberativo Escolar os argumentos apresentados.

§ 7º - Caberá recurso à SED, quando não considerados os argumentos pela Unidade de Atendimento, GERED ou Coordenadoria.

§ 8º - Da interposição e dos prazos dos recursos:

I- O pedido de reconsideração deverá ser apresentado pelo estudante quando maior de idade, ou por seu representante legal quando menor ao Conselho Deliberativo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da decisão, o qual terá também 48 (quarenta e oito) horas para avaliar o pedido;

II- O recurso à Unidade de Atendimento, GERED ou Coordenadoria deve ser interposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do resultado apresentado pelo conselho deliberativo, que terá 3 (três) dias para avaliá-lo e que poderá, além do relatório de avaliação formal apresentado, solicitar outras informações à Escola;

III- O recurso à SED deverá ser interposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da decisão da Unidade de Atendimento, GERED ou Coordenadoria, que terá 5 (cinco) dias para análise, podendo solicitar os documentos que considerar necessários às instâncias inferiores.

Art. 8º - O registro das transferências involuntárias ocorrerá através de termo próprio, segundo modelo disponibilizado pela SED, assinado pela gestão escolar e Conselho Deliberativo da unidade de origem e estudante ou responsável legal, devidamente comprovada a realização das etapas previstas no regimento interno, constante no Projeto Político-Pedagógico.

§ 1º - Todo o processo pedagógico e administrativo deverá ser registrado no sistema NEPRE online, que será implementado gradativamente nas escolas da Rede Pública Estadual a partir de 2018.

Capítulo IV - Da Responsabilização do Servidor Público

Art. 9º - O servidor público responsável pela direção da escola de origem, deverá assumir a responsabilidade pelo processo de transferência, incluindo o cuidado e zelo pela documentação e avaliação de aprendizagem, bem como assegurar vaga em outro estabelecimento de ensino, sendo a nova matrícula um requisito para que se realize a transferência.

Art. 10º - A gestão escolar ou quem o represente deverá ainda observar as condições de acesso, transporte, distância da residência e condições de deslocamento sozinho ou acompanhado, a depender da idade (criança ou adolescente), no momento de escolher outra unidade escolar.

§ 1º - Será necessária a ciência dos pais quanto à transferência, manifestada por meio da assinatura no termo de transferência involuntária.

Capítulo V - Disposições Gerais

Art. 11 - Os casos omissos serão dirimidos pela SED juntamente com as GEREDs/CRGF por meio do sistema NEPRE online.

Art. 12 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a portaria nº 1064 de 17/04/2018.

NATALINO UGGIONI
Secretário de Estado da Educação
Cod. Mat.: 611360

41. NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESCOLAR 2020

- Entrada: Matutino: 7:30 às 11:30; Vespertino: 13:30 às 17:30; Noturno: 18:30 às 22:00.
- Chegadas tardias: DIURNO: Somente será permitida a entrada do aluno que tiver justificativa por escrito dos pais. O portão ficará fechado. NOTURNO: Somente será permitida a entrada do aluno que depende do transporte coletivo com justificativa de trabalho com a descrição do horário de início e término para a Direção da escola.
- Namoro: Não é permitido relacionamentos afetivos com comportamentos que causem constrangimento nem manifestações libidinosas ou erotizadas no ambiente escolar.
- Vestimenta adequada: O aluno (a) deverá usar roupas adequadas ao ambiente escolar, quando ocorrer abuso será encaminhado a Direção.

- Educação Física: para a prática de educação física, os alunos deverão cumprir as normas previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar. (Roupa adequada ao exercício da aula de Educação Física).
- Não é permitido o acesso de pessoas estranhas ao ambiente da escola durante o horário escolar, exceto quando autorizada pela Direção e / ou membro da administração da escola.
- Não é permitido aos alunos interferirem em outras salas durante o período de aula para conversas informais com os colegas ou pedir material emprestado; (Para isso não acontecer o aluno DEVERÁ ter seu material escolar conforme a solicitação dos professores.
- Manter a ordem e disciplina no ambiente escolar.
- Trabalhos: a entrega de trabalhos solicitados pelo professor deve ser feita no dia marcado. No entanto, se o aluno faltar no dia, este deve ser enviado ao professor no prazo de 48 horas mantendo o peso 10,0 (dez), mediante atestado médico. Atividades/trabalhos entregues pelos alunos que configurarem plágio, serão desconsideradas pelo professor e atribuída à nota 0,0 (zero); o trabalho desconsiderado não terá direito a recuperação.
- Para a realização de provas, trabalhos, atividades avaliativas ou recuperação, o aluno que faltar tem o prazo de 24 horas para procurar a direção justificando (atestados médicos, declaração entidades culturais e esportivas de representação municipal), por escrito e assinado, após análise e parecer da Direção, poderão ou não realizar as atividades.
- Conteúdos: na falta do aluno às aulas é de responsabilidade do mesmo ir à busca dos conteúdos e/ou atividades realizadas naquele dia.
- Transporte Escolar: o uso do transporte escolar é designado exclusivamente para as atividades escolares, portanto o mesmo não pode ser utilizado pelo aluno, para a não frequência às aulas.
- Não é permitido o uso de materiais que coloquem em risco a integridade física da comunidade escolar como: canivete, estilete, explosivos, materiais inflamáveis, armas de fogo ou branca, etc.

- Horários: o aluno não poderá se ausentar da aula prevista no horário sem a autorização do professor. Em se tratando de reunião do Grêmio Estudantil, estas deverão ser avisadas com antecedência com recado no mural dos professores.
- É proibida a saída para compra de lanches em bares ou similares.
- O aluno deve zelar pela sua imagem e higiene pessoal.
- Não é permitida a permanência do aluno na sala dos professores, cozinha, administração, exceto quando acompanhado por um profissional do educandário.
- Patrimônio: é dever do aluno a conservação das instalações, mobiliário, equipamentos, livros e utensílios escolares. Em caso de danos ao patrimônio escolar o aluno ou responsável deverá ressarcir-los da escola e dos colegas.
- Não é permitido o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências da Unidade Escolar.
- Não é permitido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumífero, nas dependências da Unidade Escolar. (Lei nº 13.017, de 25/06/2004).
- Não é permitido o consumo de chicletes, balas, pirulitos ou outros lanches em sala de aula.
- Revisão de Provas: é direito do aluno, solicitar a revisão de provas. O discente, após o recebimento da prova corrigida, deverá solicitar por escrito a direção da escola a revisão da correção da prova no prazo de 24 horas a partir da devolução da mesma. Na solicitação, o discente deverá indicar a(s) questão (ões) que será (ão) objeto de reanálise, acompanhada de justificativa. O resultado da revisão, com acréscimo, manutenção ou decréscimo da nota, precederá a realização da prova seguinte, sempre que possível.
- De acordo com o PPP - imagens (fotos) dos alunos poderão ser usadas somente para fins educativos conforme assinatura dos pais ou responsáveis legais neste formulário juntamente com as demais regras escolares.
- Ensino Médio Noturno: quando da ocorrência da falta de luz será aguardado 30 minutos e em caso de não retorno desta, os alunos serão dispensados.
- Horário: após o término de uma aula não é permitida a saída do aluno da sala sem a autorização do professor subsequente.

- Os aparelhos eletrônicos disponibilizados pela Unidade Escolar deverão ser utilizados em atividades pedagógicas e a solicitação, entrega e manuseio do mesmo deverá ser feito exclusivamente pelo professor.
- Celular/Notebook: De acordo com a Lei nº14.363/08 - é proibido o seu uso em sala de aula bem como o fone de ouvido. A escola não se responsabiliza pelos mesmos em caso de perda, roubo, danos, etc. Somente podendo ser utilizado no recreio e antes de iniciar a aula ou se o professor tiver uma atividade que constar no planejamento apresentado. Alternativa: retirar o celular do aluno e entregar na direção; e/ou anotar o nome do aluno e entregar este nome na direção, que entrará em contato com os pais. O celular retirado permanecerá guardado na sala da Direção e será entregue para o pai, mãe ou responsável legal do aluno a partir do dia seguinte (24:00 horas).
- Se houver necessidade de uso do celular por parte do aluno (a) ou do professor, por doença na família, o mesmo deverá ser entregue na Direção e esta atenderá, chamando os mesmos.
- É permitido o uso de aparelhos sonoros portáteis e notebook nas salas de aula, somente perante autorização do professor, ou no recreio.
- Recreio é o momento destinado para tomar o lanche, ir ao banheiro e descansar. Será acompanhado pelos professores, conforme escala. O recreio deverá ser feito no pátio da escola e NÃO nas salas de aula.
- Em caso de transferência o aluno (a), deverá devolver os livros pertencentes à escola, na secretaria.
- Boletins: Serão disponibilizados às famílias trimestralmente, é de responsabilidade da família acompanhar a vida escolar do filho conforme ECA (Estatuto da Criança e do adolescente).
- Os alunos só poderão frequentar a quadra nas aulas de EFI, da sua turma e no seu turno de aula. No caso do não cumprimento desta regra o professor da aula fará o encaminhamento à Direção ou a ATP (Assistente Técnico Pedagógico).
- Cooperar na manutenção da higiene e na conversação das instalações escolares: salas de aula, banheiros, carteiras, cadeiras, computadores, mesas para lanche. Lugar do LIXO é nas LIXEIRAS.
- Jogos: não é permitido jogar “baralho ou similares nas dependências da escola”.

- BULLIYNG: Fica proibido dirigir-se às pessoas no recinto escolar, de forma pejorativa, com atitudes, palavras, humilhações, brincadeiras perigosas, intimidações etc... que caracterizam bulliying, em relação aos colegas, professores, ou qualquer outra função exercida na escola, não serão permitidos. Será registrado no NEPRE. Dependendo do tipo de agressão as famílias ou responsáveis pelo agressor e pela vítima deverão ser comunicadas. Havendo necessidade, o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar ou ao Ministério Público (ato infracional).
- Atitudes e valores condizentes com o ambiente escolar: Tratar todos com respeito, solidariedade e responsabilidade. Não são permitidas atitudes que atentem contra o pudor.
- Em caso de falsificação de assinatura e documentos pelo aluno (a) será considerado ato infracional.
- As refeições deverão ser feitas no refeitório e nos bancos do pátio. O aluno deverá devolver os pratos, talheres e canecas do refeitório.
- As Horas Cívicas serão realizadas periodicamente conforme Cronograma organizado pelo Grêmio Estudantil “José de Anchieta”, sendo que todas as turmas participarão com uma ou mais apresentações referentes as datas comemorativas e demais atividades realizadas em sala de aula, Sob responsabilidade da ATP, Professores Regentes e Alunos Representantes de turmas.
- Não é permitida a realização de festinhas com comidas e refrigerantes nas salas de aula e no pátio da escola.

41.1. EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESCOLAR

- I – Advertência oral;
- II – Termo de advertência por escrito com ciência dos pais e/ou responsáveis;
- III – Suspensão das atividades específicas de 01(uma) a 03 (três) aulas, com produção de atividades pedagógicas que permitam ao estudantes acessarem conhecimentos para refletir sobre o seu ato de indisciplina;
- VI – Transferência de turma e/ou turno;
- VII - Transferência Involuntária.

Dependendo da gravidade da situação ou fato esta ordem poderá ser alterada. Garante-se ao aluno, pais ou responsáveis a ampla defesa com compromisso de mudanças de atitudes por escrito em todos os momentos do processo, tendo dois dias letivos para apresentar a defesa.

42. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Promoção de eventos educativos por ocasião de datas cívicas e comemorativas relacionados ao: Meio Ambiente, Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Folclore, Dia do Estudante, Independência do Brasil, Aniversário da escola, Dia dos Professores, Aniversário do Município, Festa de formatura, festejos de Natal, Excursões Culturais, Gincanas, Olimpíadas, Feiras, Comemorações e Exposições de trabalhos em todas as áreas do conhecimento; Reuniões pedagógicas, reuniões com pais, reuniões de estudos, conselho de classe, momento pedagógico, Feira do livro, Jogos interséries, e Jogos escolares.

43. ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM E PROJETOS

Na pedagogia de projetos, o aluno aprende no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e de criar relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento. E, portanto, o papel do professor deixa de ser aquele que ensina por meio da transmissão de informações – que tem como centro do processo a atuação do professor –, para criar situações de aprendizagem cujo foco incide sobre as relações que se estabelecem neste processo, cabendo ao professor realizar as mediações necessárias para que o aluno possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo, a partir das relações criadas nessas situações.

A Unidade Escolar optou em trabalhar com projetos e atividades de aprendizagem, partindo do princípio que se terá subsídios para uma pedagogia mais dinâmica, mais centrada na criatividade e na atividade discente, e principalmente numa perspectiva de construção do conhecimento pelos alunos, mais do que na transmissão de conhecimentos pelo professor. O Método de Projetos e Atividades de Aprendizagem devem ser vistos como uma postura pedagógica inovadora e criativa de compartilhamento de conhecimentos. Enfim, uma mudança, uma maneira diferente de pensar e repensar a escola, a prática pedagógica, os tempos e os espaços e a maneira de trabalhar os saberes escolares.

As atividades de aprendizagem e os projetos a serem desenvolvidas pela UE estarão centrados nos projetos: Projeto de Leitura; Feira do Livro; Projeto Rádio Escola; Projeto Interséries, Projeto Festa Junina, Projeto Mostra de Trabalhos Interdisciplinar, Projeto de Matemática, Projeto do Recreio Monitorado, Projeto de Apoio Pedagógico, Projeto Étnico – Racial – Cultural “Somos Iguais nas diferenças”, Projeto Ação de Graças, Projeto Momento Pedagógico, Projeto Conselho de Classe Preventivo e Participativo; Prevenção às Violências; Projeto Educador Sustentável – Educação Ambiental; Projeto “Espaço – Promotor de Saúde”. Outros projetos poderão ser incorporados no PPP da escola, durante o ano letivo.

44. ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

O número de alunos por série e ou turmas foi estabelecido com o plano de matrícula estabelecido pela SED/SC. No entanto, visando que nenhum aluno fique fora da escola e contemplando o transporte escolar municipal, as turmas foram divididas de acordo com a linha de ônibus a que o transporte efetua, nos diferentes turnos.

45. DIREITOS E DEVERES DO EDUCANDO

45.1. DIREITOS

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Tomar conhecimento das disposições do PPP e funcionamento da U.E.
- Receber informações sobre os diversos serviços oferecidos pela U.E.
- Organizar e participar de agremiações estudantis;
- Fazer uso de serviços e dependências escolares de acordo com as normas estabelecidas;
- Tomar conhecimento do seu rendimento escolar e de sua frequência através do boletim;
- Sugerir diferentes metodologias de avaliação;
- Solicitar revisão de prova de acordo com as normas estabelecidas no PPP;

- Realizar atividades escolares após data prevista, mediante apresentação de atestado médico;
- Requerer transferência ou cancelamento de matrícula por si, quando maior de idade, ou através do responsável, quando menor;
- Apresentar sugestões relativas aos conteúdos programáticos desenvolvidos pelo professor, com objetivo de aprimorar o processo ensino-aprendizagem;
- Reivindicar o cumprimento da carga horária prevista na grade curricular;
- Discutir com a direção os problemas, as dificuldades pessoais e os relacionados ao processo ensino-aprendizagem, propondo soluções;
- A troca de turno só poderá ocorrer, em caso de maior de idade, por meio de justificativa escrita, declaração para fins trabalhistas. No caso de menor, deverá ser feita pelos pais e ou responsáveis. Respeitado o número de vagas.

45.2. DEVERES

- Cumprir as disposições estabelecidas no PPP no que lhe couber;
- Atender as determinações dos diversos setores da U.E.;
- Comparecer pontualmente às aulas e demais atividades escolares de acordo com as normas estabelecidas no PPP;
- Participar das atividades programadas e desenvolvidas pela U.E.;
- Cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações escolares;
- Manter e promover relações cooperativas com professores, colegas e comunidade;
- Indenizar o prejuízo quando produzir dano material à U.E., a terceiros e a objetos de propriedade de colegas ou funcionários; Quando a terceiros, a escola comunicará e solicitará a presença do Conselho Tutelar para as providências cabíveis, desde que esteja em horário escolar;
- Usar vestimenta escolar, em conformidade com o PPP da UE.

46. ESPAÇO FÍSICO DA UNIDADE ESCOLAR

Banheiro Feminino = 06

Banheiro Masculino = 06

Banheiro Acessibilidade = 01

Banheiro Professor Feminino = 01

Banheiro Professor Masculino= 01

Cozinha = 01

Refeitório = 01

Depósito de Merenda = 01

Ginásio de Esportes = 01

Laboratório de Informática = 01

Sala de vídeo = 01

Sala Biblioteca = 01

Sala de direção = 01

Sala de professores = 01

Sala Secretaria = 01

Sala ATP= 01

Salas de aula = 05

Sala de Artes= 01

Auditório= 01

Sala rádio escola= 01

47. EQUIPAMENTOS EM GERAL

- Aparelho de som;
- Carteira individual de aluno e respectivas cadeiras, mesa para o professor;
- Armário de cozinha;
- Arquivos de aço;
- Bancos de madeira;
- Batedeira;
- Caixa amplificadora de som;
- Cadeiras estofadas sala de informática
- Computador com impressora matricial;
- Computador sala direção com impressora jato de tinta;
- Computadores sala de informática;
- Escrivinhas;
- Fogão a gás industrial;
- Forno elétrico;
- Forno micro-ondas;
- Freezer;
- Geladeira;
- Lava-a-jato;
- Liquidificador;
- Máquina de xérox;
- Mesas de professor
- Mesas microcomputadores;
- Mesa para sala de leitura;
- Microfone com fio;
- Microfone sem fio;
- Multimídia;
- Mesa de som;
- Pia;
- Lousa branca;
- Resfriador de água c/ filtro;
- Notebook
- Televisores
- Ventilador de teto;
- Climatizadores
- Caixas de som multiuso

48. CORPO DOCENTE E APOIO PEDAGÓGICO ADMINISTRATIVO

A EEB Carlos Fries totaliza 26 funcionários. Destes, 12 são professores efetivos, e 05 professores que atuam como ACTs, sendo 04 destes são funcionários efetivos que atuam na parte administrativa e apoio pedagógico, 03 são serventes e 02 merendeiras.

48.1. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

ADMINISTRATIVO

NOME	HABILITAÇÃO	CARGO / FUNÇÃO
Elizelaine Salete Salmoria Gomes	Habilitação em Letras Português/Inglês. Especialização: Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.	Diretora de Escola
Cleodi Claudio Antonio Fabrin	Habilitação: Ciências/Química Especialização: Gestão Escolar	Assessor de Direção
Neide Nadir Korb	Habilitação em LP em Letras Português e Italiano	Assistente Técnica-Pedagógica
Fernanda Stockmann	Habilitação: Pedagogia e Geografia Especialização: Em Pedagogia e Geografia	Assistente Educação

DOCENTES EFETIVOS

NOME	CURSO HABILITAÇÃO	DISCIPLINA
Anelise Hermann Borsatti	Habilitação: História/Geografia/Pedagogia	Segunda Professora
Clair Pedroso Garcia	Habilitação em Ciências/Matemática Especialização: Interdisciplinaridade na Formação de Professores e Especialistas da Educação.	MAT
Dalva Regina Vogt Duarte	Habilitação em Artes. Especialização: Práticas Pedagógicas interdisciplinares – Ênfase em Artes.	ATE
Ilgo de Borba	Habilitação: Ciências/Matemática e Física. Especialização: Gestão Escolar.	MAT/FIS

Ivania Maira Deus de Miranda	Habilitação: Letras Português/Alemão. Especialização: Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa.	LPL
Marcia Marli Gauer Schulte	Habilitação: Ciências/Matemática. Especialização: Metodologia do Ensino e Pesquisa em Matemática.	Atendente Biblioteca
Marizete Sperandio	Habilitação: Geografia. Especialização: Ciências Sociais: História e Geografia.	HIS/SOC
Mirtes Solange Wolf Schmidt	Habilitação: Biologia. Especialização: Metodologia do Ensino e Pesquisa em Biologia.	Readaptada (Biblioteca)
Raquel Marmentini	Habilitação: Geografia Especialização: Metodologia do Ensino de Geografia.	GEO
Jessica Roberta Sozo	Habilitação: Filosofia	FIL
Adreane Starck	Habilitação em Educação Física Especialização: Atividades Físicas na Promoção da Saúde.	EFI
Eunice Gheno	Habilitação: Biologia Especialização: Ação Interdisciplinar no processo de ensino e aprendizagem com ênfase em Ciências Biológicas.	BIO

DOCENTES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NOME	CURSO HABILITAÇÃO	DISCIPLINA
Elaine Jorgete Carvalho	Habilitação: Letras Português e Inglês Especialização: Psicopedagogia	LPL
Solange Machado	Habilitação: Pedagogia e Sociologia	SOC
Diogo Rorig	Habilitação: Química	QUI
Sandra da Veiga	Habilitação: Letras Português e Inglês	ING
Elizagela Pereira Camargo	Habilitação: Letras Português.	LPL

SERVENTES

Nome Servente	Cargo	Carga Horária
Marilene Nied Schmidt	Servente II	44 horas
Nadir Dambros Ferreira	Servente II	44 horas
Valdecir Staggemeier	Servente II	44 horas

49. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

A Associação de Pais e Professores, instituição auxiliar da escola, terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade.

A APP é composta por pais e professores que, voluntariamente trabalham em prol da Escola, visando o mais amplo desenvolvimento das atividades escolares. Esta associação, como instituição auxiliar da escola tem por objetivo reunir esforços para, participando direta e ativamente da educação e formação dos educandos, alavancar, qualitativa e quantitativamente, o padrão das atividades desenvolvidas pela escola, e funcionar como importante ferramenta de apoio aos projetos educacionais.

Seu principal objetivo vem a ser o elo e comunicação constante entre os pais, professores e direção, primando pela busca constante de soluções equilibradas para os problemas coletivos do dia a dia escolar. A APP da E.E.B. “Carlos Fries” reger-se-á por Estatuto próprio.

50. CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR

O Conselho Deliberativo Escolar tem por finalidade assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na gestão democrática, com funções de caráter deliberativo, consultivo, fiscal e mobilizador e visa promover o fortalecimento da autonomia pedagógica, administrativa e financeira da U.E.

O Conselho é Deliberativo, quando decide sobre o projeto político pedagógico e outros assuntos da escola, aprova encaminhamentos de problemas, garante a elaboração de normas internas e o cumprimento dessas no educandário, assim como as do sistema de ensino e decide sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo, financeiro e de ordem moral.

Ele é Consultivo, quando tem um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando

sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.

É Fiscal (acompanhamento e avaliação), quando acompanha a execução das ações pedagógicas, administrativa e financeira, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

É Mobilizador, quando promove a participação, de forma integrada, dos segmentos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade da educação.

O Conselho Deliberativo Escolar (CDE) reger-se-á por Estatuto próprio.

51. GRÊMIO ESTUDANTIL

O Grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. É uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais.

O Grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade.

O Grêmio é um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

É o órgão de representação, organização e mobilização dos estudantes, sendo que o mesmo reger-se-á por estatuto próprio.

52. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros da Escola são geridos por duas situações:

a) APP – A Associação de Pais e Professores da Escola gera recursos previstos em seu estatuto que visa atender os objetivos e metas da APP, Convênios; Subvenções; Doações; Promoções diversas; Outras fontes.

Os recursos oriundos de promoções diversas realizadas pela APP e doações recebidas poderão ser utilizados para a manutenção e conservação da Escola,

compra de materiais pedagógicos e outros, não podendo ser utilizado para pagamento de recursos humanos.

b) Entidade Mantenedora – O Estado de Santa Catarina através da Gerência de Educação, Agência Regional e Secretaria Estadual são os órgãos que atendem as necessidades financeiras da escola conforme regulamentação legal. Estes recursos chegam à escola através de requisições de materiais de expediente e ou reparos, bem como obras solicitadas pela equipe gestora da escola.

Outros recursos financeiros eventuais serão destinados de forma legal pela Entidade Mantenedora, dos quais serão feitas as prestações de contas forma conjunta entre a equipe gestora e a APP.

Aprovado na Assembleia Geral realizada em 14 de Março de 2020.

Elizelaine Salete Salmoria Gomes
Diretora

Cleodi Claudio Antonio Fabrin
Assessor de Direção

Gilson Luiz da Silva
Presidente CDE



ANEXOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482 6074

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb.

PROJETO VIAGEM de ESTUDOS

INTRODUÇÃO

Durante a fase escolar, os alunos estão inseridos em um ambiente de descobertas contínuas, seja na escola ou em casa. Mas, engana-se quem pensa que somente neste dois ambientes – familiar e educacional – que os alunos aprendem. As descobertas e as constatações de algo em que só se conhecia na teoria podem e devem estar presentes nas saídas e viagens pedagógicas promovidas pela escola.

A escola é um local imprescindível de se promover à consciência e estimular a mudança de comportamento a partir da conjugação das questões atuais com as questões socioculturais. Os Componentes Curriculares são os recursos didáticos através dos quais os conhecimentos científicos de que a sociedade já dispõe são colocados ao alcance dos alunos. As aulas são os espaços ideais de trabalho com os conhecimentos dos alunos e onde se desencadeiam experiências, evidências formadoras de consciências mais vigorosas porque estão alimentadas no saber.

Há muitas maneiras de estimular o aprendizado e viajar é uma das mais dinâmicas. Além de conhecer pessoas, locais e culturas novas, ainda existe o privilégio de ser dono das próprias descobertas.

Esses momentos não são apenas passeios movidos a diversão, mas, sim, valiosas oportunidades de promover o aprendizado além dos muros da escola, permitindo que as crianças e os jovens levantem hipóteses, descubram novos conhecimentos e vivenciem na prática, o que aprenderam na escola.

JUSTIFICATIVA

As viagens pedagógicas são umas tendências na educação. Muito além do que se aprende em uma aula de campo, vivenciar aventuras e dividir espaço e vontades com os amigos é uma excelente forma de se desenvolver. O aluno pode assim, associar o que aprendeu a situações e cenários reais de forma espontânea e divertida. As excursões pedagógicas ajudam na formação de pessoas mais cultas, felizes e conscientes para enfrentar o amanhã. A visita científica monitorada tem como objetivo contribuir no processo de ensino e aprendizagem, através de atividades práticas que estimulem a observação e levem o educando a interagir com o ambiente visitado. As visitas, de maneira geral, contribuem para a socialização dos jovens e facilitam a aprendizagem. Porém, para que esse potencial seja aproveitado, é preciso que estejam inseridas no processo educacional e não sejam consideradas apenas como um passeio no campo. Para tanto, propomos uma série de locais e eventos que proporcionarão a nossos alunos vivenciar realidades e situações diversificadas.

Viajar, conhecer outros lugares, histórias, perspectivas de vida. Este projeto transporta nossos alunos do Ensino Médio para novas possibilidades de aprender, em que a curiosidade e a vivência são os principais instrumentos da construção do conhecimento.

OBJETIVOS

- Envolver todos os segmentos da Escola nas atividades propostas pelo projeto.
- Estimular a produção e execução de projetos educacionais.

- Desenvolver a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade.
- Avaliar as habilidades e competências dos estudantes envolvidos na execução do projeto.
- Aplicar a metodologia científica nas atividades práticas e teóricas.
- Estimular o desenvolvimento de competências e aptidões em diversas áreas do conhecimento nos executores do projeto.

TURMAS PARTICIPANTES E ROTEIROS:

1^{as} Séries – (Viagem Pedagógica – Ametista do Sul/RS. Roteiro: Parque Museu, Paróquia São Gabriel, Vinícola Ametista, Pirâmide Esotérica, Garimpo em Atividade, Museu Do Bambo, LP Minerais. Mirante do Ametista Parque Museu, Ambiente nas Furnas e Restaurante subterrâneo).

2^{as} Séries – (Viagem Pedagógica – Museu de Ciências e Tecnologia – PUCRS. Roteiro: PUC, Praça da Matriz, Lago Guaíba, Parque da Redenção, Praça da Alfândega, Jardim Botânico de Porto Alegre, Paço Municipal, Mercado Público, Usina do Gasômetro, MARGS, Monumento aos Açorianos e Estádios de Futebol.

3^{as} Séries – (Viagem Pedagógica – Florianópolis/SC. Roteiro: Projeto Tamar, Ponte Hercílio Luz, Assembleia Legislativa, Palácio da Agrônômica, Mercado Público, Praça XV e Catedral Metropolitana, Morro da Cruz, Ribeirão da Ilha, Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, Museu Histórico de SC, Museu de Artes de SC, Forte Sant'Anna e Museu de Armas, Planetário da Universidade Federal de Santa Catarina.

METODOLOGIA

As viagens pedagógicas previamente decididas, agendadas serão realizadas após apresentação de projetos dos componentes curriculares envolvidos, com a justificativa, objetivos, conteúdos e tem por objetivo favorecer a integração da turma e o conhecimento de realidades diferentes daquela em que os estudantes vivem, pois entram em contato com outros espaços, culturas e comunidades, ampliando seus conhecimentos a partir da vivência no local. Cada proposta é planejada de acordo com os objetivos traçados para as diferentes

turmas. Com essa atividade, trabalhamos questões muito importantes, que dizem respeito aos conteúdos sócio afetivos, como a integração, a cooperação e a afetividade entre os membros da turma. Além disso, viajar vem ao encontro do nosso desejo de ampliar os conhecimentos para fora dos muros escolares, reforçando a crença de que é através da convivência que conteúdos e experiências tornam-se significativos.

Com esse Projeto, alcançamos outro objetivo, que é o exercício da autonomia, pois cada jovem precisará cuidar da organização, desde seus objetos pessoais, até seus horários, passando pelo controle de gastos, arrumação do quarto etc. Todo esse processo é cuidado para que mesmo os que nunca viajaram sem a família possam sentir-se seguros, aproveitando todo o planejamento e os momentos prazerosos desta experiência, estudar as narrativas de viagem que constituem um riquíssimo gênero literário com possibilidades de trabalhos interdisciplinares, valorizando as experiências de viagens para engrandecimento e conhecimento de novas culturas.

Os roteiros contemplam objetivos específicos em todas as áreas do conhecimento e por meio de experiências e vivências novas, oferece ao aluno condições para agregar conhecimento prático ao conteúdo trabalhado e discutido em sala de aula.

Há objetivos que são comuns a todos os roteiros, como adquirir autonomia através do cuidado com os pertences; estimular a curiosidade sobre diferentes formas de organização espacial (produção, circulação e ideias); incentivar discussão sobre a diversidade e pluralidade cultural; analisar as diferentes formas de modelado de relevo, sua ocupação e aproveitamento e incentivar o registro de experiências e lembranças em um diário ou imagens.

CRONOGRAMA

26.05.2020 – Viagem 1^{as} Séries (Ametista do Sul/RS).

30.06.2020 – Viagem 2^{as} Séries (PUCRS).

10, 11 e 12.10.2020 – Viagem 3^{as} Séries (Florianópolis/SC). É importante salientar que a programação da viagem pedagógica acontecerá em final de

semana com objetivo de antecipar três dias letivos em virtude da Formatura das 3^{as} Séries.

AVALIAÇÃO

A avaliação permeará todas as etapas do projeto, além dos aspectos quantitativos, observar-se-á as mudanças, o prazer em ensinar e aprender, em descobrir, em construir e pesquisar. No processo de ensino e aprendizagem observar-se-á a flexibilidade, interesse e reflexão, porque todos aprenderam e continuaram aprendendo utilizando diferentes materiais e recursos, com autonomia, socialização, interações, concentração, criatividade, dinamismo, como também a diferentes formas de ler, de escrever, de pensar, de ver e agir, a interatividade possibilitando trocas significativas e um olhar além da sala de aula. Será realizada também auto avaliação dos alunos e professores participantes do projeto.

Núcleo de Educação, Atenção e Atendimento às Violências na Escola – NEPRE

NEPRE é uma estrutura criada pela Secretaria de Estado e Educação de SC para fomentar ações e consolidar políticas públicas de Educação, prevenção, atenção e atendimento às violências junto às Gerências de Educação e às Escolas da Rede Pública Estadual para atuar nas temáticas: DSTs, Álcool, Tabaco, Drogas Lícitas e Ilícitas, Cultura da Paz, Violências, Bullying, Sexualidade, Educação Sexual e Reprodutiva, Alimentação Saudável com práticas Corporais.

FEVEREIRO/2020



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482 6074

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb

Coordenadora do NEPRE: Neide Nadir Korb.

PROJETO: NEPRE

ENVOLVIDOS: Equipe Gestora, Equipe Pedagógica, Professores, Servidores, Pais, Alunos, Entidades Governamentais e Não Governamentais.

PERÍODO: Fevereiro a Dezembro – 2020.

2. INTRODUÇÃO

Estamos presenciando, com recorrência, as diferentes manifestações dos fenômenos de violências em todo o mundo, nos diferentes contextos sociais, inclusive no universo educacional, onde crianças, adolescentes, jovens e profissionais da educação reproduzem, nas escolas, as violências e tensões do mundo exterior, além de produzirem violências específicas do contexto escolar fruto da (des)organização dos espaços, tempos, currículo e das próprias vivências escolarizadas.

A escola, espaço privilegiado de importantes saberes, de convivência coletiva, de apostas na justiça social para um mundo melhor, vem convivendo com violências que amedrontam, desestimulam e fazem adoecer profissionais, pais e estudantes. Esta realidade trouxe para as Unidades Educacionais, o desafio de registrar uma

política de enfrentamento à complexa realidade dos fenômenos de violências em contextos escolares. Além do enorme desafio de enfrentar tal problemática, desencadeou o desejo de empreender relações mais solidárias, dialógicas e humanitárias, e deixar nossa marca na luta por justiça social e por educação em e para os direitos humanos. O Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às violências/NEPRE, na EEB Carlos Fries, configura-se como segmento de estudos e ações no combate às violências.

Implementamos ações nesta Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na nossa Escola, com a certeza de que estamos motivando a construção de um novo tempo em que cada um cuidará de si e do outro, comprometendo-se com uma escola que acolhe e entende a diversidade como um bem que socializa saberes, priorizando as potencialidades de cada um na promoção do preceito universal de educação de qualidade para todos.

3. JUSTIFICATIVA

Nota-se que cada vez mais os alunos demonstram comportamentos agressivos, ferindo tanto a integridade física, quanto psicológica de colegas e professores. Por esse motivo, faz-se necessária uma investigação mais consistente das causas dessa violência, bem como, as possíveis alternativas para compreender e modificar essa situação, pois o mundo moderno traz formas incentivadoras, através dos veículos de comunicação, de mudanças nos valores das famílias e tantos outros problemas, o que tem causado maiores índices de violência, chegando estes a atingir o âmbito das instituições de ensino.

A educação na contemporaneidade está carregada de problemáticas que ocasionam a agressividade na escola, entre outros a mudança na estrutura familiar, a entrada da mulher no mercado de trabalho, ausência da figura paterna, e o conjunto desses fatores pode implicar no desempenho escolar.

É essencial sabermos discernir quando um comportamento agressivo é passageiro, por motivos temporários, ou se pode ser considerado como um transtorno de conduta, caso em que é necessário um acompanhamento de especialista para auxiliar a trabalhar com o problema.

Com base no tema, pretende-se analisar os principais fatores, que contribuem para essa constante onda de violência nas escolas brasileiras. No entanto, é visível que ao longo desses anos, alguns fatores foram decisivos e contribuíram significativamente para que houvesse avanços no que diz respeito ao aumento no índice de violência escolar. É importante ressaltar que isso decorre principalmente do desrespeito entre Professor e Aluno, afrontamentos, a irreverência e o excesso de liberdades na maioria das vezes por parte dos alunos, o que acaba produzindo desejos de vingança que se transformam em violências.

Diante disso é necessário repensar juntamente com os Educandos quais atitudes conduzem à violência e quais fatores colaboram para tais ações. O espaço escolar é um dos locais que pode auxiliar no combate à violência, dando oportunidade para que os alunos possam discutir sobre os temas que envolvem o conceito de violência: O que é violência? Quais os conceitos impregnados na sociedade sobre a violência? Quais as causas da violência? Como evitá-la nas escolas? Como transformar a violência em solidariedade?

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

- Disseminar uma cultura de paz construída por meio de estratégias como mediação, a qual tem como propósito prevenir e estimular uma convivência harmoniosa.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Averiguar e refletir sobre as causas da violência escolar.
- Proporcionar atividades pedagógicas que desenvolvam a afetividade e socialização.
- Promover o diálogo.
- Propor intervenções pedagógicas adequadas à valorização da vida e da paz.
- Conhecer o conceito de violência.

- Classificar os tipos de violências que mais se manifestam na escola.
- Enumerar atitudes que geram violências e atitudes que poderiam combatê-la.
- Praticar a solidariedade como instrumento de mudança social.

5. AÇÕES

- Ação de Graças com socialização de apresentações, bem como reflexões e agradecimentos, organizados pelo Grêmio Estudantil e Professores Regentes.
- Projeto “Inclusão”, a ser socializado em parceria com a Escola Semente de Esperança – APAE de Ipira SC.
- Sensibilização Maio Amarelo, “Não à Violência no Trânsito” Pedágio em frente à Praça Clemente Dieckmann com a parceria da Polícia Militar, entregando a todos motoristas um cartão “Atenção à Vida”.
- Disciplina Artes: ARTE DA PAZ: análise crítica de pinturas de artistas famosos, de arte em grafite, oficina de grafite e desenho com temática voltada para a paz e a cidadania, culminando com a criação de uma galeria de arte na escola para visitação de alunos e comunidade.
- Culminância do projeto sobre a Paz com diferentes atividades: palestras com convidados, Caminhada em parceria com a Rede Municipal de Ensino, dramatizações de situações de violência que devem ser abolidas da escola e de situações que estimulem a paz.
- Projeto “Vida Feliz” - Palestras e dinâmicas com Irmãos Maristas – Grupo Cesmar de Joaçaba – SC.

- Palestras sobre Saúde (Parceria Unidade Sanitária conforme cronograma da SMS)
- Palestra sobre cyberbullying (Neura Meneghini)
- Projeto “Convivência harmoniosa, respeitando as diferenças”, com a Professora Jéssica Roberta Sozo na Disciplina de Filosofia, objetivando tornar o convívio escolar harmonioso com respeito às diferenças. Desenvolver ações preventivas no que diz respeito ao bullying. Conscientizar todos os alunos sobre a importância de evitar e combater o bullying. Melhorar a convivência social dos alunos. Motivar os alunos para a melhoria da autoestima a partir da desmistificação de um padrão único de beleza. Promover a compreensão e o respeito à diversidade.
- Projeto “Diversidade Cultural na Escola”, com a professora Marizete Sperandio na Disciplina de Sociologia, com o objetivo de conhecer e valorizar a importância da cultura e da diversidade cultural na transformação da sociedade, a partir de um processo de conhecimento e respeito das identidades culturais brasileiras, com o intuito de resgatar e fomentar atitudes individuais e coletivas contra o preconceito e a favor do respeito às diferenças.
- Manter um convívio de civilidade no ambiente escolar, com implementação de uma política de educação, prevenção, atenção e atendimento as violências através de visitas e orientações da PM. Parceria Escola e PMSC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482 - 6073

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb

PROJETO DIA ESTADUAL DA FAMÍLIA NA ESCOLA

1. Introdução

O projeto o Dia Estadual da Família na Escola: instituído pela Lei Estadual Nº 16.877, de 15 de janeiro de 2016, o Dia Estadual da Família na Escola, a ser realizado, anualmente, no terceiro sábado do mês de abril, no Estado de Santa Catarina, tem como objetivo estimular que as famílias visitem as escolas e realizem tarefas de interação com os filhos. A participação que faz a diferença, faz-se necessário uma vez que é a família a maior aliada da Escola, procura-se evidenciar a importância dessa parceria, pois vivemos em uma época que a conturbação e a desintegração dos valores são os maiores obstáculos para o ser humano, em que a sociedade fundamenta-se no individualismo e o coletivo fica banido a uns poucos sobreviventes, é de fundamental importância um trabalho de resgate para que os pais/família se conscientizem da importância do acompanhamento familiar na vida educacional dos alunos bem como a relevância da interação entre família-escola, observando que é possível perceber que a colaboração dos pais, gestor, professores e de toda a comunidade escolar é a melhor maneira para que aconteça um ensino significativo e de qualidade e que crianças e adolescentes necessitam de apoio coletivo para que se tornem

cidadãos de sucesso. Entretanto dar-se ênfase à presença da família no âmbito escolar, bem como da relevância da interação e da coletividade entre essas instituições tão importantes e essenciais para o processo de ensino e aprendizagem dos educandos da Escola de Educação Básica Carlos Fries de Ipira SC. Nesse sentido, percebe-se que o ponto de partida para a promoção do sucesso escolar é promover a integração entre família e escola, partilhando direitos e deveres, de forma coletiva, dinâmica e inovadora.

2. Objetivos

2.1. OBJETIVO GERAL: Conscientizar e sensibilizar a importância do acompanhamento familiar na vida escolar dos educandos, bem como da integração entre família e escola.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover palestras;
- Estimular que as famílias visitem as escolas e realizem tarefas de interação com os filhos.
- Incentivar a participação dos pais nos eventos promovidos pela Escola bem como nas apresentações dos alunos;
- Apresentar projetos desenvolvidos pela Escola bem como avaliar sua eficácia;
- Fortalecer os Conselhos Escolares através da participação dos pais;
- Motivar os pais no compromisso de acompanhar seus filhos no desempenho de ensino e aprendizagem.
- Desenvolver atividades voltadas para a integração/participação da família na escola.

3. Justificativa

O presente Projeto tem como fim específico, abrir as portas para à participação de familiares na escola, no intuito de ajudar os alunos a terem sucesso na vida escolar e colaborar para diminuir a evasão, a repetência e a violência no contexto educacional. Nesse sentido, é importante citar Içami Tiba (1996, p.140) que diz: *"O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afetos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno"*. Dentre as reflexões do tema aqui apresentado "O projeto Dia da Família na Escola: a participação que faz a diferença", Outro ponto importante que abrange este projeto é que família e escola caminhem juntas, objetivando sempre a conscientização do aluno na construção do seu conhecimento, como também da sua autonomia frente às decisões necessárias para o sucesso do ensino-aprendizagem.

4. Metodologia

O presente projeto será desenvolvido com as famílias dos alunos regularmente matriculados neste Estabelecimento de Ensino e contará com a participação dos servidores da educação e profissionais liberais parceiros da escola.

5. Cronograma:

De acordo com Lei Nº 16.877, de 15 de janeiro de 2016, que institui o Dia Estadual da Família na Escola, a ser realizado, anualmente, no terceiro sábado do mês de abril, no Estado de Santa Catarina.

6. Avaliação:

O projeto será avaliado durante a execução com a participação dos envolvidos, de forma continua através de questionário e relatórios e divulgado no blog da Unidade Escolar.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482 6074

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessora de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb

PROJETO DE LEITURA

INTRODUÇÃO

A leitura não é algo presente no cotidiano extracurricular do aluno. Os estudantes só leem como atividade escolar obrigatória e poucos o fazem por prazer. O problema atinge toda a sociedade e deve ser discutido por quem pode ajudar a resolvê-lo: os professores e a escola. Assim a tarefa principal deste projeto é promover a motivação para a leitura e escrita nos estudantes a partir da disseminação do mesmo, pois se acredita que somente através do interesse pela leitura é que se pode alcançar um bom desempenho escolar para que as competências e habilidades se sobressaíam na busca do conhecimento.

Desta forma, faz-se necessário criar estratégias para a formação de leitores. Desenvolver no aluno o hábito da leitura por prazer e busca do conhecimento, formação do senso crítico para que dessa forma o mesmo possa tornar-se um agente transformador da realidade. Sem dúvida, aprender a ler para compreender e familiarizar-se com todos os gêneros textuais é uma habilidade fundamental para toda a vida, dentro e fora da escola.

JUSTIFICATIVA

Sabemos que do hábito de leitura depende de outros elos no processo de educação. Sem ler, o aluno não sabe pesquisar, resumir, extrair a ideia principal do texto, analisar, criticar, julgar. A escola tem plena consciência de que o aluno deve ter o domínio sobre a língua oral e escrita, tendo em vista sua autonomia e participação social. Assim, estimulando a leitura, fará com que compreenda e desvende o mundo melhor e o que acontece nele. Com a participação de todos busca-se ainda que esses conhecimentos possam ser socializados na escola e levados para sua vida.

OBJETIVO GERAL

- Proporcionar ao aluno a oportunidade de ampliar seu conhecimento de mundo, desenvolvendo ao mesmo tempo o gosto e o hábito da leitura.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Incentivar o gosto pela leitura;
- Desenvolver o hábito da leitura;
- Proporcionar os mais diversos tipos de leitura;
- Desenvolver a expressão oral;
- Desenvolver a escrita;
- Estimular a elaboração de expressões críticas a respeito dos textos lidos;
- Compreender a natureza de relação oral e escrita;
- Saber interpretar o que leu;
- Ampliar o vocabulário do educando;
- Identificar elementos literários;
- Proporcionar momentos de prazer;
- Oportunizar, através da leitura, o conhecimento de outras culturas;
- Socializar e compartilhar opiniões e preferências sobre as leituras realizadas.

METODOLOGIA

O momento da leitura acontecerá quinzenalmente durante as aulas e seguirá conforme o cronograma anexo. Para isso será disponibilizado previamente vários gêneros: gibis, jornais, crônicas, revistas, contos, etc, contemplando sempre um gênero de leitura, além dos livros previamente retirados na biblioteca. O professor da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura, dentro dos seus objetivos, e de acordo com os elencados aqui, solicitará trabalhos referentes a esse momento. Esses trabalhos poderão ser em forma de análises literárias, socialização das leituras através de contação, sugestões de títulos em painel exposto na biblioteca, sinopses, texto publicitário, declamação de poesias, teatros, cordéis, varal de produções entre outras formas.

CRONOGRAMA

Mensalmente durante todo ano letivo.

RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

- Direção;
- Equipe pedagógica;
- Responsável pela biblioteca;
- Professores da UE.

AVALIAÇÃO

O trabalho será avaliado continuamente de forma processual e direcionado de acordo com o ritmo do aluno, levando em consideração os seguintes aspectos: assiduidade, pontualidade, iniciativa, interesse, participação nas discussões e crítica das leituras realizadas, envolvimento nas atividades de classe e extraclasse.

CONCLUSÃO

A leitura e a escrita são atividades essenciais em todos os níveis educacionais e em todas as disciplinas, pois permite que o aluno possa comunicar-se com os outros, adquirir diferentes pontos de vista sobre



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

determinado assunto e expandir suas experiências, bem como promover a sua transformação e a do mundo. A leitura propicia no educando o interesse em escrever, aumentando a autoestima e tornando-o um sujeito crítico, participativo e atuante na sociedade, fazendo-a mais justa e humana.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482 6074

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessora de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb

PROJETO RECREIO MONITORADO

...“o recreio é considerado efetivo trabalho escolar”...

INTRODUÇÃO

O recreio é o momento de pausa nos estudos em que o aluno tem direito de se alimentar, de interagir, de conviver e de trocar ideias. Ele também favorece a aprendizagem e fortalece as diversas interações. Todas as estratégias de ação a serem desenvolvidas nesses momentos na escola, devem ter como objetivo sensibilizar e envolver os alunos, considerando sua capacidade intelectual, afetiva, de modo criativo, possibilitando a troca de experiências e expressão de novas ideias. As atividades livres ou dirigidas, durante o período de recreio, possuem um enorme potencial educativo e tem muita importância na formação da personalidade dos alunos.

JUSTIFICATIVA

As atividades escolares se realizam em sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, através de leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o

meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação do aluno. Assim, não é apenas a sala de aula que caracteriza com exclusividade a atividade escolar. Esta se caracterizara também por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da escola, com efetiva mediação dos professores, incluindo o recreio. Estudos apontam que o recreio melhora o desempenho dos alunos na escola e mostra que o tempo livre ajuda a solucionar problemas comportamentais dentro da classe e melhora as notas, pois, os alunos para adquirir novas habilidades precisam de uma pausa.

OBJETIVO GERAL

- Transformar o recreio em um momento de aprendizagem e interações sociais positivas.

Objetivos específicos

- Oferecer uma alimentação com os nutrientes adequados.
- Proporcionar um momento para lanche.
- Dar uma pausa entre as aulas.
- Aprender a conviver com os colegas.
- Conservar espaço e materiais.
- Conquistar autonomia.
- Oferecer condições para a realização de atividades regulares e diversificadas.
- Interagir com os alunos, observando-os mediando conflitos, se necessário.

METODOLOGIA

Os momentos de recreio são fundamentais para a estimulação da criatividade e para o cultivo da amizade. É nessa hora que podemos observar as atitudes, os comportamentos e a tolerância de uns com os outros e de longe o professor pode estar observando, anotando, pensando em como aproveitar algo que aconteceu durante esses momentos para ser usado na contextualização de um conteúdo que vai trabalhar em uma aula. O recreio oferece a liberdade ao lazer, à

convivência social e escolar, e o professor será o mediador desse momento só interferindo em caso de necessidade. Durante o recreio os alunos têm a liberdade de trocar ideias, de lanchar e ou somente socializar conteúdos, textos e redes sociais com colegas, já que nesse tempo tem a disposição internet wifi oferecida pela escola.

A equipe gestora juntamente com os professores criará uma escala de recreio, na qual constará o nome dos professores e os dias em que monitorarão o mesmo. Esta estará exposta na sala dos professores e ficará visível no mural de acesso dos alunos.

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482 6074

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessora de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb.

PROJETO “MOMENTO PEDAGÓGICO/ENTREGA DE BOLETINS”

Uma parceria entre família e escola

APRESENTAÇÃO:

“Não basta construir conhecimento: é preciso viabilizar que o aluno construa sua identidade, sua autonomia com responsabilidade, cidadania. E isso só é possível se a família e a escola andarem juntas, sendo ambas sujeitos do processo educativo do jovem cidadão”. (ALTHUON, 1999, p.50) .

É de conhecimento comum que uma boa relação escola–família e a consequente participação parental são essenciais na formação das crianças e contribuem para a motivação e interesse dos alunos nas tarefas escolares. No entanto, na maioria dos casos, a qualidade desta relação ainda se encontra aquém do que se é desejável.

É imperioso que dois dos principais pilares da construção da humanidade - Família e Escola – estejam muito próximos. Porém, cada um com seus distintos papéis e missão, objetivando o sucesso da formação integral, através de uma sólida parceria e da soma de esforços. Só assim será possível superar os grandes desafios deste nosso desvairado mundo contemporâneo.

Nesse contexto, tanto as famílias quanto as escolas vivem um impasse. Ambos têm dificuldades em orientar sua conduta na educação dos filhos/alunos em um mundo tão diferente do que viveram na infância. Diante disso, torna-se necessário, aumentar os espaços de participação compartilhada com o objetivo de estabelecer vínculos e estreitar a convivência, para que ambas tenham clareza sobre as dificuldades e carências que cada segmento vivencia na arte diária de educar os filhos/alunos em parceria.

Esse processo ajuda a transformar práticas ultrapassadas e abre perspectivas para a resolução de problemas. É preciso que fique claro que o trabalho é lento. Enquanto não ocorre um ajuste entre as estratégias dos professores e as das famílias, podem surgir alguns conflitos.

JUSTIFICATIVA:

O Momento Pedagógico visa à interação entre pais e professores em um momento de troca de informações sobre a vida escolar dos estudantes. A partir das informações trocadas, é possível que os responsáveis por eles acompanhem de forma direta o seu aprendizado.

Neste sentido, na relação Escola X Família é imprescindível à melhoria dos índices da qualidade da educação. A família como espaço de construção da identidade dos cidadãos firmando parceria com a escola para juntas promoverem o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, é através dessa participação que se desenvolve a consciência social crítica e também o sentido da cidadania para que juntos – Família X Escola – possam fazer da escola um espaço democrático. Reconhecer através deste Projeto as múltiplas relações sociais, econômicas e políticas na formação de cidadãos críticos, participativos e construtores de uma sociedade mais responsável, justa, humana e fraterna.

Casos particulares, tanto os positivos, quanto os negativos, devem ser tratados em atendimentos individualizados.

Culpar os pais não traz mudanças. Ao contrário, isso gera sentimentos de fracasso e angústia nos adultos e tensão na relação deles com a criança. Por essa razão, a conversa precisa fugir dos julgamentos e se concentrar em compartilhar a questão e compreender os motivos que têm levado a ela.

A presença dos pais na escola, além de colaborar com os múltiplos aspectos escolares, inclusive o disciplinar, é uma valiosa ferramenta para o professor se aproximar do aluno, conhecê-lo bem, compreendê-lo, ajustar o processo pedagógico, fazer com que a aprendizagem se torne concreta.

Sabendo disso, a EEB Carlos Fries, tem como uma das principais metas de gestão, aproximar a família da escola, pois entende que assim, alcançará maior sucesso no processo ensino-aprendizagem.

E o momento pedagógico com entrega de boletins, de fato, é um evento de suma importância, pois permite com que pais, professores, alunos e direção da escola conversem para, juntos traçar metas de sucesso ao aluno, é também um momento de trabalhar autoestima, já que a escola não deixa de demonstrar os avanços alcançados pelo educandos. Na verdade, é um momento de muito ganho. Neste dia são expostos painéis com gráficos de desempenho das turmas, por disciplina, para que se tenha uma visão geral do processo de aquisição de conhecimento. Também tem o mural dos alunos destaques por turma, onde é apresentado o avanço, a média alcançada. Sem contar com trabalhos realizados pelos alunos durante o bimestre.

OBJETIVO GERAL:

Estabelecer parcerias entre escola e família orientando, esclarecendo e discutindo diversos itens relacionados ao processo ensino-aprendizagem do aluno, enfatizando o desempenho na aprendizagem, o cumprimento das normas escolares, a frequência, a permanência e o sucesso na escola, bem como a realização das atividades propostas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Privilegiar o processo de ensino e aprendizagem durante a conversa com os pais;
- Informar e orientar aos pais sobre a importância de sua participação efetiva na escola e na vida escolar de seus filhos;
- Conhecer a realidade vivida pelo aluno em seu meio familiar e social;

- Oportunizar espaço para que os pais também se expressem, colocando suas angústias e ouvindo sobre as conquistas do filho;
- Sugerir e esclarecer dúvidas por meio de conversas pais/professores e vice versa;
- Estabelecer parcerias entre a escola e os pais, para que haja uma condução positiva dos possíveis problemas;
- Focar na troca de informações para que, a partir desse ponto, se possa elaborar de forma conjunta soluções;
- Aproveitar o momento para a troca de saberes entre pais e educadores, buscando alternativas para uma melhoria na qualidade escolar do aluno.

PÚBLICO ALVO

- Pais e ou responsáveis legais
- Alunos

CRONOGRAMA

1º Trimestre	20/05/2020
2º Trimestre	09/09/2020
3º Trimestre	16/12/2020

METODOLOGIA

1º TRIMESTRE

O momento pedagógico deste 1º trimestre terá como focos principais: a vinda dos pais à escola para saber do desempenho dos filhos. Neste dia teremos os jogos escolares que estarão a cargo do Grêmio Estudantil e do professor de Educação Física, conforme o calendário escolar.

- Entrega de boletins.

2º TRIMESTRE

O momento pedagógico do 2º trimestre tem como principais objetivos: conversar com os pais sobre o desenvolvimento de seu filho na escola, entregando o boletim escolar. Neste dia teremos os jogos escolares que estarão a cargo do

Grêmios Estudantil e do professor de Educação Física, conforme o calendário escolar.

- Entrega de boletins.

3º TRIMESTRE

O momento pedagógico do 3º trimestre será para reunir os docentes dos diferentes componentes curriculares com o objetivo de analisar os processos de ensino e aprendizagem sob diferentes perspectivas, cujo propósito é a análise do currículo, da metodologia adotada e do sistema de avaliação da instituição. Desta forma, possibilita-se aos professores, experiência formativa permitindo a reavaliação de sua prática. Entrega dos documentos do aluno de final de ano.

AVALIAÇÃO

Os momentos pedagógicos se configuram como um valor, considerando que a parceria entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Levar a família para dentro da escola e a influência da escola chegar até os lares, é condição indispensável para se compreender que educação não se constrói dentro dos muros da escola. Essa parceria contribui para que as crianças se sintam mais seguras e confiantes no trabalho realizado por ambas as instituições. É importante que, ao final, esse trabalho seja avaliado para que se possam identificar os resultados de ações e recursos utilizados. Para tanto precisamos questionar se os objetivos foram alcançados, quais foram as nossas impressões acerca do interesse e participação dos pais e se devemos modificar e criar novas estratégias para o próximo encontro.

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3558-0800

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente de Educação: Fernanda Stockamnn

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb

PROJETO CONSELHO DE CLASSE

APRESENTAÇÃO: Um dos momentos mais importantes na rotina de qualquer escola é o Conselho de Classe. Direção, equipe pedagógica, professores e estudantes têm, anualmente, algumas oportunidades para, juntos, pensar e repensar a escola; dentre esses momentos, um privilegiado é, sem dúvida, o conselho de classe. Para os educadores, este é um dos momentos mais importantes de seu trabalho, pois o que está em discussão é a identidade da escola, quando se é avaliado o processo ensino-aprendizagem. O Conselho de Classe é um espaço educativo gerador de ideias, que deverá dar conta de importantes questões didático-pedagógicas, possibilitando assim, aprendizagem efetiva a todos os alunos e ao professor uma reflexão da sua própria prática. Ao refletir sobre seu próprio trabalho, o professor terá oportunidade de construir novas teorias, novos esquemas e novos conceitos, adquirindo um novo olhar pedagógico que se refletirá no espaço de sala de aula. Para isso é necessário que o Conselho de Classe se transforme em um espaço para educadores refletirem sobre suas práticas, procurando avaliá-las de forma a localizar suas falhas e perceberem seus avanços, bem como discutirem os procedimentos utilizados. É por meio do Conselho de Classe que se tem a oportunidade de educadores e equipe técnica se encontrar para uma troca de experiências pedagógicas, avaliando-as e reconstruindo-as. Todavia, para se reconstruir essa

cultura, é necessária a participação efetiva de toda a escola, porque é por meio das opiniões, reflexões e ações que se poderá alterar a realidade escolar.

JUSTIFICATIVA: Na perspectiva de que o Conselho de Classe Preventivo deva oferecer condições de emitir juízo de valor sobre a evolução do processo educativo é que estamos propondo um trabalho que possibilite a participação efetiva dos profissionais da educação – gestores e docentes para que a reflexão sobre as necessidades pedagógicas, nos domínios da escola estejam articuladas com a proposição de ações concretas, viáveis e aplicáveis no desenvolvimento/organização de metodologias que primem pela qualidade do ensino e da aprendizagem. É importante destacar que o conselho de classe representa a instância fundamental para a concretização da avaliação formativa e democrática a fim de tornar a aprendizagem como um compromisso de toda a escola.

OBJETIVO GERAL: Tornar o Conselho de Classe um espaço de participação coletiva, que possibilite a análise do desempenho dos alunos e a sua própria organização, na unidade escolar, de forma preventiva e participativa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Oportunizar um momento de avaliação das turmas;
- Possibilitar a reflexão dos professores que, como agentes do processo educativo, analisam a sua prática, seu desempenho e os resultados obtidos, efetivando, assim, a avaliação global deste processo;
- Constituir também uma oportunidade de integração curricular, através de atividades integradoras que possibilitam articular o conhecimento numa perspectiva de área;
- Troca de experiências relacionadas à dinâmica educativa;
- Encontrar com seus pares para analisar dificuldades encontradas e propor alternativas e/ou procedimentos adequados com vistas a minimizar a disparidade entre os resultados de rendimentos.

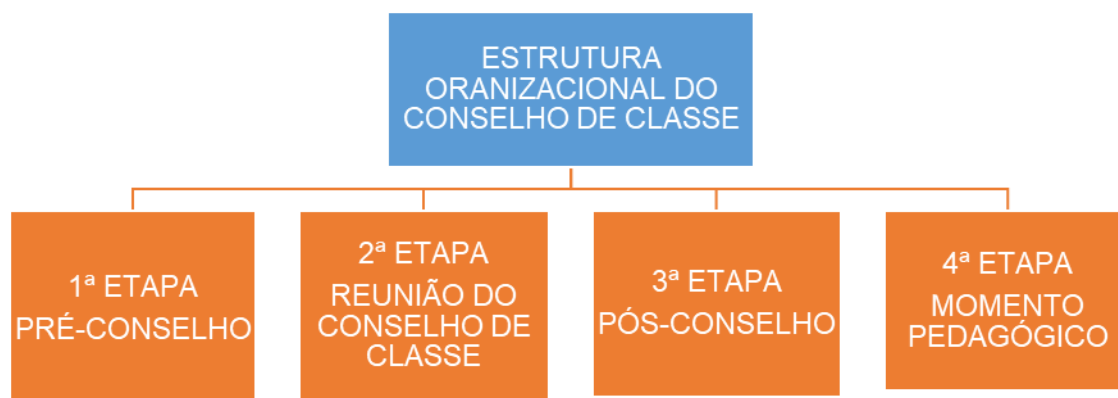
PÚBLICO ALVO

Equipe Gestora, Especialistas Educacionais, Professores, Pais e Alunos.

CRONOGRAMA

Os Conselhos de Classe acontecerão na EEB Carlos Fries, de acordo com o previsto no Calendário Escolar 2020.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSELHO DE CLASSE



O Conselho de Classe acontecerá em quatro momentos:

1ª ETAPA: Pré – Conselho: com alunos, especialista em assuntos educacionais e direção;

2ª ETAPA: Conselho de Classe: com professores, alunos, especialistas em assuntos educacionais; Direção.

3ª ETAPA: Pós – Conselho: divulgação, comunicação das decisões tomadas durante o Conselho de Classe com as turmas e avaliação do mesmo.

4ª ETAPA: Momento pedagógico: com professores, pais e alunos com a divulgação dos resultados e parecer individual.

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará a partir da retomada com os professores, os posicionamentos dos alunos sobre o resultado bimestral, evidenciando os aspectos positivos e negativos e apresentando sugestões de melhoria.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482 6074

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessora de Direção: Adreane Starck

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb

PROJETO

Jogos Escolares

INTRODUÇÃO

Por volta dos anos 60, 70, prevaleceu nas aulas de Educação Física a Concepção Pedagógica Competitivista a fim de despertar na sociedade brasileira o interesse pela prática desportiva, assim o país tornou os Jogos Internos Escolares um meio para treinar os futuros competidores.

Porém, nos anos 80, surge a corrente progressista na intenção de eliminar o esporte performance das escolas e construir uma nova importância do conteúdo ministrado, relacionando-o ao cotidiano dos discentes.

No Brasil, a prática do desporto escolar vem sendo estimulada desde 1882, quando Rui Barbosa defendeu a inclusão da ginástica no currículo escolar, mais recentemente na constituição de 1988 foi aprovado um artigo que defende o direito a prática esportiva. O referido artigo declara: “Art 217 – É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um, observando”:

I – A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e, em casos específicos, para a prática do desporto de alto rendimento”.

Já em 1989 a Constituição do Estado da Bahia reafirma em seu artigo 278 o papel do Estado na promoção destas práticas.

“Art. 278 – É dever do Estado e dos municípios promover, incentivar e garantir, com recursos financeiros e operacionais, as práticas desportivas escolares e comunitárias e o lazer como direito de todos, visando o desenvolvimento integral do cidadão”.

O esporte é uma das propostas da Educação Física escolar, porém não deve ter um fim em si mesmo. A Educação Física, na escola, vai além da profissionalização e estática do movimento, pois tem um importante papel na formação global do indivíduo enquanto ser social que vive em constante movimentação e aprendizagem.

Partindo desse princípio é que propomos um trabalho diversificado que vise dentro do contexto escolar valorizar não só o esporte, mas também todas as formas de movimentação que compõem o ambiente das aulas da Educação Física.

JUSTIFICATIVA

A competição nos esportes exige a presença do outro. Ninguém sairá vencedor de um jogo se não houver alguém que esteja competindo. Nos jogos de ação coletiva, da ação de cada um depende o resultado do grupo. Nesse sentido, a competição ganha características de verdadeira cooperação. A socialização do indivíduo é feita por intermédio de regras que representam o limite que regula as relações presentes entre as pessoas. Por meio das estruturas do jogo, o aluno pode construir normas para suas brincadeiras e, assim, descobrir, interagir e ampliar seus conhecimentos, bem como aplicar essas regras na sua vida, ter ciência de que vivemos num mundo onde as regras se fazem necessárias, pois o futuro do aluno envolve sua inserção no mundo do trabalho. Nessa inserção, o jogo de regras representa um papel importante. Por meio dele, a criança é

colocada em contato com restrições, limites, possibilidades, enfim, com a vida regularizada e harmônica.

A característica dos jogos escolares é do “jogar um com o outro, e não um contra o outro”, para que tenham verdadeiro sentido educacional, bem como também ocorre com a participação em competições mais abrangentes. Além disso, ocorre também o intercâmbio cultural e esportivo. É importante também conscientizar que os jogos escolares não são apenas, um entretenimento, já que também envolvem responsabilidade, respeito pelos demais jogadores e pelo grupo em geral, uma vez que não se trata de passar algum tempo apenas jogando, mas aprendendo a conviver numa situação de competitividade.

Vale também ressaltar que as aulas de educação física são de extrema importância na formação e no desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras dos alunos. É importante lembrar que o estímulo e o incentivo devem partir do professor onde o mesmo deve mediar e orientar tal formação. Dessa forma é importante que se coloque em prática o seu aprendizado. Com esse pensamento estamos propondo a realização dos jogos com o intuito de promover a interação social entre os alunos e para que os alunos possam colocar em prática os seus conhecimentos sobre as modalidades desportivas desenvolvidas nos jogos.

A prática esportiva como instrumento educacional visa ao desenvolvimento humano e capacita o educando a desenvolver suas competências sociais e comunicativas, essenciais para o seu processo de desenvolvimento individual e social, ao mesmo tempo em que o esporte constitui-se num instrumento pedagógico que tem sido ferramenta importantíssima no auxílio dos conteúdos escolares.

Acreditamos que valores como socialização, responsabilidade, cooperação, respeito, liderança, personalidade, persistência e vida saudável podem ser alcançados por meio da prática esportiva, fazendo das práticas de atividades físicas coletivas na escola um importante elemento humanizador para preparação de jovens e crianças na vida em sociedade.

Objetivo Geral:

Participação e interação de alunos e professores na prática esportiva.

Objetivos Específicos:

- Compreender o esporte de um modo geral, como elemento de inclusão social.
- Participar de atividades competitivas, respeitando as regras e não discriminando os colegas, suportando pequenas frustrações, (evitando atitudes violentas).
- Desenvolver a inteligência emocional necessária ao bom convívio social, a partir de atividades de integração.
- Refletir e avaliar seu próprio desempenho e dos demais, tendo como referência o esforço em si, e dos colegas no desenvolvimento participativo das modalidades esportivas.
- Adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações de competitividade esportiva.
- Reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva.
- Oportunizar momento para novas amizades.
- Avaliar o grau de conhecimento dos alunos sobre as modalidades desenvolvidas.
- Promover interação social entre os alunos da escola.
- Promover atividades visando a quebra de rotina no ambiente escolar.

Metodologia:

Os jogos escolares serão organizados pelo Grêmio Estudantil, sob a orientação do professor de Educação Física.

- divulgação do evento;

- organização das equipes de trabalho;
- distribuição de tarefas aos professores de educação física e das demais áreas;
- tabelas dos jogos;
- cronograma das atividades esportivas;
- regulamento;
- regras utilizadas;
- arbitragem;
- recepção das equipes na escola;
- participação na abertura do evento;

5) Pessoal envolvido:

Alunos, Professores, Assistentes, Direção da EEB Carlos Fries.

6) Cronograma:

Serão realizados dois jogos escolares de acordo com o calendário escolar.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482 6074

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb.

PROJETO FEIRA DO LIVRO

APRESENTAÇÃO

Ler é uma das competências mais importantes a serem trabalhadas com o aluno. Não basta identificar as palavras, mas é preciso fazê-las ter sentido, compreender, interpretar, questionar e relacionar o que for mais relevante. É através dela que o aluno se torna um ser provido de informações e conhecimento, e viaja num universo de sonhos, de fantasia, de alegrias, de tristezas e de prazeres.

A leitura é o momento de interagir no mundo das letras e a escola é a ponte para isso, pois, quando se fala em leitura, especialmente nos dias atuais, logo se percebe o grande índice de resistência, principalmente pelos educandos no

âmbito escolar, por ser uma tarefa que exige dedicação, esforço, vontade e acima de tudo persistência na busca do conhecimento.

A sensibilidade do ser humano precisa estar associada ao prazer pela leitura e a Escola de Educação Básica Carlos Fries assume a responsabilidade de promover espaços onde acolha e promova este prazer, desenvolvendo assim uma postura crítica a partir dos diferentes tipos de leitura.

JUSTIFICATIVA:

A realidade atual vem afastando cada vez mais nossos alunos do ato de ler. Computadores, videogames, TV, celulares e um infinito aparato de tecnologias, deixa a leitura em segundo ou em nenhum plano e por consequência dificuldades marcantes que sentimos na escola: vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas dos alunos, culminando em conhecimentos restritos aos conteúdos escolares. Desta forma faz-se necessário que a escola busque resgatar o valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania.

Através da leitura o ser humano consegue se transportar para o desconhecido, explorá-lo, decifrar os sentimentos e emoções que o cercam e acrescentar vida ao sabor da existência. Vivenciando experiências que propiciem e solidifiquem os conhecimentos significativos de seu processo de aprendizagem.

Preocupados em formar leitores interessados e conscientes, os professores e equipe pedagógica da EEB Carlos Fries, querem proporcionar aos nossos educandos momentos que possam despertar neles o gosto pela leitura, o amor ao livro, a consciência da importância de se adquirir o hábito de ler.

Sabemos que, do hábito de leitura dependem outros elos no processo de educação. Sem ler, o aluno não sabe pesquisar, resumir, resgatar a ideia principal do texto, analisar, criticar, julgar, posicionar-se. Daí a nossa certeza que este projeto contará com a participação de todos, pois a equipe docente tem plena consciência de que o aluno deve ter o domínio sobre a língua oral e escrita, tendo em vista sua autonomia e participação social.

Ao lermos estamos construindo e reconstruindo, imaginando, criando o mundo dos sonhos, exercitamos a inteligência para a prática da escrita, da oratória entre outras tantas possibilidades oferecidas. Diante disso, acreditamos que esta Feira pode incentivar de forma valiosa a leitura e a escrita, buscando sempre aprender a entender o mundo, a vida, os outros e a si mesmo.

Por isso, este Projeto está voltado para a difusão, valorização do livro e o fomento da leitura, na escola e fora dela. É uma ferramenta de promoção cultural e um instrumento de divulgação, uma vez que dele participará toda a Comunidade Escolar.

OBJETIVO GERAL:

Estimular o interesse, o gosto e o hábito pela leitura, ampliando o contato com diferentes gêneros textuais e autores, de modo a compreendê-los e identifica-los.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Reunir, num só evento e espaço, ações que possam reunir todos os esforços de pesquisa, promoção e difusão do livro e da leitura;
- Aproximar a população dos livros através da Feira do Livro;
- Proporcionar interação entre família e a escola, a fim de explorar o gosto pela leitura, estimulando que o mesmo se torna um hábito;
- Favorecer o contato com textos de qualidade literária, incentivando a leitura e a pesquisa, contribuindo para a formação de leitores, na aquisição de conhecimento cultural e como fonte de entretenimento;
- Exercitar a visualização e a observação de livros, instigando a comunidade a enriquecer sua cultura através da aquisição dos mesmos;
- Realizar atividades que coloquem o livro e a leitura em evidência, promovendo a circulação do conhecimento humano e tornando prazerosa a atividade de ler, tanto para os adultos quanto para as crianças;
- Criar novas oportunidades e estabelecer alianças com parceiros que acreditem no livro como instrumento para a transformação da sociedade;

- Proporcionar ao indivíduo através da leitura, a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo a sua formação crítica e emancipadora;
 - Promover e valorizar o livro como produto cultural;
 - Estimular o interesse pela literatura, desde os clássicos até os mais novos lançamentos do mercado editorial;
- Disponibilizar para o público em geral, títulos dos mais distintos gêneros literários;
- Promover a leitura, a escrita e a expressão oral, mediante a realização de atividades práticas;
 - Enriquecer e ampliar o vocabulário;
 - Estimular as diferentes formas de expressão oral, escrita e corporal;
 - Conhecer e compreender os vários gêneros literários;

METODOLOGIA

A Feira do Livro da Escola de Educação Carlos Fries é um evento artístico e cultural que neste ano completa 19ª edição. É uma atividade que envolve toda a comunidade escolar e tem como principal objetivo motivar os alunos e toda a população a prática da leitura. A cada início de ano, os professores e direção do educandário se reúnem e escolhem um tema que será abordado na feira. Após escolhido é decidido como trabalhar o mesmo.

Num segundo momento são selecionados textos, vídeos, livros e todo material possível pertinente ao tema escolhido e os alunos passam a ter contato com o mesmo sendo realizadas as mais diversas atividades em todas as disciplinas. Cada professor regente fica responsável por orientar sua turma.

Para que o andamento do projeto não seja prejudicado uma pessoa fica responsável para dar as devidas orientações nas reuniões que vão sendo realizadas durante o ano até o dia da feira, ficando também responsável pela escala de atividades.

A equipe é dividida em grupos de trabalho e cada grupo tem o seu coordenador. Durante o decorrer dos meses que antecedem a feira é lançado para os alunos no

blog da escola, um concurso pra criação do logotipo da feira. Esse logotipo será usado em documentação como convites, propaganda, ofícios, camisetas e decoração da escola. São convidadas a visitar a feira escolas da região e a comunidade em geral. No dia da abertura da feira, que ocorre a noite, há o pronunciamento das autoridades e apresentações artísticas com alunos deste educandário e também de outras UEs.

A comunidade escolar se envolve integralmente e todos dentro de suas possibilidades e capacidades podem demonstrar e desenvolver habilidades no teatro, na dança, na música, na dramatização e em muitas outras formas de participação.

A feira é realizada em três dias. Nesses dias acontecem apresentações no palco da quadra e teatros em sala de aula. Esses teatros são encenados por alunos que escolhem através do tema uma forma de mostra-lo ao público, seja por dramatizações, teatros, entre outros. Na segunda noite da feira acontece a Mostra de Talentos Escolares, na qual podem se apresentar outras escolas mostrando também o seu trabalho.

Durante toda a feira as pessoas podem visitar a livraria que é previamente contatada para vender os livros e é montada em um dos ambientes da escola, colocando a disposição vários estilos, autores e obras. O lucro obtido com essa venda é destinado à compra de livros para a biblioteca, sendo feito um levantamento de títulos e livros entre os alunos, com leituras de sua preferência.

CRONOGRAMA

FEVEREIRO

- Escolha do tema
- Escolha do título
- Levantamento de ideias
- Contato com livrarias

MARÇO

- Montagem das equipes de trabalho

- Reuniões de orientação
- Confecção dos cenários
- Produções
- Leituras

ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO

- Reuniões de orientação
- Concurso para o logotipo da feira
- Escolha das apresentações de cada turma
- Ensaios
- Produções
- Leituras

AGOSTO

- Criação e confecção dos cenários
- Escolha do logotipo
- Escolha das apresentações para abertura
- Leituras
- Ensaios
- Elaboração de convites e ofícios
- Contato e convites para as autoridades
- Convites para as escolas
- Inscrição para Mostra de Talentos
- Confecção de lembrancinhas referentes ao tema escolhido
- Confecção das camisetas que serão usadas durante a feira
- Finalizar contatos com livraria

SETEMBRO

- Ensaios
- Propaganda de rua

OUTUBRO

- Propaganda de rádio
- Montagem dos cenários internos e externos

- Realização da Feira do Livro e Mostra de Talentos

AVALIAÇÃO

Ao final de um evento como uma feira do livro, não importa o ponto de partida, seja ele a leitura acadêmica, a história em quadrinhos ou conto de fadas, o importante é a troca e o compartilhamento das experiências literárias que vão auxiliar na formação do cidadão como leitor, pois o conhecimento que não se obtêm sozinho se obtêm com a visão do outro da história lida e vivenciada.

Terminada a feira, é importante realizar uma rigorosa avaliação, considerando-se a opinião da equipe, o desenrolar e passar dos dias de apresentações e principalmente das reações do público visitante e dos alunos. Nessa oportunidade, levantam-se os pontos positivos e os que ainda necessitam de ajustes e mudanças e tomam-se decisões sobre o que deve ser mantido e o que poderá ser implementado para o futuro. É o momento para destacar o trabalho comprometido e qualificado das pessoas que se envolveram com a produção da Feira e é também um encontro para agradecer.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482 6074

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de Direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente de Educação: Fernanda Stockmann

Assistente Técnico Pedagógico: Neide Nadir Korb.

PROJETO: "15 de Agosto – Dia do Município de Ipira SC".

ENVOLVIDOS: Equipe Gestora, Equipe Pedagógica, Alunos, Professores e Serventes

PERÍODO: 15 de Agosto de 2020

INTRODUÇÃO

É imprescindível que a comunidade e a escola se encarem responsavelmente como parceiras de jornada, pois, ambas são responsáveis pelo que produzem, podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra. Comunidade e escola precisam criar através da educação, uma força para superar as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva, atuando juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno do educando.

É impossível colocar à parte escola, família e comunidade, pois, se o indivíduo é aluno, filho e cidadão ao mesmo tempo, a tarefa de ensinar não compete apenas à escola, porque o aluno aprende também através da família, dos amigos, das pessoas que ele considera significativas, dos meios de comunicação, do cotidiano. Sendo assim, é preciso que professores, família e sociedade tenham claro que a escola precisa contar com o envolvimento de todos.

Essa preposição tem sido posta em prática na EEB Carlos Fries, inclusive vários exemplos podem ser citados, entre eles, destacamos a comemoração do Dia do nosso Município.

Agosto é um mês de festa para Ipira. No dia 15, o município comemora aniversário de emancipação política administrativa, e para festejar essa data especial, o Município prepara um dia cheio de animação para reunir toda a família. O evento acontece no Sport Club Nacional, que reúne atividades cívica, religiosa, cultural, esportiva, brincadeiras, música, dança e muita confraternização entre os munícipes.

Quando escola e comunidade trabalham juntas os resultados positivos são bem visíveis, tanto na qualidade do ensino, quanto na forma de relacionamento entre as pessoas que compõe estas duas instituições. Isto faz com que a participação da escola na comunidade e desta na escola, seja um fator relevante dentro do processo educacional, social e cultural.

JUSTIFICATIVA

Sabedores de que a Educação de Santa Catarina compactua com a ideia de maior interação entre Escola - Comunidade, nós, como instituição educacional também temos esse propósito de nos aproximar cada vez mais da sociedade ipirense. Diante disso, vale destacar que este educandário participa ativamente dos eventos promovidos em nosso Município e é recíproco com os eventos realizados pela EEB Carlos Fries.

É importante ressaltar que nosso Município preserva e prima muito pela cultura/tradição e as festividades do dia do município é esperado todos os anos pela comunidade ipirense.

Todas as entidades municipais participam, inclusive as escolas e autoridades do município e região.

Além do momento religioso, há uma participação direta das escola no momento cívico e nas demais atividades desenvolvidas nesse dia.

É de fato uma aula de campo, de forma interdisciplinar, já que engloba várias disciplinas, além do civismo e temas transversais.

OBJETIVO

Conhecer e valorizar a história do nosso Município, sua cultura, suas crenças, seus costumes e suas festividades artísticas e religiosas, proporcionando maior interação entre a Escola e a Comunidade ipirense.

METODOLOGIA

A comemoração do dia do município envolve desfile e homenagem cívica, momento ecumênico, shows musicais e culturais, inaugurações, confraternização entre comunidades e ruas, eventos esportivos, artesanato entre outras.

TÍTULO: CULTURA E DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Ano/Séries: 2ª Séries III e IV- ENSINO MÉDIO

Disciplina: SOCIOLOGIA E HISTÓRIA

Professora: MARIZETE SPERANDIO

Conteúdos: Cultura, Diversidade Cultural, Interculturalismo

Tema: Cultura, Diversidade Cultural na Escola

2- JUSTIFICATIVA

O presente estudo surge da necessidade de refletir sobre Cultura e Diversidade Cultural na Escola, principalmente nas ciências humanas que têm por objetivo a compreensão das relações que o homem estabelece com o outro e com o mundo. Assim, o aluno terá oportunidade de compreender como lidar com as diversidades no seu dia a dia, promover o sentimento de valorização cultural do país, além de reconhecer e respeitar as diferentes culturas, uma vez que não existe cultura melhor ou mais desenvolvida que a outra.

3- PROBLEMATIZAÇÃO

Numa época marcada por intercâmbios culturais e pelo encurtamento de distâncias geográficas a diversidade passa a fazer cada vez mais parte do cotidiano das pessoas de um modo geral. No entanto, o medo do contato com o outro (diferente) pode fazer aflorar o fundamentalismo cultural, o que faz com que a intolerância seja elevada a princípio e dispositivo de determinada relação social.

É importante salientar que a formação cultural do Brasil se caracteriza pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões, pela diversidade de fisionomias e paisagens. Essa mistura de culturas muitas vezes gera atrito e conflitos em casa, na rua, no trabalho e principalmente na escola. Assim, através da pesquisa sobre as cinco regiões brasileiras, pretende-se verificar a posição dos alunos no que diz respeito a fusão das culturas.

Por outro lado, sabe-se que o currículo escolar deve-se voltar para a formação de cidadãos críticos comprometidos com a valorização da diversidade cultural, da cidadania e aptos a se inserirem num mundo global e plural, de que forma isso acontece nas escolas?

Então, o trabalho em sala de aula, abrangendo a Pluralidade Cultural pode oferecer aos alunos a oportunidade de conhecer sua origem como brasileiro, bem como valorizar as diversas culturas presentes no Brasil. Estas aulas podem propiciar ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promover sua autoestima como ser humano pleno de dignidade? Ainda, através do convívio escolar é possível construir conhecimentos e vivências que cooperam para que se apure a percepção de injustiças e manifestações de preconceito e discriminação?

4 - OBJETIVO GERAL

Conhecer e valorizar a importância da cultura e da diversidade cultural na transformação da sociedade, a partir de um processo de conhecimento e respeito das identidades culturais brasileiras, com o intuito de resgatar e fomentar atitudes individuais e coletivas contra o preconceito e a favor do respeito às diferenças.

4.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o que significa cultura, diversidade cultural e Interculturalismo;
- Resgatar a cultura local.
- Reconhecer as diversas culturas que tiveram influência na construção da sociedade brasileira;
- Promover, no aluno o sentimento de valorização cultural local e do país, além do reconhecimento e respeito das diferentes culturas, já que não existe uma melhor ou mais desenvolvida que a outra;
- Respeitar as diversidades relacionar-se com as diferenças dentro e fora da escola.

5 - AÇÕES E OPERAÇÕES

Inicia a aula expositiva (slides), O que é Cultura e diversidade cultural presentes nos PCNs e um enfoque na diversidade cultural nas regiões brasileiras, conforme as ideias de alguns autores como: Paulo Freire, Brandão e os PCNs, onde o aluno realizará anotações no caderno dos temas explicados. Em relação ao tema estudado o aluno irá realizar as atividades abaixo:

ATIVIDADES

- 1- Existe diversidade cultural na escola? Dê exemplo.
- 2- De que forma é possível identificar essa diversidade?
- 3- Qual é a importância da diversidade cultural para a escola?
- 4- Como seria viver em uma escola onde as pessoas fossem todas iguais, pensassem da mesma forma, expressassem as mesmas opiniões, se vestissem de forma igual e gostassem das mesmas músicas?

Na escola existe respeito pelas diferenças?

Ler com atenção o trecho abaixo, e a partir de seu entendimento, faça uma produção textual - “Todas as culturas humanas criaram modos de viver coletivamente, de organizar sua vida política, de se relacionar com o meio ambiente, de trabalhar, distribuir e trocar as riquezas que produzem. Mais ainda, todos os povos desenvolveram linguagens, manifestações artísticas e religiosas, mitologias, valores morais, vestuários e moradias. Assim, a pluralidade cultural indica, antes de tudo, um acúmulo de experiências humanas que é patrimônio de todos nós, pois pode enriquecer nossa vida ao nos ensinar diferentes maneiras de existir socialmente e de criar o futuro.”

ATIVIDADES DIVERSIFICADAS DE CADA CULTURA LOCAL E REGIONAL

- As turmas vão ser divididas em grupos. Cada grupo será responsável por uma ou duas Culturas. Exemplos: Local (Alemã) e as demais (Italiana, Indígena, Brasileira, Afrodescendentes Portuguesa ...), onde irá pesquisar os principais aspectos de cada cultura, como: a História, a culinária típica, danças, festas populares, manifestações religiosas, vestimentas, objetos, de forma que o potencial de cada grupo explore ao máximo sua cultura.

- Os alunos utilizará a Sala de Tecnologia Educacional da Escola para a realização da pesquisa, elaborando em forma de slides o tema pesquisado e planejando suas apresentações.
- Nas apresentações os alunos devem estar caracterizados de sua cultura pesquisada e com as comidas típicas para confraternização com os colegas

6- CONCLUSÃO

Os alunos no decorrer do estudo deve compreender que a formação cultural do Brasil e local se caracteriza pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões, pela diversidade de fisionomias e paisagens. Essa mistura de culturas muitas vezes gera atrito e conflitos em casa, na rua, no trabalho e principalmente na escola, o que contribui para a aprendizagem e reflexão crítica dos alunos.

Pode-se considerar, sobre esta perspectiva, que socializar o conhecimento deve ser tarefa primordial da escola, mas é também de atuar na transformação dos saberes e essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento do indivíduo como cidadão.

Para que se possa construir uma nação livre soberana e solidária, onde o exercício da cidadania não se constitua como privilégio de poucos, mas direitos de todos, esta deve ser a grande meta a ser perseguida por todos os seguimentos sociais. O trabalho com projetos recupera o papel da escola como instituição cultural e social, faz um resgate entre o “aprender para a vida”. Desta forma, a escola deixa de ser um mundo à parte, inserindo-se no espaço da cidade e do mundo real.

7- REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **A Educação como Cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais e ética. V. O8, Brasília, DF: MEC/SEF, 2000.

BULGARELLI, Reinaldo S. **Diversidade cultural**. Disponível em: Acesso em 20 de setembro de 2008

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia: Saberes necessário a Prática Educativa**: Rio de Janeiro Paz e Terra 1999.

_____, Paulo. **Ação Cultural para liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

GOMES, Nilma Lino. “Educação e Diversidade Étnicocultural” In: RAMOS, ADÃO, BARROS (coordenadores). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

LOPES, Helena Theodoro (org.) **Negro e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro REVAN / UNESCO 1987.

SKINNER B. F. **Ciências e Comportamento Humano**. São Paulo EDART-EDUSP 1974.

SKINNER, B. F. Contingências de Reforço. **Uma Análise Teórica**. (coleção os pensadores., São Paulo, Abril, 1980.

Sites:

<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-diversidade-cultural-no-brasil .htm>

<https://www.youtube.com/watch?v=MVYqJ-pNXP4>

<https://www.youtube.com/watch?v=ZIf8v0xCNpk>

<http://www.blogdosempreendedores.com.br/wpcontent/uploads/2010/02/diversidade1.jpg>

<http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>

<http://espaocriandoerecriandoeducacao.blogspot.com/2010/10/projeto-diversidade-cultural-na.html>

<http://aprendercomprojetos.wordpress.com/2010/12/05/projeto-deaprendizagem-diversidade-cultural/>



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482-6073

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente técnico-pedagógico: Neide Nadir Korb

Assistente de educação: Fernanda Stockmann

NOME DO PROJETO

**RÁDIO ESCOLA “UM ECOSSISTEMA COMUNICATIVO PARA O
PROTAGONISMO ESTUDANTIL” NA E.E.B. CARLOS FRIES – IPIRA SC**

INTRODUÇÃO

Desde o ano 2001, por iniciativa do então Professor (ACT) Alexandre Rese (Acadêmico de Jornalismo) apoiado pelo Diretor, demais professores e alunos, o Projeto Rádio Escola vem se consolidando na Escola de Educação Básica Carlos Fries. Com sua implantação, o projeto vem contribuindo para que a rádio seja considerada um instrumento capaz de colaborar para a transformação da escola, num lugar onde conhecimento resulta de partilha, solidariedade decorre da valorização de diversos saberes, alegria e fortalecimento da autoestima advêm da oportunidade de demonstrar habilidades e competências pessoais.

Ao longo de 15 anos, foram produzidos em média um programa semanal, aproximadamente 720 programas, contando com as participações de alunos, professores e até funcionários e pais. Utilizando-se dos equipamentos instalados na unidade escolar, manifestaram-se sobre os mais variados temas: comemoram datas especiais como dia dos pais/mães, folclore e 7 de setembro; prestaram conta de projetos pedagógicos, reivindicaram maior participação de pais, teceram

comentários sobre a vida escolar, cantaram muito. Demonstraram alegria e prazer.

A par da seriedade e variedade dos assuntos, puderam todos exercitar a comunicação. Seguramente, já superaram bastante o natural nervosismo do começo da experiência. Estão conseguindo maior clareza na exposição das ideias e rapidez na elaboração da fala improvisada, que foge do roteiro preestabelecido. Em suma, esses dados evidenciam que o Projeto Rádio Escola, vem se consolidando como uma prática que, efetivamente, fortalece a expressão criativa e peculiar da comunidade, que tem uma história, uma cultura para ser conhecida, pesquisa e veiculada.

JUSTIFICATIVA

Considerando o momento social e as dificuldades consequentes no espaço escolar (alunos desmotivados, aumento do consumo de drogas e da violência, evasão escolar, etc.), é importante que a Escola busque o envolvimento dos alunos com atividades diferenciadas que os desafie a superar os limites impostos pelo desnível social existente no nosso país. Para isso a escola precisa encontrar formas de superação que eleve a autoestima e crie mecanismos para facilitar a aprendizagem e ainda proporcionar o surgimento de lideranças positivas e produtoras. A rádio está presente em nossa cultura há muito tempo e o hábito de ouvir o rádio tem inúmeros significados. Está relacionado ao cuidado afetivo, a construção da identidade, ao desenvolvimento da imaginação, a capacidade de ouvir o outro e a de se expressar. Além disso, o programa de rádio aproxima a pessoa do universo letrado e colabora para a democratização de um de nossos mais valiosos patrimônios culturais: a língua. Por isso, é importante favorecermos a familiaridade dos educandos com o rádio e a ampliação de seu repertório. Isso será possível por meio do contato regular dos mesmos com programas de cunho educativo, facilitando sua participação em situações diversas de comunicação. Sabe-se que os professores são os principais agentes na promoção dessa prática – e a escola, o principal espaço para isso. Sendo assim a E.E.B. Carlos Fries buscou neste Projeto, construir espaços alternativos na escola que viabilizem ações de superação no cotidiano escolar, ampliando a possibilidade na melhoria

da qualidade de comunicação, auxiliando o processo de transmissão de conhecimentos. Disponibilizou técnicas e experiências para melhoria na habilidade de comunicação, o que atingiu diretamente demandas de ensino. Portanto, implementar a linguagem de rádio no processo de ensino, cria uma nova alternativa para estimular a melhoria da qualidade de educação e as condições de trabalho dos profissionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

OBJETIVO GERAL

A rádio escola terá por objetivo principal propor aos alunos o acesso a este meio de comunicação, como o caminho para a desinibição, desenvolvimento da oralidade, oportunidade de descobrir e mostrar os talentos escolares, expressar ideias, e para expandir, via internet, a todas as pessoas, informações a respeito da escola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para os gestores:

- Estabelecer um canal de comunicação com a comunidade escolar e favorecer o trabalho em equipe.

Para os professores:

- Promover a interdisciplinaridade.

Para os alunos:

- Aprender a se expressar por meio da oralidade e da escrita e conhecer a linguagem radiofônica.

Para os Pais:

- Participar das atividades escolares como ouvintes e também como produtores, enviando sugestões de pauta.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO GRUPO

- Contribuir para a compreensão de que o rádio é um veículo de comunicação eficiente para tornar público o trabalho educacional efetivamente realizado na unidade escolar;
- Promover e divulgar a interdisciplinaridade inerente ao projeto;
- Reconhecer os alunos como produtores de cultura, integrando-os aos meios de comunicação, em geral ocupados por adultos;
- Exercitar a comunicação oral, aperfeiçoando a objetividade e clareza de exposição do pensamento;
- Favorecer a convivência e trabalho em grupo, respeitando diferenças, níveis de conhecimento e ritmos de aprendizagem de cada integrante;
- Incentivar a leitura de jornais, revistas, artigos e sítios informativos via internet;
- Divulgar trabalhos e informações do cotidiano escolar;
- Promover a fala improvisada, a leitura e a escrita.

METODOLOGIA

O Projeto Rádio Escola será desenvolvido com todas as turmas da escola e contará com a participação da comunidade escolar. Os programas serão apresentados mensalmente durante as aulas, sendo que os alunos serão orientados pelo professor regente, que juntamente com sua turma, organizará o programa, trocando ideias com os alunos e delegando as atividades específicas a todos os componentes da turma.

CRONOGRAMA

Cronograma realizado semestralmente pela direção da escola.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

AVALIAÇÃO

Realizada pela equipe de educandos, educadores, gestores e pais envolvidos, no decorrer do desenvolvimento das ações, sanando os impasses surgidos, avaliando os pontos favoráveis e as dificuldades enfrentadas pelo grupo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482-6073

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente técnico-pedagógico: Neide Nadir Korb

Assistente de educação: Fernanda Stockmann

ENSINO MÉDIO NOTURNO Compensação de Carga Horária

INTRODUÇÃO

A demanda pelo Ensino Médio Noturno vem aumentando ao longo dos últimos anos pois muitos alunos precisam trabalhar durante o dia e vem no ensino noturno uma chance de continuar seus estudos e assim melhorar de vida.

O presente projeto tem como objetivo apresentar a metodologia de reposição de horas-aula proposta por este educandário aos alunos do ensino médio noturno, visto que a LDB prevê um total de oitocentas horas de aula por ano, bem como duzentos dias letivos. Os duzentos dias letivos são cumpridos, porém ocorre uma defasagem nas horas-aula pois o ensino médio noturno trabalha com um total de três horas e trinta minutos de aulas por noite contra as quatro horas do ensino médio diurno. Sendo assim, foi elaborado esse projeto para suprir essa deficiência visto que todos os alunos têm os mesmos direitos.

Proposições específicas para o Ensino Médio Noturno situam-se, assim, como alternativas para minimizar, ou mesmo superar, diferenças de estruturas, condições e dinâmicas de trabalho, que tendem a produzir e reproduzir desigualdades educacionais e sociais.

JUSTIFICATIVA

O ensino noturno é quase sempre considerado nos meios educacionais como um problema, uma fonte de insatisfação que necessita ser sanada. Porém não podemos esquecer que o período noturno faz parte da história da escolarização e que apesar de ter se constituído a partir de disposições governamentais, estas disposições vieram atender a reivindicações populares. Muitas dificuldades se contrapõem a quem deseja promover situações de aprendizagem com significado, a fim de reforçar conteúdos não devidamente assimilados, ou para desenvolver um ambiente propício ao surgimento de relações afetivas e sociais, tanto entre professores e alunos quanto entre os próprios alunos.

Os alunos do ensino médio noturno vivem diante de uma mentira: a garantia legal da mesma qualidade proporcionada pelo curso diurno. O encolhimento das horas-aula oferecidas à noite é visível, pois enquanto os alunos do ensino médio diurno tem suas oitocentas horas de aula garantidas por lei o mesmo não ocorre com o noturno, pois os mesmo tem somente três horas e trinta minutos de aula por turno contra quatro horas do turno diurno

Segundo as disposições gerais da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (Lei 9.934/96), a Educação Básica “ tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (art.22) O que está expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é a opção política pela formação geral, enfrentando, ainda que no papel, a indefinição histórica vivida por essa etapa de escolarização. Essa nova condição para o Ensino Médio representa um avanço, pois, ao se admitir este como parte da Educação Básica, abre-se como perspectiva a introdução de sua compulsoriedade, permitindo, com isso, a incorporação de grandes parcelas

da população, até então excluídas da escolarização. A Lei número 9394/96-LDB estabelece no art.24, inciso I, o número de dias letivos e a carga horária anual que devem ser cumpridos no ensino fundamental e médio regular, nos seguintes termos:

I- “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames, quando houver. Outras soluções poderão ser adotadas pelas escolas, além das ora apresentadas, desde que o mínimo de dias letivos e de carga horária fixados pela norma legal, sejam rigorosamente respeitado.

Também, a legislação que vem normatizando a Educação no Brasil, a partir de meados dos anos 90, redefine o papel e a função do Ensino Médio, com a decorrente revisão curricular, exigindo ajustes na ação administrativo-pedagógica, desde a esfera federal até as unidades escolares. Sendo assim, é primordial que os alunos do ensino médio noturno tenham o mesmo tratamento dispensado aos alunos do diurno no que diz respeito ao direito das oitocentas horas anuais de aulas e para que também o conteúdo não fique em defasagem diante desta diferença. Foi com esse propósito que o presente projeto foi elaborado.

METODOLOGIA

A lei prevê um total de oitocentas horas de aulas que devem ser ministradas durante o ano letivo, porém os alunos do Ensino Médio Noturno não tem essas horas na prática. Para sanar essa defasagem o presente projeto foi elaborado com esse objetivo. O professor de cada disciplina fará com cada aluno do ensino médio noturno um trabalho de reposição dessas horas não tidas. Como funcionam em determinadas faculdades, é um trabalho realizado em casa para compensar o conteúdo que vai ficando em defasagem em relação ao turno diurno e também para compensar as horas de aulas não ministradas. Esse trabalho será feito semestralmente, corrigido pelo professor e arquivado na escola para efeitos de comprovação. A nota do trabalho deverá ser registrada no diário do professor com a legenda de trabalho adicional para compensação das horas –aula não tidas durante o bimestre.

OBJETIVO GERAL

Garantir, através de atividades extraclasse, aos alunos matriculados no Ensino Médio Noturno, as oitocentas horas de aulas previstas pela LDB.

OBJETIVOS DO ENSINO MÉDIO NOTURNO

A constituição diz, no artigo 208 do capítulo III que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante garantia de:

Inciso VI- oferta de ensino noturno regular adequada às condições do educando.

Art.35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I- A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos.
- II- A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- III- O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- IV- A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

CRONOGRAMA

Fevereiro a Novembro de 2020.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA – CORED
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FRIES

IDENTIFICAÇÃO

Escola de Educação Básica “Carlos Fries” 759000511600

Endereço: Rua Tiradentes, 192, Centro - Ipira SC – CEP: 89669-000.

Telefone: (49) 3482-6073

E-mail: eebcarlosfries@cda.sdr.sc.gov.br

Diretora: Elizelaine Salete Salmoria Gomes

Assessor de direção: Cleodi Claudio Antonio Fabrin

Assistente técnico-pedagógico: Neide Nadir Korb

Assistente de educação: Fernanda Stockmann

PROJETO: Jantar Julino

APRESENTAÇÃO

O projeto está voltado inteiramente para a preservação do folclore e da cultura popular brasileira, com diversas ações que buscam a promoção da nossa diversidade cultural e da identidade brasileira, privilegiando a participação de vários talentos artísticos e resgatando manifestações tradicionais da cultura nacional, a exemplo da arte das quadrilhas juninas e a culinária típica, os adereços entre outros. O projeto possui valores que contribuem para a construção da identidade cultural brasileira, valorização da cultura popular e inclusão social, considerando a descoberta de novos talentos da cultura local. O projeto tem como foco a diversidade cultural brasileira, em particular a nordestina, envolvendo música, gastronomia, danças folclóricas e quadrilhas juninas. O principal benefício obtido com a realização do projeto é propiciar o acesso à cultura e ao lazer para a população local. A realização do evento a cada ano, com crescentes melhorias e aumento em seu porte, consolidou o projeto como um evento que faz parte do calendário local.

JUSTIFICATIVA

O projeto “Jantar Julino” vem sendo realizado anualmente desde 2016, promovendo acesso da população ipirense a diversidade da cultura popular brasileira em especial as festas juninas.

As ações previstas no projeto se traduzem em ações práticas e ilustrativas da diversidade das expressões de culturas populares, em especial o forró, as danças folclóricas, a culinária e as quadrilhas juninas, de forma integrada, configurando um espaço de difusão e intercâmbio cultural, valorizando sobretudo o acesso as diferentes culturas populares.

É um projeto voltado inteiramente para a preservação do folclore e da cultura popular brasileira, com diversas ações que buscam a promoção da nossa diversidade cultural e da identidade brasileira, privilegiando a participação de talentos locais e resgatando manifestações tradicionais da nossa cultura.

Assim sendo, este projeto visa despertar nos alunos o espírito de valorização e integração da escola/família e comunidade, desenvolvendo o resgate cultural exercendo a cidadania através de ações concretas, participativas, favorecendo ao educando a ampliação de seu universo linguístico, pois a Festa Junina se constitui uma temática rica, onde podem ser explorados diversos tipos de linguagem, levando o aluno o conhecimento da origem da Festa Junina, levando os estudantes a conhecer seu símbolo e seus valores.

O resultado obtido com a realização das edições anteriores justifica plenamente a continuidade do projeto, ao atingir os objetivos previstos e obter excelente retorno junto ao público presente. O benefício público proporcionado, em particular ao promover o acesso à cultura para a população ipirense, justifica amplamente a manutenção e implementação do projeto.

OBJETIVO GERAL

Preservar o folclore e a cultura popular brasileira, através da realização de um Jantar Julino, democratizando o acesso para a população a um evento cultural de qualidade, promovendo cultura e cidadania e garantindo o direito do cidadão a universalização do acesso à cultura.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Preservar o folclore e da cultura popular brasileira;
- Conhecer a origem das Festas Juninas;
- Resgatar a memória das festas juninas;
- Conhecer a história e vida dos Santos Padroeiros: Santo Antônio, São João e São Pedro;
- Conhecer as características das festas juninas em diferentes regiões do país;
- Socializar com a comunidade escolar e familiar;
- Estimular a criatividade e imaginação;
- Valorizar e demonstrar atitudes de respeito ao homem do campo e suas atividades;
- Desenvolver o interesse e o gosto pela tradição;
- Planejar e realização de um jantar típico com apresentações da cultura junina;
- Incentivar o trabalho cooperativo, proporcionando a participação dos alunos em diversas brincadeiras, levando-os a conhecer os costumes e valorização das tradições;
- Possibilitar ao aluno conhecer um pouco sobre uma das festas mais tradicionais do Brasil. Seus símbolos, santos, pratos típicos, trajes, dança e seu valor dentro do folclore brasileiro, destacando seus aspectos sociais e religiosos;
- Desenvolver o gosto por poemas e músicas;
- Socialização dos alunos e família/escola;
- Explorar e conhecer a culinária Junina;
- Conhecer os costumes dessa tradição.

METODOLOGIA

As atividades serão desenvolvidas de forma coletiva e individual com a interação professor, aluno, funcionários e momentos com a comunidade durante as atividades propostas.

Inicialmente será desenvolvida uma pesquisa sobre as comemorações da tradição junina no Brasil e no mundo. Após serão desenvolvidas atividades envolvendo montagem de painéis juninos para enfeitar a escola, leitura de textos informativos, leitura de poesias e/ou músicas juninas, montagem de um jornal com dicas juninas, caça palavras, cruzadinhas, cartazes e convites, confecção de caderno de receitas de comidas típicas da época, confecção de enfeites juninos, atividades de matemática com problematização, montagem de painel com credices e superstições, conscientização do perigo de soltar balões, e, finalmente, culminará com o jantar julino, com a culinária típica e apresentações dos alunos.

PÚBLICO ENVOLVIDO

Alunos, pais, funcionários, APP e comunidade.

CRONOGRAMA

- Junho – Desenvolvimento de atividades relacionadas ao evento.
 - Julho – Organização do Local do jantar, finalizando com uma grande festa envolvendo a comunidade escolar no dia 11/07/2020.